

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

DANIELLE MANCZAK DOS ANJOS

ACERVO E SOCIEDADE – MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS

RIO GRANDE

2012

DANIELLE MANCZAK DOS ANJOS

ACERVO E SOCIEDADE – MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, na linha de pesquisa Análise Urbano-Regional, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre sob a orientação do Prof. Dr. Dário de Araújo Lima.

ORIENTADOR: Prof. Dr. DÁRIO DE ARAÚJO LIMA

Rio Grande

2012

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Dário de Araújo Lima (FURG)

Prof. Dr. Benhur Pinus da Costa (UFSM)

Prof. Dr. Carmo Thum (FURG)

Prof^a. Dr^a. Carmen Gessilda Burgert Schiavon – Suplente (FURG)

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

Revisão de língua portuguesa e ortografia:

Lilian Gonçalves de Andrade

CPF: 946.423.030-49

Tradutor língua inglesa:

Pietro Camacho Sartori

CPF: 025.173.900-70

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que me acompanharam nessa jornada e que tiveram a delicadeza e, muitas vezes, o discernimento de remeter uma palavra de perseverança para o findo deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por toda a força e sabedoria concedida para realizar esta tarefa. À minha família, que me deu estrutura para poder concluir essa trajetória e, em especial, ao meu marido Pierre que sempre disse para eu nunca desistir.

Ao meu orientador, professor Dr. Dário de Araújo Lima, por sua dedicação e profundo conhecimento teórico, técnico, metodológico e filosófico desprendido para elaboração desta pesquisa e pela confiança em mim depositada.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande por proporcionar-me a chance de desenvolver esta pesquisa, que somente foi possível em função do caráter público e gratuito desta instituição.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia por proporcionar-me a chance de crescimento pessoal e profissional.

A todos os professores do Programa com os quais tive a oportunidade de conviver e compartilhar do seu conhecimento.

A todas as pessoas que colaboraram para a organização deste trabalho. Mesmo não podendo citar o nome de todas, gostaria de agradecer ao Museu da Cidade do Rio Grande, em especial à diretora Marisa Gonçalves Beal, que permitiu o acesso às instalações museológicas e sempre esteve ao meu lado durante essa trajetória. À Fundação Cidade do Rio Grande, mantenedora do Museu da Cidade, que junto à direção do museu pode me proporcionar qualificação profissional, me cedendo horários para que cursasse as disciplinas do mestrado; agradeço à Presidente da Fundação, representada pela Sr^a. Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea, por contribuir em minha formação.

Aos meus colegas e amigos do Museu da Cidade, Carmen, Cleuza, Cássio, Marisa, Vilmar, Olívia, Roberta e todos os estagiários que passaram pelas imensas paredes do museu, e que ali depositaram um pouco do seu conhecimento e consigo levaram tanto mais, agradeço pelos momentos de companheirismo e amizade, pois somos uma grande família e sempre estaremos juntos, mesmo que não mais no mesmo espaço físico, mas no espaço que mais tem a nos oferecer, o coração, pois esse é grande e sempre terá espaço para mais um amigo.

ANJOS, Danielle Manczak. *Acervo e Sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande – RS*. 2012. 170 f. Dissertação: Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande. Orientador: Prof. Dr. Dário de Araújo Lima.

RESUMO

A presente dissertação pretende analisar peças do Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, que nos permitirá rememorar a cultura da comunidade rio-grandina. Este trabalho tem como referências teóricas os conceitos de cultura, que é o encontro coletivo do sujeito e objeto da consciência do mundo material e, através de um conjunto de significações que estão empregados no acervo do museu, será construída a memória da população rio-grandina, fazendo com que essas vivências possam ser vistas através da figura do Museu. A Geografia cultural nos oferece uma nova percepção do termo cultura, assim nos proporcionando um aprimoramento do nosso trabalho. Através da análise filosófica poderemos compreender o movimento, ou diálogo, que é travado entre museu e comunidade, onde a comunidade expressa no museu a sua cultura. Abordaremos a constituição do Museu, como ele foi constituído e analisaremos alguns aspectos de seu acervo, que foi doado pela aristocracia rio-grandina. O estudo desdobrou-se em 5 (cinco) capítulos, sendo eles: acervo prospectando o futuro (capítulo 1) onde poderemos observar que os objetos doados podem ser contrastados com os objetos do cotidiano atual; no capítulo 2 temos acervo fotográfico e aristocracia urbana, que traz algumas fotografias que remontam certo período da aristocracia da cidade; ainda no capítulo 3 trataremos do acervo e indústrias dos séculos XIX e XX, onde observaremos como as grandes indústrias do período fizeram com que a cidade tomasse novas formas; no capítulo 4 trazemos o acervo e inovações tecnológicas, onde as indústrias já citadas trouxeram para a cidade inovações que fizeram com que a mesma se modernizasse e, por fim, no capítulo 5 trataremos do acervo e classe social, pois observamos que no Museu da Cidade do Rio Grande há uma classe dominante em seu acervo.

Palavras-Chaves: Acervo – Cultura - Geografia Cultural – Museu

ANJOS, Danielle Manczak. *Collection and Society - Museum of the City of Rio Grande*. 2012. 170 f. Dissertation: Master in Geography – Federal University of Rio Grande. Advisor: Prof. Dr. Dário de Araújo Lima.

ABSTRACT

This dissertation intends to analyze parts of the Collection of the Museum of the City of Rio Grande that will allow us to recall the memory of the community-riograndina. This work is theoretical references the concepts of culture, which is the collective meeting of subject and object of consciousness from the material world, which through a set of meanings that are employed in the museum will be built memory rio-grandina population, so that these experiences can be seen through the figure of the Museum. The cultural geography offers us a new perception of the term culture, thus providing an improvement in our work. Through analysis we can understand the philosophical movement, or dialogue, which is caught between museum and community where the community expresses its culture in the museum. We will discuss the establishment of the Museum, as it was constituted and analyze some aspects of its collection which was donated by rio-grandina population. The study was divided into five (5) chapters, which are: prospecting the future acquis (Chapter 1) where we can observe that the objects donated can be contrasted with the everyday objects today, in chapter 2, we have the photographic and urban aristocracy that brings back some photographs that period the aristocracy of the city, still in Chapter 3 will deal with the acquis and industries of the nineteenth and twentieth centuries, where we look at how the major industries of the period meant that the city take new forms, bring in chapter 4 the achievements and technological innovations, where the industries already mentioned innovations brought to the city that made it to modernize and finally, in Chapter 5 will deal with the acquis and social class, because we observed that the Museum of the City of Rio Grande there is a ruling class in its collection.

Key-words: Collection - Culture - Cultural Geography - Museum

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Lei que cria o Museu Municipal.....	17
Figura 2: Foto da Alfândega do Rio Grande, à direita o Museu da Cidade do Rio Grande no mesmo prédio.....	73
Figura 3: Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande - 1.....	76
Figura 4: Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande - 1.1.....	77
Figura 5: Organograma do Museu da Cidade do Rio Grande - 1984.....	80
Figura 6: Termo de Cooperação Técnica - 1.....	81
Figura 7: Termo de Cooperação Técnica - 1.1.....	82
Figura 8: Termo de Cooperação Técnica - 1.2.....	83
Figura 9: Termo de Cooperação Técnica - 1.3.....	84
Figura 10: Foto da 1º Sede do Museu – Rua General Portinho nº 161.....	85
Figura 11: Foto das dependências do Museu na Rua General Portinho nº 161-1.....	86
Figura 12: Foto das dependências do Museu na Rua General Portinho nº 161 - 1.1.....	86
Figura 13: Foto das dependências do Museu na Rua General Portinho nº 161 - 1.2.....	87
Figura 14: Foto Capela São Francisco de Assis – Coleção Arte Sacra do Museu da Cidade do Rio Grande.....	88
Figura 15: Foto da parte interna da Coleção Arte Sacra.....	89
Figura 16: Foto da fachada do Museu da Cidade do Rio Grande Coleção Histórica – Prédio da Alfândega.....	93
Figura 17: Foto do interior do Museu da Cidade do Rio Grande Coleção Histórica - 1.....	94
Figura 18: Foto do interior do Museu da Cidade do Rio Grande Coleção Histórica - 1.1.....	94
Figura 19: Foto postal da entrada do Balneário Cassino – final do século XIX.....	99

Figura 20: Foto postal – Vista geral do Cassino.....	100
Figura 21: Foto postal – Chalé Família Rheingantz.....	101
Figura 22: Foto postal – Chalé Família Lawson.....	102
Figura 23: Foto postal – Chalé e Restaurante à beira mar.....	103
Figura 24: Foto postal – Vista dos camarotes à beira mar.....	105
Figura 25: Foto postal – comunidade desfrutando dos prazeres do banho de mar e da nova estação balneária.....	106
Figura 26: Foto postal – Chalé Família Henrique Pancada.....	110
Figura 27: Cartão postal da Fábrica Rheingantz.....	113
Figura 28: Cartão postal da Cia União Fabril.....	114
Figura 29: Foto Leal Santos & Cia – entrada dos funcionários.....	116
Figura 30: Foto vista interna da fábrica de biscoitos – Leal Santos & Cia.....	117
Figura 31: Foto do escritório e depósito da Fábrica de Charutos POOCK & Cia.....	118
Figura 32: Foto do guindaste elétrico 1911 – Obras na Barra do Rio Grande.....	120
Figura 33: Foto obras na Barra do Rio Grande – 1911.....	120
Figura 34: Cartão postal da Cia de Tecelagem Ítalo Brasileira.....	122
Figura 35: Foto da montagem da Refinaria Ipiranga.....	123
Figura 36: Foto do Carro de Bombeiros – doado ao Museu pela Leal Santos.....	130
Figura 37: Foto de uma máquina de escrever.....	132
Figura 38: Foto de uma máquina filmadora.....	133
Figura 39: Foto de um rádio.....	134
Figura 40: Foto de maquinaria Leal Santos.....	135
Figura 41: Foto de uma máquina de costura.....	137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINC – Ministério da Cultura

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objeto de Investigação.....	15
1.2 Justificativa – Problemática.....	23
1.3 Questão de Método.....	24
1.4 Objetivos Gerais.....	31
1.5 Plano de Trabalho e Metodologia.....	32
2. MARCO FILOSÓFICO.....	33
2.1. Reflexões sobre movimento.....	33
3. MARCO TEÓRICO.....	51
3.1 Cultura, Geografia Cultural e Museu.....	51
CAPÍTULO I	
Acervo Prospectando o Futuro.....	73
CAPÍTULO II	
Acervo Fotográfico e Aristocracia Urbana.....	96
CAPÍTULO III	
Acervo e Indústrias dos Séculos XIX e XX.....	111
CAPÍTULO IV	
Acervo e Inovações Tecnológicas.....	126
CAPÍTULO V	
Acervo e Classe Social.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXOS.....	162

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto de pesquisa o Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, que permite o afloramento da memória da comunidade rio-grandina. Acrescentamos que a instituição museológica soma-se a outras instituições que existem, corroborando com o fomento dos processos de manifestação cultural e de objetivação da memória. Isso é importante para que essa comunidade tenha sua identidade “como um conjunto de crenças e representações simbólicas que dão sentido ao conceito individual de cidadania”¹, com a possibilidade de ser perpétua. Tal pesquisa se faz necessária para que se aprofundem as reflexões pertinentes ao diálogo entre o citado museu e a sociedade – assim teremos melhores condições de abstrair esse diálogo perante as diversas intempéries que a contração tempo/espaço impõe para a salvaguarda da cultura e da memória. Para tanto trabalharemos com cultura, geografia cultural e museu como marco teórico, para podermos entender como se dá a constituição cultural de um museu.

No que tange ao manuseio acadêmico do acervo, nós também podemos observar a evolução do espaço urbano² de Rio Grande, através dos pacotes tecnológicos implantados na referida urbanidade. Sobre o espaço urbano:

Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais³.

A manifestação cultural dá-se de forma particular porque cada sociedade possui sua ímpar memória, também materializada em instituição de salvaguarda de bens patrimoniais. Assim, podemos analisar a cultura de uma sociedade por meio de história oral, de peças de reservas técnicas, dos objetos em geral pertencentes à população e através de fontes escritas. Nas leituras relacionadas à oralidade temos o conceito de memória, apresentado por Le Goff, como sendo “um conjunto de informações, as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou o que ele representa como passadas”⁴. Esse conceito mostra que a memória sofre

¹ MEDEIROS, Antônio José. *Idéias e Práticas da Cidadania*. União: Cermo, 2002, p. 98.

² Entendemos por espaço urbano aquele que se caracteriza pelo agrupamento de pessoas, atividades e edificações; é o espaço das cidades, não somente o espaço físico, mas também pela sua organização social, política, econômica.

³ CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989, p. 1-16.

⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

transformações ao passar do tempo. Sendo assim, ela está sempre em construção para que não sejam esquecidas as temporalidades substantificadas nos registros da memória, ou seja, a memória não permite que a sociedade se esqueça dos seus momentos/temporalidades.

Seguindo os conceitos de memória encontramos em Pesavento⁵ que “história e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada, são representações que dão a ver um ‘acontecido’ que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição”⁶. Observamos que a autora mostra que o espaço urbano é detentor de história e, conseqüentemente, de memória, pois o urbano tem uma população que a legitima também por meio de suas manifestações culturais.

Os conceitos que encontramos de memória nos remetem a refletir como ela é passada, assim como nos remete ao pretérito, porque o pesquisador que a transcreve tem que estar imparcial à fonte que está sendo entrevistada, já que vai confrontar o material transcrito – pois nele estarão as perguntas e as respostas para a documentação textual de uma história. Segundo Halbwachs “a memória apoia-se sobre o passado vivido, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o passado apreendido pela história escrita”⁷ – esse conceito é acerca da memória coletiva. Além disso, a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural, porque a memória se encontra na base da formulação de uma cultura como característica marcante de um povo.

A memória e a cultura andam juntas, porém, divergem: enquanto a memória também trabalha com narrativas baseadas nos relatos e nas tradições, a cultura, por sua vez trabalha “enquanto modo de vida, apresentado não é como mero produto de uma consciência humana irrestrita, mas é precisamente o encontro coletivo de sujeito e objeto, da consciência e do mundo material”⁸, fazendo com que haja uma historicidade envolvendo o homem. Para trabalharmos com o resgate de Rio Grande, por meio da memória, não podemos nos limitar à sua materialidade expressada em casas e monumentos, pois um espaço urbano se define pela construção de uma identidade, na qual seus moradores são os atores que irão tecer toda a trama da mesma, fazendo com que sua cultura e sua memória se perpetuem.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, memória e centralidade urbana*. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2007.

⁶ Ibid.

⁷ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p. 75.

⁸ COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 104.

[...] A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam. Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos⁹.

A questão cultural nos remete à relação social de pertencimento, enraizamento e nostalgia entre as categorias sociais e o objeto ao qual a referida comunidade mantém vínculos subjetivos de afetividade, lealdade, parentesco, contraprestação, reciprocidade e identificação – ou seja, a categoria social tem o museu como referência para o desdobramento de seus valores culturais. Nesse sentido: “Daí, a dinâmica do lugar ser uma questão permanente de preservação do pedaço, ou, de outro modo, do espaço de vida e do entorno”¹⁰.

1.1 Objeto de Investigação

Esta dissertação de mestrado acadêmico em Geografia é relacionada aos estudos de Geografia Cultural e tem como objeto de pesquisa peças do Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, que permite o afloramento da memória da comunidade rio-grandina. Ressaltamos que, nas instituições museológicas, estes acervos estão em reservas técnicas e os referidos bens que registram uma peculiar cultura são geralmente frutos de doações da população, que abraça a instalação da instituição de salvaguarda dos documentos de cultura e memória. Porém, informamos que a apresentação de um acervo é mais bem registrada se entendermos que o mesmo é intrínseco à instituição museológica – e não é o nosso propósito apresentar um inventário/relatório de todas as peças, pois são cerca de 9.0000 (nove mil peças) que o museu possui em processo de salvaguarda.

Diante do exposto, apresentamos como ocorreu a criação do Museu da Cidade do Rio Grande. A proposta de instalação de um museu, que guardasse a cultura rio-grandina, foi

⁹ CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999, p. 63.

¹⁰ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 93-94.

projetada no ano de 1971, quando foi sancionada a Lei nº 2.524 para a criação de um Museu Municipal¹¹, porém a criação de tal instituição ocorreria apenas no ano de 1984.

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I – o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II – a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III – a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV – a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V – a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI – a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais. Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas¹².

¹¹ Documento que sanciona a Lei nº 2.524.

¹² Definição de museus pelo Departamento de Museus e Centros Culturais – IPHAN/MinC – outubro de 2005, encontrada no sítio do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

LEI N.º 2 524
de 18 de outubro de 1961 1 971

CRIA O MUSEU MUNICIPAL DE RIO GRANDE.

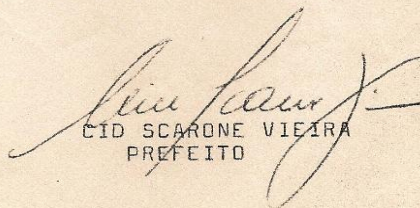
CID SCARONE VIEIRA, TENENTE CORONEL, Prefeito Municipal de Rio Grande, usando das atribuições que me confere a Lei Orgânica em seu artigo 62, inciso II.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Museu Municipal de Rio Grande, subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e que terá por finalidade adquirir, estudar, catalogar, colecionar e expor, sistematicamente, documentos e demais objetos concernentes à História, Geografia e Folclore Nacional e, mais especificamente, espécimes das riquezas, curiosidades naturais, científicas e artísticas rio-grandenses em geral e rio-grandina em particular.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, 18 de outubro de 1971.


CID SCARONE VIEIRA
PREFEITO

cc./T.M.D.S.

CM
SMEC2
Mus. Oceanográfico
SMF
SMCP

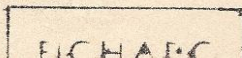


Figura 1: Lei que cria o Museu Municipal
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Tendo em vista as designações emitidas acima, é criado o Museu¹³ da Cidade do Rio Grande, que seria mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande. Sendo assim, em fevereiro de 1984, reunido o Conselho Diretor da citada Fundação, foi tratado o assunto sobre o Museu – que seria criado a partir de uma atividade integradora da qual participariam, além da própria Fundação, o Executivo Municipal, a Mitra Diocesana e as Empresas Petróleo Ipiranga, além da Superintendência da Receita Federal, que se propôs a ceder parte do prédio da Alfândega local, na época, em fase de restauração. Nessa ocasião, por já estar estruturada e em plena atividade, a Fundação Cidade do Rio Grande assumiria a responsabilidade da estruturação, administração e manutenção do referido Museu¹⁴.

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e instituições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são ponte, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e praticas em metamorfose¹⁵.

A Fundação Cidade do Rio Grande foi constituída no dia 08 de julho de 1953, com o intuito do fomento desenvolvimentista da cidade do Rio Grande. Essa instituição teve início através de um grupo de engenheiros e outros profissionais, que buscavam implementar na cidade uma escola de ensino superior em engenharia, pois a cidade estava em pleno crescimento. Porém, esse crescimento não estava sendo acompanhado pela população, pois essa carecia de instrumentos que possibilitassem a profissionalização de algumas áreas, como a de engenharia.

Um grupo de engenheiros e outros profissionais de nível superior, que tinham o hábito de se reunir após o trabalho, tiveram a ideia de criar, em 1951, uma escola de engenharia na cidade do Rio Grande. Este movimento era liderado pelo Eng. Cícero Marques Vassão. O surgimento de tal ideia reflete o contexto histórico a qual estavam inseridos esses profissionais, uma vez que Rio Grande contava então com “mais de 50 engenheiros e um parque industrial de valor¹⁶”.

¹³ Segundo o Caderno de Diretrizes Museológicas, publicado pelo Ministério da Cultura (2006, p.149), o museu é o “espaço/cenário, institucionalizado ou não, onde se desenvolve a relação específica do homem/sujeito com o objeto cultural. Em uma definição de caráter operacional, de 1974, o Conselho Internacional de Museus (Icom) conceitua museu como ‘estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente’”.

¹⁴ ATA N. 323, de 9 de fevereiro de 1984, do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande.

¹⁵ Definição encontrada no sítio do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.

¹⁶ ALTMAYER, Flávia de Lima. *Fundação Cidade do Rio Grande – 50 anos: uma história de Realizações*. Homenagem do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME – FURG) nos 50 anos da Fundação Cidade do Rio Grande. Rio Grande. FURG. 2003, p.13.

Para tanto, a Fundação necessitava de instituidores, pois a mesma não tinha capital suficiente arrecadado através de seus colaboradores para alcançar sua meta, que era a escola de engenharia. Em 1953 a Fundação contava com 8 (oito) instituidores, como Altmayer relata em sua obra, sendo esses os instituidores: Prefeitura Municipal do Rio Grande, Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos, Cia União Fabril e Cia Fiação e Tecelagem Rio Grande, Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, Luiz Loréa S/A Comércio e Indústria, Abadalla Nader e Cunha Amaral e Cia Ltda. Com o capital recebido para a construção da Escola de Engenharia, a Fundação criou um Estatuto. Sendo assim, a Fundação tinha como fins:

Art. 1º - A Fundação Cidade do Rio Grande, instituição de caráter técnico-educativo, é uma pessoa jurídica, de Direito Privado, que se regerá pelo presente Estatuto e terá sua sede e foro na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - A Fundação, encarando os problemas de trabalho profissional, especialmente em face da racionalização e métodos, visará os objetivos seguintes:

I – Promover a criação de uma Escola de Engenharia Industrial para prover a especialização e aperfeiçoamento técnico de pessoal e empreendimentos públicos e privados;

II – Criar, oportunamente, outras Escolas de ensino técnico e ensino superior, cuja necessidade mais fortemente se faça sentir, ante o adiantamento e o progresso da cidade do Rio Grande;

III – Promover estudos e pesquisas, nos domínios das atividades públicas e privadas, com o fim de auxiliar, sempre que possível e quando solicitada, o desenvolvimento industrial [...]¹⁷.

Como podemos observar, a implementação de uma Fundação que viesse a corroborar com o desenvolvimento da cidade se fazia necessária para que a cidade crescesse de acordo com o desenvolvimento do país. No que tange à administração da Fundação Cidade do Rio Grande encontramos em seu corpo um Conselho Diretor, formado por 8 (oito) membros, a Diretoria, constituída por 4 (quatro) membros, e o Conselho Fiscal que engloba 3 (três) membros. Para as deliberações da Fundação tudo tem que passar por esse corpo para que seja aprovado, pois como a Fundação Cidade do Rio Grande é uma instituição de Entidade Pública, todos têm de ficar a par de suas deliberações. A Escola de Engenharia, primeira conquista da Fundação, foi inaugurada no ano de 1956; alguns anos após, em 1966, é fundada a Escola de Medicina e com a ajuda da

¹⁷ Estatuto da Fundação Cidade do Rio Grande, p. 3.

Fundação, em 1969, é fundada a Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG, primeira universidade da cidade. Há posteriormente a construção do Museu Oceanográfico, que é um ponto de referência para o país. Assim, podemos observar o quanto foi importante para o desenvolvimento da cidade uma fundação que surgiu em meio ao empresariado rio-grandino e que tomou grandes proporções. Afinal, hoje, a Fundação é um órgão respeitado, possui parceria com vários projetos e mantém o Museu da Cidade do Rio Grande, como também colabora com outras instituições, fazendo com que a cidade cresça e atinja um nível de desenvolvimento pertinente ao que ela almeja.

A Fundação atualmente tem como presidente a Sr^a. Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea, engenheira, que acredita no desenvolvimento da cidade e colabora para que a Fundação tenha sua idoneidade respeitada por todos. A Fundação Cidade do Rio Grande é um patrimônio da cidade, que foi criada para o desenvolvimento do Rio Grande, como Altmayer cita sua obra: “a história da Fundação Cidade do Rio Grande se confunde com duas grandes palavras - que é o conhecimento e o desenvolvimento”¹⁸ (palavras da Sr^a. Elizabeth Tellechea em declaração ao Jornal Agora de julho de 2003).

Tendo então a Fundação como mantenedora, o Museu da Cidade poderia ser instalado. No aniversário de fundação da cidade do Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1984, na Praça Xavier Ferreira, junto do Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, teve lugar o ato de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande, constituído pela Fundação da Cidade do Rio Grande. Essa se incumbiria de sua administração, de modo que, com a cooperação da Prefeitura Municipal, a Fundação proveria ao funcionamento e organização patrimonial e financeira do Museu. Na ocasião, a criação de um museu com a finalidade de preservar a memória histórica da cidade e do seu desenvolvimento econômico, nos diversos aspectos da sua evolução, desde os primórdios da fundação da cidade até os tempos presentes, era encarada como uma antiga aspiração da comunidade rio-grandina¹⁹.

Reveste-se a solenidade de invulgar importância para o nosso Município, pois era a antiga aspiração de todos os riograndinos. Em qualquer parte, um Museu é uma instituição permanente, destinada a atender as comunidades, com o objetivo

¹⁸ ALTMAYER, Flávia de Lima. *Fundação Cidade do Rio Grande – 50 anos: uma história de Realizações. Homenagem do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME – FURG) nos 50 anos da Fundação Cidade do Rio Grande*. Rio Grande. FURG. 2003, p.59.

¹⁹ Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande – Prefeitura Municipal do Rio Grande, 19 de fevereiro de 1984.

de oferecer ensinamentos, transmitindo-os e, expondo-os, para fins de estudo, educação, e lazer. O Museu transforma-se assim, em um templo de educação pública, contribuindo para incutir, especialmente nos espíritos jovens o gosto pela ciência e arte. O Museu é uma casa obrigatória em comunidades civilizadas, para guardar as várias fases vividas pelos homens. (Sic)²⁰

O Museu da Cidade do Rio Grande passava, desse modo, a cumprir a função social de toda instituição voltada à museologia²¹, ou seja: despertar o interesse público para com o passado histórico e a memória social²², buscando aprimorar-se à medida que avançava no tempo, na constante tentativa de aperfeiçoar-se e adaptar-se às novas exigências de natureza museológica²³. Dessa maneira, as peças do acervo do Museu da Cidade do Rio Grande podem ser consideradas como fragmentos multifacetados da memória rio-grandina²⁴, revelando detalhes importantes da formação histórica da cidade:

Redescobrir a identidade local em meio à tamanha multiplicidade de vivências passadas é um desafio extremamente difícil. Porém, não devemos dar cada passo ignorando que gerações já compartilharam este espaço e fizeram leituras do mundo, equivocadas ou acertadas, e que estas leituras ainda estão presentes na matéria inerte das ruas e no imaginário dos falares. Os fragmentos desta trajetória humana (...) possui significados que exigem grande sensibilidade para serem lidos, afinal, foram construídos na contradição das relações que os homens estabelecem entre si e com o meio ambiente. O presente deve conhecer a consciência não apenas da preservação cultural, mas de promover leituras de identidades, a serem resgatadas e repostas aos atores sociais, para que estes possam projetar um futuro conscientes na condição de possuidores de um referencial de existência que se processa além da temporalidade de viver e morrer, inata a cada indivíduo²⁵.

Encontramos na documentação do Museu da Cidade do Rio Grande, o “Estatuto da Associação de Amigos do Museu da Cidade do Rio Grande”, que junto à Fundação Cidade do Rio Grande, ajudaria a manter o museu. Entretanto, infelizmente, esse estatuto não teve

²⁰ Discurso do presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, Sr. Francisco Martins Bastos, no dia da inauguração do Museu da Cidade do Rio Grande.

²¹ SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²² GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: IEL; Belo Horizonte: UFMG, 1990, p. 45.

²³ BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

²⁴ TORRES, Luiz Henrique. *História & Educação patrimonial da cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999, p. 43.

²⁵ Id. *Rio Grande: memória & história*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000, p. 42.

prosseguimento e não foi lavrado em ata ou cartório, não tendo assim credibilidade. Sendo assim, citaremos o objetivo principal da criação de uma associação que viesse a colaborar com o museu:

Parágrafo único - A Associação de Amigos do Museu da Cidade do Rio Grande, que é uma sociedade civil de direito privado, com tempo de duração indeterminado, sem objetivo de lucro, voltada para a contribuição de recursos ao Museu da Cidade do Rio Grande, visando o enriquecimento e a preservação do patrimônio cultural [...]

Art. 3 – São objetivos essenciais da Associação de Amigos do Museu da Cidade do Rio Grande

I – Promover cursos extraordinários de elementos culturais e da formação histórica do Museu da Cidade do Rio Grande

II – Organizar palestras

III – Realizar exposições culturais

IV – Buscar, através de quaisquer outras atividades, a melhor divulgação da cultura

V – Constituir reservas, fundos, e outras provisões garantidoras de compromissos assumidos pela Associação, com associados ou com terceiros.

Com esse estatuto podemos observar que a instalação de um museu era importante para cultivar a cultura rio-grandina, pois, assim, toda a comunidade e os visitantes de fora poderiam apreciar a cultura da cidade através dos objetos doados ao museu. E com a doação desses objetos a sociedade poderia ver-se através das paredes do museu, assim dando continuidade a algo que fez parte do cotidiano algum dia.

Sendo assim, em um primeiro momento, o museu instalou-se à Rua General Portinho nº 161, nos antigos galpões da Fábrica de Biscoitos Leal Santos. Ali permaneceu até 1987, onde no dia 07/09/1987 instalou-se no prédio da Alfândega e permanece até hoje lá. O Museu da Cidade do Rio Grande divide-se em duas coleções: uma Coleção Histórica e uma Coleção de Arte Sacra. A Coleção Histórica está localizada junto ao prédio da Alfândega, ao passo que a Coleção Sacra encontra-se na Capela São Francisco de Assis desde 1986.

[...] Em 1870 é iniciada a construção da Alfândega, local onde deverá ser instalado o Museu da Cidade do Rio Grande. Em 1873 era fundada a primeira indústria de tecidos da América do Sul. Em novembro de 1915, quando o Navio Benjamin Constant, da Marinha de Guerra brasileira transpôs a barra do Rio Grande, deu por inaugurada a maior glória da engenharia brasileira – a abertura da Barra do Rio Grande -, projetada em 1881 e iniciada em 1885. E o antigo posto avançado da Coroa Portuguesa na América do Sul, tornou-se em pouco tempo um grande centro. E esta história que o Museu da Cidade do Rio Grande se propõe a mostrar. É a história da indústria, do comércio, das realizações públicas, das lutas para conter as invasões, da navegação, da pesca, dos jornais,

da fotografia, da telefonia, dos clubes sociais, das artes, das famílias, etc [...] (Sic)²⁶.

O Museu da Cidade do Rio Grande representa todas as transformações da sociedade rio-grandina. Com seu acervo podemos remontar cenários e traçar comparações entre o passado e o presente da cidade. Assim sendo, o museu está em constante diálogo com a sociedade. Diálogo que não está somente no mundo da matéria, mas também da ideia, pois através de seu acervo podemos fazer leituras que só a imaginação tem abertura para fazer, pois o imaginário faz com que o homem sonhe e torne seus sonhos em realidades – e é através desses sonhos que grandes invenções ocorreram e transformaram a humanidade.

1.2. Justificativa - Problemática

O Museu da Cidade do Rio Grande salvaguarda registros de temporalidades históricas do Espaço Urbano de Rio Grande através de objetos, aparelhos, máquinas, ferramentas, fotografias e demais documentos que permitem o afloramento de memória. Este acervo é composto de bens que foram oficialmente doados pela aristocracia da cidade – todo esse material está vinculado aos registros culturais desta sociedade. Essa instituição mantém seu caráter de reconstruir o despertar da memória referente à cidade desde sua fundação, posto que o museu procure registrar a evolução histórica da cultura da população rio-grandina. Esta função social de salvaguarda da memória de uma comunidade é importante porque preserva as histórias que compõem a trajetória de uma sociedade composta de lugares de memória, de esquecimento, de poder e de resistência. Esta afirmação legitima a Justificativa - Problemática acadêmica e social de que o Museu, ao ter o papel institucional de possuir documentada a evolução, a lógica e a dinâmica social (constituída pela Classe Operária, pelas Classes Médias e pela Classe Burguesa – Aristocrata), pode ter uma identidade cultural relacionada a uma Classe Social – posto que o mesmo seja resultado e condição das contradições e conflitos que permeiam a evolução, a lógica e a dinâmica social nos quais se encontra inserido de forma intrínseca. Em outras palavras, o Museu é uma contradição social, ou seja, ele tem movimento (ele dialoga com a sociedade de classe).

²⁶ Carta do Presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, Sr. Francisco Martins Bastos, no dia 19/02/1984.

A figura do museu perante a sociedade é de extrema relevância porque a comunidade vê a instituição como uma extensão de seus hábitos e costumes, e o museu vê em sua comunidade um meio de propagar a sua cultura dentro de suas portas. A sociedade espera encontrar nas instituições museológicas, um ambiente re-constutivo de sua cultura, e essas instituições buscam em suas comunidades elos para sustentar suas culturas.

1.3. Questão de Método

A dialética surgiu na Grécia Antiga, entre os anos de 470 a.C - 399 a.C. Originariamente, era conhecida como a arte do diálogo e, posteriormente, ficou conhecida como arte de (no diálogo e na discussão). Com o passar dos séculos, a dialética foi se transformando de acordo com o que os filósofos de cada época evocavam para tratar de tal tema.

Para Platão, a dialética era sinônimo de filosofia, um método dinâmico de aproximação entre as ideias particulares e as ideias universais ou puras. Essas ideias particulares seriam as que cada indivíduo tem em seu inconsciente, mas que expressa sua opinião quando necessária alguma colocação a ser feita em meio a um diálogo. Já as ideias universais ou puras são aquelas que algum grupo compartilha da mesma opinião e as expressa para chegar num senso comum de pensamento. Essas variáveis de ideias nos remontam que a dialética está na técnica de perguntar, responder e refutar as ideias que o homem tem, assim o instigando na busca do conhecimento. E a busca do conhecimento é um processo racional, onde o homem procura sempre a razão em suas percepções.

A dialética faz com que o sujeito consiga visualizar as contradições da realidade e permite que ele se compreenda como agente de um processo de transformação constante, do qual todas as coisas existem – mundo material. O mundo da matéria, ou podemos chamar o mundo das coisas vividas, enquadra-se perfeitamente nessa lógica, pois o conhecimento está ligado ao mundo material, às coisas palpáveis, a tudo que tenha lógica e tenha significado.

O homem está em constante transformação e essas transformações são percebidas, não somente através da matéria, mas também pela linguagem que ele expressa em alguma situação

que venha a ter algum significado para tal ato – em que tenha sido provocado e que veio a ter uma reação. Qualquer ato que o homem cometa vai gerar uma discussão, tanto positiva quanto negativa. Porém a constante busca do conhecimento faz com que o homem busque sempre a lógica das situações impostas a ele; haverá sempre uma ação para a busca, como Konder cita em sua obra *O que é Dialética*, na epígrafe:

A dialética, como lógica viva da ação, não pode aparecer uma razão contemplativa. (...) No curso da ação, o indivíduo descobre a dialética como transparência racional enquanto ele a faz, e como necessidade absoluta enquanto ela lhe escapa, quer dizer, simplesmente, enquanto os outros a fazem²⁷.

Na bibliografia analisada acerca da dialética, o autor Leandro Konder diz que a dialética:

Na acepção moderna, entretanto, a dialética significa outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação²⁸.

Observamos até aqui que a dialética está em constante mudança, porém essa mudança não se dá simplesmente na palavra dialética, mas sim no homem que faz com que ela se transforme. Konder diz que Heráclito – Grécia Antiga – foi um pensador radical para aquele período, pois ele dizia que “o conflito era o pai e o rei de todas as coisas”²⁹. Porém, os gregos achavam que Heráclito era um tanto quanto obscuro em suas percepções acerca das transformações do ser, pois ele negava a existência da estabilidade no ser. Outro pensador da mesma época, Parmênides, disse que a essência profunda do ser era imutável, o que mudava era sua superfície.

Acreditamos que os dois tivessem o mesmo pensamento, porém expressavam-se de maneiras diferentes. Cada um explicava de uma forma, mas no final era a mesma coisa como se observa, por exemplo, acerca dos temas da juventude e da velhice: segundo Heráclito, não haveria a existência da estabilidade e, para Parmênides, o que mudava era a superfície e não a essência – o que faz com que os dois tenham o mesmo pensamento. É que o primeiro faz o retorno do velho e novo em segundos – assim a sua estabilidade nunca existirá – e o segundo mostra que a superfície mudou, mas que a essência é a mesma. Assim, o que une esses dois

²⁷ KONDER, Leandro Augusto Marques Coelho. *O que é dialética*. 28ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. Epígrafe.

²⁸ Ibid., p. 7.

²⁹ Ibid., p. 8.

pensadores é a capacidade de conseguir visualizar o presente e o futuro dentro de uma percepção unilateral, fazendo com que o homem se transforme, mas que seu eu interior seja o mesmo. A estabilidade que Heráclito menciona nunca existirá, mas sim a essência, que faz com que o homem mude, mas essa essência permaneça em algum lugar dentro dele.

Após essa discussão entre os dois filósofos antigos surge a metafísica, que consiste na relação de “depois de e além de”, fazendo com que a dialética fosse deixada de lado, em segundo plano. Afinal, agora, a mente e a matéria precisam de definições para fundamentar as causas e os princípios, bem como o sentido da realidade como um todo. Aristóteles define a dialética como a lógica do provável, do processo racional que não pode ser demonstrado. Ele sugere que o movimento não seja descartado, pois ele tem potencialidades e não pode ser considerado como mero instrumento de estudo, e sim como dinâmico e mutável do real.

A dialética, então, compreende o lado das contradições da realidade, transformando-se de acordo com o que determinada sociedade lhe impõe. No entanto, a dialética é construída por uma sociedade de poder, como cita Konder durante a idade média:

No regime feudal, a vida social era estratificada, as pessoas cresciam , viviam e morriam fazendo as mesmas coisas... A ideologia das classes dominantes – era monopólio das Igrejas, elaborada dentro dos mosteiros dos padres que levavam uma vida muito parada³⁰.

São as sociedades que irão ditar as regras para as demais classes, sejam elitizadas ou não. Infelizmente, como podemos observar, o autor Konder nos mostra que desde a idade média já existiam vestígios de tal comportamento determinista dentro das sociedades monopolizadoras. A dialética então, com o passar dos anos, foi sendo diminuída por circunstâncias ou determinantes que envolviam certo poder para comandar o homem – como ele havia de pensar ou agir. Mas, mesmo que isso ocorresse, a dialética permaneceu, pois, mesmo que esses determinantes parecessem estáticos, havia a mudança. Afinal, o homem vive em constante mudança, ele não vai ser amanhã o que ele foi hoje, o pensamento muda.

As mudanças não somente materiais, mas também mentais, são constantes. As divergências que o homem encontra no seu caminho faz com que ele esteja em constante aprendizado; o seu conhecimento não está somente no que está sendo dito por alguma sociedade,

³⁰ KONDER. Leandro Augusto Marques Coelho. *O que é dialética*. 28ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, p. 11.

mas também na sua vivência, no seu cotidiano. Assim, a dialética nada mais é do que um ciclo de transformações onde há um pensamento, mas ele pode ser modificado devido às diversas discussões que permeiam tal assunto e que irão instigar novos pensamentos e, assim, sucessivamente. O homem tem o poder da mudança, pois ele pode mudar qualquer coisa no seu meio, porém, como Parmênides citou em sua obra quando falou em dialética: o homem está em movimento, mas sua essência é a mesma.

Após esse período de estagnação durante a idade média, o movimento voltou a se impor à reflexão e ao debate e tornou-se outra vez um tema fundamental. Após esse período, o filósofo Pascal, durante o Iluminismo, reconheceu o caráter instável, dinâmico e contraditório da condição humana, abrindo caminho para que novos filósofos começassem a pensar da mesma forma – fazendo com que a dialética se fortalecesse durante os próximos séculos. Durante o iluminismo, ou pós Revolução Francesa, surge um processo de transformação social, pois uma sociedade saía da sombra da igreja e almejava um mundo novo.

Junto a esse mundo novo ou racional, como cita Konder, houve muitas reivindicações plebeias, manifestações políticas e mudança dos costumes que fizeram com que filósofos do período iniciassem um movimento de um mundo novo. Durante esse período não houve muitas contribuições para a dialética, mas o filósofo Diderot teve uma contribuição mais significativa à transformação social e à dialética:

[...] compreendeu que o indivíduo era condicionado por um movimento mais amplo, pelas mudanças da sociedade em que vivia. “Sou como sou” – escreveu ele – “porque foi preciso que eu me tornasse assim. Se mudarem o todo, necessariamente eu também serei modificado.” E acrescentou: “O todo está sempre mudando”³¹.

Diderot diz que o homem estava condicionado ao pensamento mais amplo de uma sociedade e, como mencionamos acima, esse pensamento já estava sendo empregado durante o iluminismo, pois a sociedade a qual ele se estruturava estava em processo de mudanças significativas em todos os meios que permeiam uma vida em sociedade. Então, o homem precisava se condicionar a esses movimentos, modificando também os que o englobam – porque tudo muda e o mundo está em constante transformação.

³¹ KONDER, Leandro Augusto Marques Coelho. *O que é dialética*. 28ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, p. 17.

Registramos que essas transformações fazem com que se trave um diálogo de confrontos e semelhanças, que fazem com que o homem enriqueça sua fonte de conhecimento. Afinal, são nas lutas que o homem consegue perceber a grandeza de seu poder em relação a disputas não corporais, mas mentais. Dessa forma, ele pode trabalhar com a mente do inimigo, instigando-o ao erro; porém as investidas são para ambos os lados, tanto podendo acarretar num desfecho positivo quanto negativo. Essas disputas fazem com que o homem enriqueça seu conhecimento, pois ele acaba interferindo no cotidiano de outro ser e modificando sua percepção acerca de algum tema, como cita Konder, quando fala em Kant, após a Revolução Francesa. Afinal, devido a esse conflito a Europa inteira foi envolvida, tanto diretamente quanto indiretamente, mas os efeitos de uma mudança em seu cotidiano eram visíveis não somente na esfera material, mas também mental, e essas mudanças serviriam para compreender as consequências que aquele ato traria para o mundo novo que estava sendo incorporado aos poucos.

A consciência humana não se limita a registrar passivamente impressões provenientes do mundo exterior, que ela é sempre um ser que interfere ativamente na realidade; e observou que isso complicava extraordinariamente o processo do conhecimento humano³².

Hegel, por sua vez, concordava em um ponto essencial: “no reconhecimento de que o sujeito humano é essencialmente ativo e está sempre interferindo na realidade”³³. O ser humano é ativo, pois ele encontra-se sempre em movimento: ele está sempre em busca de algo, ele irá ser sempre o agente ativo de alguma ação. Como no caso do trabalho, que para Hegel era uma mola que estimulava o desenvolvimento humano; com o trabalho o homem poderia conhecer novos mundos, criar expectativas, o homem pode ser, criar e recriar quantas vezes ele achar necessário, pois ele busca a perfeição – essa nunca existirá, pois sempre haverá algo a ser modificado ou criado. Esse diálogo, que consiste na determinação de criar ou recriar, faz com que o homem busque ainda mais a fonte de conhecimento necessária para realizar suas transformações.

Assim sendo, é claro que não podemos esquecer os pormenores que envolvem o trabalho, uma série de questões foram levantadas desde a Revolução Industrial³⁴: o homem *versus* máquina, o homem *versus* natureza; o homem se tornará escravo da máquina, ou a máquina

³² KONDER, Leandro Augusto Marques Coelho. *O que é dialética*. 28ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, p. 22.

³³ *Ibid.*, p. 23.

³⁴ Surgiu em meados do Século XVIII, mas somente no início do Século XIX que tomou grandes proporções.

substituirá o homem. Porém, é apenas após esse episódio – ruptura que se pode chamar Revolução Industrial – que o homem tem uma maior liberdade no que tange à natureza, pois até então o homem estava vinculado à coisa natureza, e agora ele também está vinculado à coisa objeto.

Essa ruptura, onde o homem já não pertence somente à natureza, faz com que alguns filósofos questionem o que o ser humano está buscando, questões que não nos competem nesse momento, mas que nos instigam a pensar no que essa ruptura acarretou para a vida cotidiana do homem. As criações do homem, onde a natureza não está agindo de forma ativa, mas sim passiva – porque fornece a matéria-prima para a confecção das criações que podem não ser puras, mas podem ser vinculadas à figura do ser humano – são um objeto, porém esse objeto interfere tanto diretamente quanto indiretamente na vida do ser humano. As transformações que ocorrem durante os séculos XVIII e XIX serão propulsoras para o surgimento de novas questões, como o capitalismo, a divisão de classes e o domínio da máquina com relação ao homem, pois ele hoje necessita dela como instrumento de seu trabalho. Ele não descarta a natureza, ele só a transmite de uma forma diferente. O filósofo Marx irá dar uma nova percepção no que tange ao trabalho, porque Hegel trata do trabalho no plano intelectual, mas Marx irá mostrar o trabalho braçal.

O trabalho - admite Marx - é a atividade pela qual o homem domina as forças naturais, humaniza a natureza; é a atividade pela qual o homem se cria a si mesmo. Como, então, o trabalho [...] ³⁵.

Para Marx, a dialética é um processo de totalização e que nunca alcança uma etapa: ele agrega diversas para totalizar uma única. Ele percebe que para o homem criar algo, ele precisa pensar que isso fará parte de um todo. Todo mecanismo inventado, seja objeto ou técnicas para realizar algo, precisa estar ligado para ter sentido. As ideias precisam estar interligadas, pois assim se ocorrer qualquer tipo de problema, essas ideias poderão ser confrontadas com outras que virão para solucionar algum problema que tenha surgido durante o percurso de alguma produção. Por isso que dentro dessa totalidade deverá sempre existir uma mediação, pois será através dessas mediações que os problemas e as soluções serão encontrados, porém poderão surgir contradições, pois elas nos remetem à realidade que estamos vivenciando, e será através dessa realidade que buscaremos a compreensão de todos os fatos ou etapas que precisam fazer parte da totalidade.

³⁵ KONDER, Leandro Augusto Marques Coelho. *O que é dialética*. 28ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, p. 29.

Observamos, até aqui, que a dialética na Grécia Antiga era tratada como a arte do diálogo, mas que ela foi evoluindo a tal ponto de tornar-se a arte do diálogo com relação à realidade na qual o homem está inserido; tal realidade que nos remete a refletir se é uma realidade palpável ou abstrata. Várias questões acerca do pensamento humano vêm sendo buscadas a cada século, diversos filósofos tentam explicar algo que não tem explicação, pois o homem como animal cria seus artifícios para manter-se em sociedade, conviver, porém não se priva de querer saber mais do que o outro. Essa busca constante de conhecimento e reconhecimento faz com que o homem adapte-se a qualquer ambiente ou variante que ele possa estar passando: sua essência irá ser a mesma, mas sua condição mental ou física pode mudar, pois ele pensa e necessita de questionamentos para seguir a sua busca.

Então podemos dizer que, a dialética, que foi sendo “remodelada” com o passar dos séculos, não passa do homem se aprimorando na sua arte de conviver e aprender a viver em sociedade, e o seu viver está condicionado não mais somente à natureza, mas a tudo que ele cria para poder manter-se dentro dessa sociedade. Porém, o que devemos pensar – ou os filósofos tentem decifrar – é que a dialética não está só em interpretar, mas sim em transformar, fazer com que o homem se transforme diariamente e que tenha em suas mudanças a percepção de uma totalidade que nunca será totalidade, pois ele sempre buscará a mesma.

Assim sendo escrito, nós temos como alicerce o Postulado Filosófico de que existe e há o movimento dos contrários e dos conflitos inerentes e intrínsecos a todos os objetos, fenômenos, seres e coisas. Diante desta sentença vamos pensar em estudar o “Acervo da Reserva Técnica do Museu da Cidade do Rio Grande” dialogando – diálogo – dialética – com a sociedade de classes historicamente determinada.

1.4 Objetivos Gerais

O nosso objetivo primário tem o Museu da Cidade do Rio Grande, pertencente à Fundação da Cidade do Rio Grande / RS, como objeto de investigação durante o período de 1984/2011. E a referida instituição sendo investigada como lugar de registro cultural, posto que haja relações de respeito entre a comunidade e a citada instituição museológica. Diante do exposto, podemos observar o quanto é importante a presença de uma instituição que preserve a cultura de uma sociedade. Para tanto, durante a realização deste trabalho, observaremos os diálogos entre o museu e a população e vice-versa, ou seja, estudaremos como essa instituição de salvaguarda do patrimônio, por meio de seu “acervo”³⁶, viabiliza as seguintes reflexões acadêmicas:

- Realizar uma visita ao processo de evolução urbana e de prospecção do futuro do espaço social;
- Possuir certa documentação fotográfica da Aristocracia Urbana e, conseqüentemente, fazer algumas amostras de uma cultura de classe social;
- Propiciar que se apresentem as indústrias da cidade do Rio Grande, entre os séculos XIX e XX, fazendo com que seja mais aprimorada a leitura do acervo referente à industrialização. Esta visita aos citados documentos pretende que o referido acervo possa ser mais bem visto como fonte de conhecimento relacionado às formas de produção que recriam o espaço urbano;
- Tornar acessível dados qualitativos relacionados às redes técnicas e inovações tecnológicas que mantêm registros de cultura;
- Viabilizar o estudo pertinente ao fato historicamente determinado de que o Museu é resultado e condição das contradições e conflitos que permeiam a evolução, a lógica e a dinâmica social, mas o seu acervo pode viabilizar uma visita à determinada classe social do espaço urbano de Rio Grande e não documentar a pluralidade multiforme da sociedade classista.

³⁶ Entendemos que acervo é um conjunto de bens que integram um patrimônio ou de coisas que muitas pessoas têm em comum. Um acervo pode acumular-se por provisionamento, por tradição ou por herança, consoante à natureza do conjunto.

1.5 Plano de Trabalho e Metodologia Científica

O plano de trabalho e a metodologia científica desta pesquisa de campo, na comunidade rio-grandina, consistem em entrevista dirigida, aberta. Somamos a essa técnica³⁷ a observação indireta, devido à singularidade do modo de vida exigir, em alguns momentos, um trabalho de observação do acontecimento que se desdobra no espaço geográfico. Ressaltamos que a coleta de dados em instituições públicas, privadas e mistas é obrigatória na elaboração do relatório de dados empíricos que será submetido à interpretação teórica, metodológica e filosófica no decorrer da redação do texto acadêmico. Portanto, o trabalho de debate teórico é constituído de pesquisa bibliográfica, levantamento, tabulação, análise e interpretação dos dados e, finalmente, a revisão de literatura – digo, permanente construção do referencial teórico, metodológico e filosófico. Registramos que tivemos o cronograma abaixo como procedimento acadêmico e cronológico para a objetivação desta pesquisa científica.

³⁷GUIMARÃES, Alba Zaluar (Seleção, Introdução e Revisão Técnica). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 77.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 58-92.

2. MARCO FILOSÓFICO

Diante do objeto de investigação escolhido para este projeto de pesquisa, temos a preocupação de visualizar um método que nos permita trabalhar com a noção de movimento entre as temporalidades do museu, dialogando com a comunidade e vice-versa. Ressaltamos que o estudo filosófico é relativo à questão de sociabilidade humana e, como este trabalho de pesquisa perpassa pelo conteúdo do conceito cultura e, só tem cultura a espécie humana socializada, resolvemos iniciar um humilde e simples caminho pela filosofia. Diante do exposto nos pareceu pertinente iniciar a leitura com Réne Descartes, que trabalha com o dualismo do ser humano, logo trabalharemos com o orfismo na questão da transcendência da alma; após teremos Platão, Kant, Hegel e Marx para podermos compreender o movimento que vem sendo empregado pelo homem no seu cotidiano.

2.1. Reflexões sobre movimento

Na obra *Discurso do método regra para a direção do espírito*, Descartes é um filósofo das ciências exatas, porém procura manter sua filosofia concreta e positiva. Ele desenvolveu uma ciência prática através de seu método matemático e racionalista; ele procura dentro da lógica a sua validade. O estudioso explana sobre o *cogito*, o inatismo do ser-humano e o dualismo que é estabelecido entre o corpo e o espírito; ele tenta analisar a questão que envolve a existência de Deus em suas teorias e, assim, trabalha com as subjetividades.

Descartes realiza suas análises embasado nas ciências exatas, fazendo com que a filosofia seja, a partir de então, um modelo de pensamento visto não mais como uma forma de vida, mas como um sistema muito mais complexo do que um simples pensar, sendo a ciência que neste momento passa a agir, e que tudo deveria se apoiar nela. Já a física e a metafísica colocam como principal questão, justamente, a questão do conhecimento humano. Descartes apresenta o grande esforço que o espírito humano pode alcançar para realizar a tarefa da busca da verdade, e essa busca se dá através do conhecimento adquirido.

Com relação ao conhecimento, ele tenta explicar como ele é adquirido. Sendo assim, ele insere o método que se baseia em duvidar de tudo que existe, e não aceitar opiniões ou afirmações sem que existam. Para tanto ele traça especulações para chegar a um fator que o leve a ter certeza de sua verdade, e que essa verdade se torne universal. Para que essa verdade seja visualizada, Descartes cria um processo para estruturar uma dúvida, sendo que o primeiro ato é colocar em ordem os pensamentos e ideias das coisas; em segundo ele afirma que devemos analisar cada parte, cada detalhe dessas ideias, dividindo-as em quantas partes forem necessárias para que possamos entendê-las e reordenar todas essas partes – começando da parte mais simples, até se conduzir a mais complexa delas, com a intenção de entendê-las como um todo. Depois de feito todo esse processo, deve-se então, partir para o processo de enumeração, onde devem ser enumerados e registrados todos os detalhes para se concluir e verificar que nenhum detalhe foi omitido. Observamos que o autor mantém seu foco de estudo sobre a lógica, pois a ciência exata é que rege seu pensamento. Ele trava uma dúvida metódica fazendo com que o único método possível do conhecimento humano seja o fato de duvidar, que parece ser o menos perfeito que o fato de conhecer algo.

A famosa frase “penso logo existo”, aonde Descartes chega a duvidar de si mesmo, coloca em dúvida todo conhecimento humano. Ele concluiu que o homem poderia duvidar, já que o homem é como a sua frase. Sobre o inatismo, ele diz que o ser humano possui ideias inatas – ideias que já nascem junto de cada pessoa – e que essas são postas em cada indivíduo como uma marca. Tais ideias são claras e distintas, ou seja, não são inventadas; elas não pertencem ao conhecimento das experiências vividas no decorrer da vida, são ideias que têm o livre arbítrio de poder pensar ou não pensar, mas que se encontram no nosso subconsciente.

O dualismo do ser humano divide-se em corpo – sendo esse a matéria, o que pode ser cientificamente explicado e ser explicado ainda como coisa pensada, ou seja, aquilo que é inerente ao ato de pensar – e espírito – o ser pensante, aquilo que constituiu o ser pensado e sem o qual nada existiria. Todas as coisas que não são o ser pensante, Descartes trata como *res extensa*, ou seja, toda a matéria do mundo; e o ser pensante é justamente tratado por ele como *res cogitans*.

Esses dois conteúdos só se encontram em perfeita união no ser humano, e daí nasce a dualidade para Descartes, pois a mente é dependente do corpo, e o corpo por sua vez é algo extremamente perfeito e que já existe muito antes da mente entender de seu funcionamento.

O que Descartes coloca como sujeito do conhecimento – lógica – só seria abandonado pelo empirismo, em especial, depois de Kant. Descartes acredita na capacidade da razão como a única possibilidade capaz de conhecer e, por sua vez, descarta todo e qualquer conhecimento que advenha do sensível, contrapondo assim toda ideia de Platão. O movimento entre corpo e espírito não tem uma lógica de conhecimento, não se sabe onde ele começa ou termina, porém especula-se que há uma ligação entre ambos. Essa ligação dá-se através do diálogo, onde figuramos uma condição de existir, e esse diálogo faz contraposições entre ambos – corpo e espírito –, para que os dois se complementem e façam parte de algo maior.

Para Descartes, o homem nasceu com a dúvida, ela advém de Deus. Mesmo acreditando na ciência lógica, ele coloca Deus em suas percepções para que haja o movimento entre a matéria e o espírito. Com isso ele pode comprovar a existência de Deus, já que o homem acredita nele como um ser distinto e inato, sendo bom e verdadeiro. Sendo assim, esse ser superior criou o ser humano e junto a ele concedeu o livre arbítrio de aceitar ou não suas verdades, mesmo diante de suas mais claras evidências. Porém, ao não possuímos um conhecimento direto que nos separa da dúvida como método, o que resta então é ter a ideia de que a perfeição pode somente existir em uma natureza mais perfeita – natureza essa que está acima do ser, portanto, essa natureza é Deus.

René reflete sobre o paradigma da subjetividade e inicia uma filosofia que coloca o sujeito como ponto fundamental, passando a ser considerado pelo próprio pensamento como aquele que reflete sobre si mesmo. Portanto, essa subjetividade é seu fundamento metafísico, o ser humano, então, passa a ser visto como sujeito do *cogito*. Em outro momento, ele emprega o termo sujeito que existe para especificar os conteúdos materiais, as substâncias incorpóreas para dar suporte aos pensamentos, e é a partir disso que ele passa a ser considerado o precursor da filosofia da subjetividade, desenvolvendo uma grande revolução do pensamento.

Com a descoberta da subjetividade, Descartes percebe que há um mundo externo à mente, e também a certeza do próprio corpo, dando a veracidade da relação entre corpo e alma constituindo um todo. Para o autor, o corpo humano é uma máquina, porém existem diferenças entre o homem e a máquina. No entanto, para que o corpo ocupe o lugar de sujeito, apesar de manter o corpo e a alma em um mesmo nível, René afirma que é necessário que se tenha consciência de si mesmo, ou seja, ser um Ser que pensa.

Descartes, com seu pensamento “penso, logo existo”, trouxe para a modernidade um novo paradigma, mudando o rumo da filosofia moderna, pois duvidou de todas as coisas para libertar-se por completo de toda dúvida. Entretanto, a descoberta da certeza nasce do exercício da própria dúvida. O método de Descartes propõe provas que atacam a confiança que o ser humano tem várias opiniões, mesmo que essas sejam apenas ingênuas, dando espaço aos sentidos, à imaginação e à razão, pois não se pode ter certeza sobre os sentidos, já que eles podem nos oferecer impressões enganosas.

No *Discurso do Método*, Descartes nos apresenta duas importantes ideias: na primeira os seres humanos como substância pensante e, na segunda, a matéria como sendo a própria extensão em movimento. É a partir dessas ideias que se dá início ao dualismo cartesiano entre a mente e a matéria, e é graças a Descartes que hoje conseguimos analisar a mente e a matéria como coisas devidamente separadas e, ao mesmo tempo, tão próximas, presentes no universo em que vivemos. A essas ideias – a do ser como substância pensante, espírito e matéria – podemos incorporar nosso objeto de pesquisa, pois quando falamos em matéria podemos dizer acervo e, quando falamos em espírito, incorporamos a comunidade. O Museu da Cidade, em suas duas coleções, incorpora objetos da comunidade rio-grandina, tais objetos têm valores distintos no que tange como acervo e no que tange o doador, com algum tipo de sentimento. E é através desse apreço entre doador/objeto que o museu aparece como mantenedor dessa afetividade, dessa continuidade que ele pode proporcionar para um objeto específico.

Esse movimento entre museu e comunidade dá-se de forma implícita, onde o museu aparece como figura protetora do espírito da comunidade. Afinal, as suas origens estão salvaguardadas e o seu futuro poderá ser construído de forma que o seu passado esteja exposto não somente na memória, mas também no visual, não palpável – na lógica como Descartes menciona. A lógica, para ele, que tem que ser sempre exata, necessita de algo tocável – a matéria –, mas que seu espírito também seja carregado de significações, que foram colocadas nele desde que nasceu. E essas significações estão carregadas de contradições, de pensamentos de tudo o que se passa na cabeça do ser humano, sentimentos que não podem ser descritos. Então a matéria – museu – dá movimento ao espírito – comunidade – através de seu acervo, que foi doado pela elite rio-grandina.

Com relação ao espírito e proteção, encontramos no orfismo a transcendência da alma, onde a busca pelo mundo da ideia dá-se de forma quase que palpável, porém a vaidade do ser

humano faz com que ele perca sua pureza, tornando-se escravo de si próprio, fazendo com que sua transcendência ao mundo da ideia não passe de mera viagem ao mundo dos sonhos.

No mito, Orfeu (século VI) perde sua amada e vai buscá-la no Hades. Mas Hades diz que ele somente poderá levá-la se não olhar para ela até sair dali. No entanto, Orfeu não resiste e olha para trás e, assim, nunca mais vê Eurídice. A partir desse momento, a autora analisa a figura do mito perante as relações que são implicadas pela religião do orfismo. O orfismo tem como fundador mítico Orfeu, mas é com Baco ou Dionísio ou ainda Dioniso, deus da fertilidade, que o orfismo se estabelece como religião.

O orfismo era uma religião mítica. Encontramos em Hirschberguer³⁸ que “a dogmática dos órficos era, contudo coisa totalmente diferente de uma afirmação vital. Devemos, antes, considerá-la como uma miscelânea de ascese mística, culto das almas e esperanças”. Observamos que havia o culto da alma, da transcendência da mesma, para ela emergir ao mundo do prazer, pois, segundo Baco, a transcendência do homem estaria no prazer e não no humano. A autora apresenta Orfeu como uma alegoria, pois sua história transcendeu milhares de anos e continua presente no nosso dia a dia através de ritos de passagens tais como casamentos, batizados, noivados, entre outros.

O orfismo busca o não humano, ele busca a transcendência onde encontrará a felicidade, pois para essa doutrina somente vale o prazer. O desprazer fica no mundo material, onde o homem tem seu corpo como prisioneiro. Ele não se permite viver no mundo das ideias que permitem o prazer, já o material faz com que o homem sinta os desprazeres da vida. A questão do mito, que passa a ser realidade desde que seja cultuado, mostra que Orfeu, um simples músico, passou a ser divinizado após ter coragem de ir ao Hades em busca de sua Eurídice e, em um ato humano de egoísmo, olha para trás e perde sua amada para sempre. Observamos que o mito de Orfeu é tão humano quanto um pescador, pois ele foi em busca de algo que queria muito, sem medo e superando seus limites, mas mesmo assim ele perdeu, pois deixou-se levar pela atitude humana de ter curiosidade. Podemos ver que a autora tenta mostrar que o homem necessita de um mito para justificar sua existência ou algo que o faça crer que o próprio homem possa fazer algo sozinho.

³⁸ HIRSCHBERGUER, Johannes. *A História da filosofia na antiguidade*. Tradução Alexandre Correia. São Paulo: Editora Herder, 1965, p. 31.

A questão do humano e do não humano se faz presente no decorrer do texto, pois o orfismo prega o prazer eterno, prazer que somente será encontrado na transcendência da alma. O humano acaba por ficar com o prazer finito, onde até sua morte poderá desfrutar de momentos de felicidade, mas com tempo determinado.

Enfim, o orfismo é uma crença que prega a divinização do homem, na transcendência de sua alma, onde poderá gozar de prazer eterno e desfrutar das coisas boas que a vida pode proporcionar. Com relação a esses prazeres iremos encontrar em Platão o diálogo entre corpo e alma, onde o corpo prepara a alma para a imortalidade.

Esse diálogo dá-se de forma onde a alma em vida deverá lutar contra os prazeres, pois somente assim ela poderá obter a imortalidade. Como vimos no orfismo, o mito Orfeu acabou perdendo-se devido à sua vaidade: a vontade de olhar para trás foi mais forte do que ele e, assim, acabou com todo o sonho que vislumbrava encontrar na figura de Eurídice.

Platão tem como tema central, em *Fédon*, a relação entre corpo e alma. Na obra, observamos que Platão não dá ênfase ao corpo, pois para ele o mesmo induz ao erro, fazendo com que a alma fique mais distante no que tange a *psyquê*. Encontramos na obra *História da filosofia na antiguidade*³⁹, na página 130, o seguinte relato para Platão: “o homem é uma união do corpo e da alma...o corpo é, para a alma, uma espécie de veículo e, portanto, mantém com ela relações apenas acidentais”. Entendemos então que o corpo é somente um casco onde a alma vive durante sua estada no âmbito terrestre, e que sua alma é imortal, pois quando morre ela transcende o mundo sensível. E ainda na mesma página: “não há um justo equilíbrio entre ambos, a alma é propriamente o homem, sendo o corpo apenas uma sombra”. Sendo assim, constata-se o descaso da alma pelo corpo.

No *Fédon*, Platão toma como partida a execução de Sócrates, que foi condenado a tomar um cálice de cicuta; o diálogo inicia com Equécrates perguntando a Fédon sobre a morte de Sócrates. Observamos que a conversa é um tanto filosófica no que tange à morte. Sócrates, em suas palavras, eterniza o momento e faz com que os presentes no recinto reflitam sobre tal tema. Observamos, na página 118, que Sócrates estava consciente do que iria acontecer-lhe, como relata Fédon: “a consciência de que aquele homem estava para morrer causava em mim uma extraordinária mistura de pesar e satisfação”.

³⁹ HIRSCHBERGUER, Johannes. *A História da filosofia na antiguidade*. Tradução Alexandre Correia. São Paulo: Editora Herder, 1965.

A discussão sobre o suicídio ser permitido ou não, faz com que os homens reflitam sobre seus atos, e a soberania que lhes é imposta. Temos um Deus e, sendo ele um ser supremo, somente ele tem o poder de dizer quando nascemos ou quando morremos. Encontramos na página 122 um trecho em que Sócrates fala “é justo que alguém não possa se suicidar e que é necessário aguardar que o deus nos envie uma ordem formal para sairmos da vida”. Entende-se que, para Sócrates, a questão da morte faz parte de um renascimento e que todo filósofo deve almejar a mesma, pois essa transição faz parte do ciclo da vida. Encontramos tal fala na página 124: “os verdadeiros filósofos trabalham durante toda sua vida na preparação de sua morte”.

No texto encontramos a relação corpo e alma, principalmente, depois da morte, preparando os indivíduos para a imortalidade da alma. A grande questão do texto é sobre se existe a imortalidade. Se pensarmos que os filósofos anseiam pela morte enquanto sua alma descarta seu corpo e vai para um mundo mais puro, o mundo sensível, podemos dizer que o mundo no qual vivemos é um mundo impuro, que faz com que a alma se aproxime das indisposições que deterioram o sentido mais puro do que tange a alma. O objeto que a alma procura é a razão que se fundamenta na verdade, como encontramos na página 127: “a razão deve seguir apenas um caminho em suas investigações, enquanto tivermos corpo e nossa alma estiver absorvida nessa corrupção, jamais possuiremos o objeto de nossos desejos, isto é, a verdade”.

No livro *História da filosofia na antiguidade*, mais especificamente na página 141, a imortalidade abrange três argumentos na concepção de Platão: o primeiro “a imortalidade resulta da existência dos conteúdos a priori do pensamento ... conclui apenas a preexistência da alma”, o segundo “a alma deve ser imortal por ser simples...o não ser a alma dessa espécie resulta da sua afinidade com as ideias....a alma é o lugar do conhecimento das ideias, portanto, devemos concluir que ela, estruturada do mesmo modo, é também simples” e o terceiro no qual “a imortalidade da alma resulta da sua essência... pois significa vida...esta é auto-movimento”. Porém, na página 142, observamos que realmente a concepção que Platão adotou foi a “de que o homem é, essencialmente, a alma; e de que a sua verdadeira pátria não é este, mas o mundo do além” – esse livro traz as teorias de Platão.

Seguindo o texto, o diálogo continua com seus debates sobre morte e a alma e como iriam saber se a alma se liberta de todos os males se eles não têm provas. Sócrates tenta explicar-lhes, como vemos na página 132: “se as almas dos mortos se encontram ou não no Hades... as almas ao deixarem este mundo, vão para o Hades, e que dali voltam para a Terra e retornam à vida após

haverem passado pela morte... deduz-se necessariamente que as almas estão no Hades durante esse tempo, porque não voltariam ao mundo senão existissem”. Ao entrarmos nessa questão de regresso das almas, podemos ver que desde a antiguidade o homem vem buscando respostas a questões que afligem sua mente, questões como morte, vida pós-morte e se o homem estará aqui no futuro. São questões que vem sendo trabalhadas por milhares de anos, mas que ainda não obtivemos respostas – mas que sempre estarão em pauta em reuniões ou em conversas informais. As pesquisas sobre temas que envolvam a humanidade não estão somente no âmbito acadêmico e sim no cotidiano de cada ser humano, pois esse busca respostas para seus questionamentos, e são esses questionamentos que fazem com que o homem busque sempre respostas.

Sendo assim, podemos ver que o diálogo de Fédon dá-se na figura entre alma e imortalidade: onde a alma em vida deve lutar contra os prazeres e o vício do corpo, onde a alma está condenada a viver e onde quer libertar-se, e essa libertação dá-se na procura do conhecimento e na busca do bem.

Observamos que os textos *Diálogo e dialética em Platão*, de Sérgio Augusto Sardi, e Platão (Coleção Pensadores) trazem temas diferentes. No primeiro, encontramos uma percepção mais materialista, mostrando como o corpo e alma trabalham juntos para a construção das ideias, tendo um contexto mais material e palpável na razão e, o segundo texto, nos traz a filosofia, as maneiras de perceber a alma com um todo, desprendida do corpo, transcendendo o mundo e perpetuando-se com a imortalidade. Portanto, o texto nos remete as inquietudes da humanidade, as perguntas que transcendem os tempos e que até hoje minam as nossas mentes por não haver resposta concreta.

Com relação a uma resposta concreta, Kant traz em sua obra *Crítica da Razão Pura*, a incapacidade do ser humano resolver seus problemas. Durante sua explanação o autor trava uma conversa entre racionalismo e empirismo. Kant trabalha com o tempo, porque ele pode ser entendido com a exposição transcendental do movimento, porém, sua busca está em descobrir o conhecimento e quais são seus limites, movimento que se dá através da sensibilidade que culminará no conhecimento.

A *Crítica da Razão Pura* origina-se da inquietação de Kant com a incapacidade da razão humana para resolver seus próprios problemas. Segundo Kant, a estética é criação humana porque os animais estão presos à natureza, o único animal que consegue ir além da natureza é o

homem. Assim, o pensamento de Kant conciliou o racionalismo com o empirismo e sua percepção permitiu atribuir importância tanto para a sensibilidade quanto para o pensamento.

Para defender esta postura, Kant estabeleceu uma distinção entre conhecimento puro e empírico. No conhecimento puro existem os juízos analíticos e os juízos sintéticos. Os juízos analíticos possuem em seu conceito todo o predicado e, por simples análise, pode-se retirá-los da proposição; já os juízos sintéticos não contêm em seu conceito o sujeito e o predicado, portanto, recebem-nos devido ao contato com a realidade e por depender da experiência ele é *a posteriori*. Dessa forma, o juízo sintético acresce conhecimento, enquanto que o analítico não acumula saber.

Portanto, para Kant existem duas formas distintas de conhecimento, ou seja, o empírico e o puro. Existem juízos analíticos e juízos sintéticos e, ainda, um terceiro tipo de conhecimento, que é fundado no juízo sintético *a priori*, aquele que formula hipóteses. Existe um aparato de categorias, no intelecto do sujeito, que permite o conhecimento, mas esse conhecimento restringe-se ao fato não sendo possível o acesso à coisa em si, ou seja, a essência de cada ser.

Deste modo, Kant conseguiu aliar o empirismo de Locke ao racionalismo de Descartes, ou seja, o conhecimento depende tanto da experiência quanto do pensamento. Assim, sensibilidade e pensamento são indispensáveis para que possamos conhecer algo. Dentro da filosofia de Kant, é necessário que algo seja conhecido primeiro pela razão para que a ciência seja instaurada. Para isso, ele realiza uma "revolução copernicana", que consiste na ideia de que é o objeto que gira em torno do sujeito e não o contrário – sendo o homem o ponto central no processo de conhecimento.

Tendo compreendido que a razão não se limita ao campo dos objetos sensíveis, mas que é sempre conduzida a ultrapassá-los na busca de algo incondicionado que complete a série das cadeias formais, Kant propõe uma forma de salvar este direito da razão, sem que ela caia em erros ou ilusões incoerentes.

Ele pretende que esta característica da razão seja salva porque é dessa atividade da razão que se chega aos princípios transcendentais, que oferecem as regras à razão como direção para as operações do intelecto de maneira coerente. O interesse de Kant é expor uma reflexão mais profunda acerca das ações, a sua filosofia crítica procura situar os limites da razão teórica porque ela não pode pensar e buscar comprovar empiricamente os seres transcendentais. Do mesmo modo, cabe à razão teórica fazer ciência a partir do fenômeno, enquanto que a razão prática pode

pensar o transcendente, ou seja, a razão prática deve ser incondicionada já que não se limita ao empírico.

A filosofia crítica de Kant tende colocar em seus devidos lugares todos os elementos da razão, restringindo-a no campo empírico ao conhecimento do fenômeno e atribuindo-lhe a incondicionalidade, no campo da razão prática, que independe do empírico. Esta divisão conferiu novo caráter à metafísica porque deixou de lado a busca tradicional da essência pelo mundo empírico, verificando que é possível pensar os seres transcendentais pela razão prática. Este movimento deslocou a metafísica tradicional para a metafísica dos costumes. Assim, Kant conciliou o aparato do intelecto dos racionalistas com a necessidade da experiência dos empiristas.

Segundo Kant existe um objetivo comum a seguir, ou seja, um interesse comum de conhecimento seguro – é preciso deixar de lado o simples palpar e obter um conhecimento seguro baseado na ciência. No entanto, ainda estamos afastados disso, mas para conseguirmos nos aproximar é preciso abdicar de toda e qualquer reflexão inútil. Sendo assim, a razão pura possuiu um caminho bem mais intenso a ser percorrido para chegar a um conhecimento seguro.

Neste sentido, o conhecimento da razão pura pode relacionar-se com o objeto de dois modos. O primeiro é o conhecimento teórico e o segundo é conhecimento prático da razão, assim, a parte pura das duas partes deve ser exposta sozinha. Com relação à razão, ela deve ir à natureza tendo em uma das mãos os princípios, segundo os quais fenômenos concordantes entre si podem valer como leis, e na outra a experimentação que imaginou segundo os seus princípios.

Kant aborda alguns métodos para explicar a sua estética transcendental, como recolher a sensibilidade com o intento de buscar a intuição empírica; separar na intuição empírica tudo que pertence à sensação com o propósito de encontrar a intuição pura; encontrar formas puras de intuição sensível. Esses três métodos implicam em efetivar o objetivo da estética transcendental, pois essa é o conhecimento dos princípios da sensibilidade *a priori*.

O espaço é a forma pura da intuição sensível, isso significa que o espaço é uma representação *a priori*. O espaço é condição dos fenômenos, isso é diminuído porque não é possível pensar em nenhum objeto fora do espaço, pois, se o espaço é condição de possibilidade, então ele só pode ser dado e isso mostra que ele é *a priori*, pois é precedente a qualquer experiência e também serve de condição de probabilidade dos objetos. Logo, o espaço é uma intuição pura.

A exposição metafísica do conceito de tempo diz que ele é a forma pura da intuição sensível porque tem que estar subjacente *a priori*, para que a simultaneidade ou a sucessão de algo seja dada à percepção, isto é, a condição sem a qual não seria possível pensar os fenômenos em sua relação de causa e efeito, simultaneidade e sucessividade. Isso geraria uma ideia de que o conceito de tempo, como conceito de espaço, faz parte de nossa estrutura cognitiva que é dada, mas desconhecemos sua origem.

A exposição transcendental do conceito de tempo diz que ele é a possibilidade de um conhecimento sintético *a priori* para a doutrina geral do movimento. Sendo assim, temos evidenciadas as duas formas da intuição sensível, o espaço e o tempo. Essas formas fazem parte da nossa estrutura cognitiva e são condições de possibilidade para pensar os fenômenos em geral. Em Kant os temas de semântica são independentes e precedem os de epistemologia, uma questão formulada por meio de pensamentos sem conteúdo é insolúvel. Deste modo, não se admite uma resposta que use características determinadas e que fosse definitivamente verdadeira ou falsa. Sendo assim, o problema da solubilidade de problemas teóricos pode ser reduzido, no essencial, a dois outros: o da possibilidade de os conceitos usados terem um conteúdo no domínio de objetos que nos podem ser dados e o da possibilidade de os juízos empregados nas respostas terem a sua verdade ou falsidade determinada nesse mesmo domínio. Essa problemática pertence à “lógica transcendental”. Diferentemente da lógica formal, a lógica transcendental é uma ciência *a priori* que só se ocupa das leis do entendimento e da razão.

Para tanto, a lógica transcendental procede de maneira diretamente *a priori*, sem consultar a experiência, fazendo uso do conhecimento chamado transcendental, pelo qual sabemos certas representações, entre elas os conceitos. Sendo assim, a lógica transcendental pode ser explicada como uma teoria *a priori* do significado de conceitos e da verdade de juízos no domínio de interpretação constituído de fenômenos naturais acessíveis à intuição.

Concluimos então que a “Estética transcendental” é a primeira parte da jornada kantiana que tem o intento de desvendar como é possível o conhecimento e quais são seus limites. Sendo que tal parte se ocupa da sensibilidade e tenta elucidar quais são suas formas *a priori*.

Enquanto Kant trabalha com a sensibilidade *a priori* na busca do conhecimento, Hegel é mais racional, realizando um trabalho dialético entre objeto evidente e o que considera como objeto conhecido. Ele tem uma tríade no que tange sua dialética: tese, antítese e síntese. Ele

acredita que é através da compreensão da história que compreenderemos o movimento do homem.

O filósofo Hegel é apresentado pelos autores François Châtelet e pela Coleção Os Pensadores. Eles abordam questões como a metafísica, o ser, o nada, o devir, a consciência do espírito, entre outras questões levantadas por Hegel em seus estudos.

Para Hegel a metafísica é um problema teórico, mas a metafísica teológica afirma que Deus é objeto. Esse objeto está no meio da ideia e essência que é uma natureza verdadeira e imutável, sendo assim, Hegel utiliza o status do conceito “material usado pela metafísica até então para construir seu edifício”⁴⁰ e, então, o conceito acontece no meio do erro e do acerto. Em primeira análise desses conceitos que Hegel emprega encontramos o “ser”. Para Hegel o ser é “determinante de qualidade...o ser é o imediato indeterminador; é livre de toda determinidade em relação à essência, ou a toda outra determinidade que possa ter em si. Esse ser isento de reflexão é o Ser tal como ele é imediatamente em si mesmo”⁴¹.

Hegel observa corretamente que o velho ditado *Ex nihilo nihil fit* nada mais exprime do que a negação do devir. Contra essa negação, afirma a indissolubilidade e a conversibilidade recíproca do ser e do nada. Do ser e do nada compete dizer que em nenhum lugar existe alguma coisa que não contenha em si tanto o ser quanto o nada. Quando se fala de algo de real, essas determinações não se encontram mais em sua completa verdade, em que estão como ser e como nada, mas encontram-se em outra determinação e são entendidas, como positivo e negativo – sendo que o positivo contém o ser e o negativo contém o nada como base abstrata.

O absoluto de Hegel é o pensamento que se reflete a si mesmo, o que equivale a dizer que o absoluto é o espírito. A dialética de Hegel consiste em uma tese onde a afirmação de trindade mais a figura do pai (Deus) são iguais a uma totalidade divina, o amor quando se sente e se perde de si mesmo, a origem é única, depois a antítese da natureza.

Filosofia para Hegel é a construção do absoluto pela consciência, superando oposições de dialética do finito e infinito, onde afirma o infinito negando o finito e assim o finito negando o próprio finito, isto é, negando a própria negação. Para Hegel não há sentido uma teoria do conhecimento, pois a relação sujeito-objeto encontra-se numa síntese global onde o espírito é a síntese de toda a realidade, isto é, toda experiência necessita de um contexto histórico.

⁴⁰ CHÂTELET, François. *Hegel*. Biblioteca de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 56.

⁴¹ *Ibid.*, p. 57.

Hegel é o filósofo da razão absoluta querendo fundamentar uma metafísica isenta da crítica kantiana e, assim, não tira conclusões da experiência que a ultrapassa, mas indaga pela essência e pela condição da própria experiência. Para esse filósofo a razão é um conjunto das leis do pensamento, isto é, os princípios, os procedimentos do raciocínio, as formas e as estruturas necessárias para pensar. A relação interna e necessária entre as leis do pensamento e as leis do real é a unidade da razão subjetiva e da razão objetiva – e a essa unidade Hegel dá o nome de espírito absoluto.

Sendo assim, Hegel afirma que toda realidade é racional e que toda racionalidade é real, sendo que a razão é histórica. O trabalho com o objeto é evidente, ele investiga o que se considera o conhecido. A essência do pensamento dele é a dialética, isto é, pensar é um processo de unificação. Metafísica e lógica coincidem: “tudo que é real é racional; tudo que é racional é real”. Não há distinção entre o pensamento absoluto e o ser absoluto: o pensamento não é senão o pensamento do ser, e o ser não é senão o pensamento. O que Kant separa, Hegel une, ser e pensar, o racional por si só é real, que significa que a realidade é capaz de ser expressa em grupos reais. O objetivo de Hegel é reduzir a realidade a uma unidade sintética dentro de um sistema denominado idealismo transcendental.

Na dialética de Hegel, forma e conteúdo são inseparáveis. Ele afirmava que a filosofia estava sempre embasada na história, embora sempre persiga uma concepção de realidade como um todo em evolução, em que cada parte é animada por todas as outras. Deus para Hegel é transcendente no mundo, ele está neste mundo e está nele mesmo, no infinito ou no finito. Deus é histórico, vivo e ator na história; como eterno, ele funda a história do homem e do mundo sendo, ao mesmo tempo, origem, centro e futuro do homem e do mundo.

Para Hegel, o saber de si é sempre um saber do outro e vice-versa; a consciência que em si, já é um saber – é sempre saber de algo. Na consciência a caminho da consciência de si, que representa o "vir-a-se-de-si" (o devir) da ideia, ou seja, a passagem da razão ao espírito, está figurada essa dialética do saber. Trata-se, de acordo com a tríade da dialética hegeliana (tese/ideia; antítese/natureza; síntese/espírito), do desenvolvimento das figuras ou estágios da consciência, compreendidas da seguinte forma: o instante da "tese" (o ser em si) corresponde ao conceito da ideia em si; o instante da "antítese" (o ser para si) corresponde ao conceito da ideia em seu exteriorizar-se, em seu tornar-se outro, ou seja, a ideia fora de si; e o instante da "síntese" (o ser em si e para si) corresponde ao conceito da ideia em si e para-si, a ideia em seu retorno a si.

Enfim, para Hegel não há acesso à filosofia senão através de sua história, que não é outra coisa senão a manifestação do pensamento humano, conforme a própria compreensão hegeliana de filosofia, ou seja, apreensão da história no pensamento através do espírito absoluto.

É através da busca do espírito absoluto e da história como movimento do homem que surge a figura de Marx, onde o homem chega a um patamar mais racional e, no que tange à sua natureza, o homem já não é puro: ele se transformou com o passar de sua historicidade. Ele acumulou conhecimento e o transformou em matéria, fazendo com que sua transcendência se tornasse perceptível no que diz respeito a um conhecimento específico, fundamentado em algo que fosse palpável às suas ideias. A questão matéria e espírito evoluíram ou “in-voluiram”⁴² perante sua jornada histórica.

Os manuscritos econômico-filosóficos foram publicados após a morte de Marx. Nesses manuscritos encontramos reflexões sobre conceitos filosóficos profundos, que dizem respeito à existência do ser humano, suas relações com a natureza e com os seus semelhantes. Neles Marx, diz que a história humana é produto de dois processos que não apenas são reciprocamente necessários, mas também são universais de fato, pois acontecem em todos os lugares e épocas aonde existiu uma sociedade humana. Esses processos são as relações que os seres humanos estabelecem com a natureza e as relações que os seres humanos estabelecem entre si. O processo de apropriação do mundo natural pelo homem consiste em uma transformação destes elementos materiais, através do qual são produzidos objetos que satisfazem determinadas necessidades humanas. Esta atividade é o trabalho que se determina na transformação e é a realização tanto dos objetivos da sociedade, quanto do seu poder sobre a natureza. Esse trabalho faz com que se tenha uma reciprocidade entre natureza e homem.

Marx diz que “a propriedade privada é um movimento autônomo que se tornou para si na consciência, é a indústria moderna como sujeito”. Isso ocorre quando o sujeito torna-se consciente de sua força. Com a produção e a necessidade dos bens indispensáveis à vida, possui uma ligação com a produção da própria vida do ser humano. O trabalho não produz apenas os objetos, mas produz também os próprios produtores. Esse diálogo entre produtor e produto faz com que as relações de produção evoluam e transformem o cotidiano do homem culturalmente, fazendo com que ocorra uma consciência maior da efetividade que há na relação de homem *versus* trabalho. Assim, o trabalho torna-se fundamental para a existência do homem e a natureza

⁴² Quando falamos in-voluiram, significa que retrocederam em sua evolução.

surge para corresponder ao seu lado primitivo – ela surge para organizar socialmente o homem. Isso ocorre porque tanto o trabalho quanto a natureza tornam-se complementares para poder seguir seu processo evolutivo.

Em meio a essa sincronização entre trabalho e natureza, surgem processos que são recíprocos e antagônicos aos processos produtivos, tais como poder, conflitos e sociabilidade, que fazem com que ocorram rupturas em cada processo distinto. Porém é através dessas diferenças que cada um, de sua maneira, adapta-se e evolui para um bem maior para o homem. A alienação consiste em um processo da evolução social e significa a dominação dos seres humanos pelas suas próprias criações, a redução do homem a um escravo de objetos que ele próprio produziu, a submissão da subjetividade a um mundo subjetivo que é produto da potência criadora daquela subjetividade. Sendo assim, o criador passa a ser controlado pela própria criação, onde ele torna-se opressor da humanidade, impondo suas criações e tendo méritos por ter criado.

A formação do capitalismo se deve ao comércio colonial e às revoluções burguesas, e a destruição da produção familiar tradicional, à ligação entre a sociedade capitalista. Todos esses fatores ocorrem devido à redução do homem a servo das coisas e à sua simples idolatria por objetos criados devido a necessidades impostas pelo próprio homem, fazendo com que o dinheiro torne-se o fator principal dos grandes conflitos.

Os homens que vivem sob o modo de produção capitalista vão se tornando cada vez mais impotentes em relação ao funcionamento da sociedade. Mesmo que façam parte de uma unidade cada vez mais fundamentada, são isolados uns dos outros, ao mesmo tempo em que uma ordem social cega domina as suas vidas. Sendo assim, a propriedade privada torna-se um direito da desigualdade, onde nem todos têm acesso, mas todos têm direito.

A partir de Hegel – *Phenomenology of Mind* (Espírito) – a propriedade, portanto, contradiz-se em todos os estilos, tanto quanto a ausência de bens, cada um tem dentro de si ambas as teses opostas e contraditórias, tanto na universalidade quanto na particularidade. Podemos observar que para Hegel no saber absoluto – no capítulo final da Fenomenologia – o fundamental é que o objeto da consciência nada mais é do que a autoconsciência, pois a objetividade é tomada por uma alienação do homem, uma relação que não corresponde à autoconsciência.

Notamos que no terceiro manuscrito foi possível identificar a categoria *Veräußerung*, traduzida por venda, como a mediação que permite a exterioridade do trabalho em relação ao produtor (alienação) transformar-se em inversão, na qual o produtor se subjugava ao produto

(estranhamento). Ficou evidente, no entanto, que alienação e estranhamento, mesmo que distintos, são categorias complementares. O estranhamento é a consequência necessária da alienação do trabalho; a venda, para Marx de 1844, é a mediação que atualiza essa inversão.

Portanto, tornou-se evidente, no texto de Marx, que a alienação aparece sempre vinculada ao estranhamento, enquanto uma dada forma do trabalho humano se apresentar. A *Entfremdung*, ou estranhamento, seria a realização da *Entäusserung*, alienação. Em outras palavras, a alienação enquanto separação do homem de seu produto, sua atividade, do gênero e dos demais homens acaba por gerar a *Entfremdung* – o estranhamento – do homem em relação ao produto, atividade, gênero dos homens entre si. Sendo assim, tal separação acaba por forjar o antagonismo entre homem e produto, invertendo a relação de tal forma que o produto e a atividade tornam-se intensos e estranhos frente aos indivíduos. E o gênero e os demais homens transformam-se de fins em simples meios de produção e reprodução da atividade humana.

Marx reconhece a alienação como momento necessário da objetivação, sendo que o lado subjetivo da objetivação pode ser identificado em várias passagens do texto de 1844 – mas em nenhuma delas aparece associada à alienação, a não ser quando o que está em pauta é a contraposição a Hegel. Entretanto, podemos identificar esses momentos quando não se trata da formulação própria de Marx, mas da utilização da terminologia hegeliana para demonstrar sua impropriedade. Verificamos que em várias partes do texto foram retomados todos os momentos em que se poderia vincular, de alguma forma, as categorias alienação e objetivação nos manuscritos, no entanto, podemos ver que, em todos eles Marx está se referindo ao seu interlocutor, buscando seus próprios termos para estampar suas carências e equívocos.

Então, podemos dizer que os manuscritos traduzem o pensamento capitalista de Marx, onde quanto mais o operário produz, menos ele custa para a economia e, conseqüentemente, mais ele se desvaloriza – chegando ao ponto de se tornar uma mercadoria do capitalismo. Quanto mais o operário produzir, mais ele está valorizando o mundo das coisas e desvalorizando o mundo dos homens. O operário recebe primeiro o trabalho e depois o meio de subsistência, sendo em primeiro lugar operário e depois pessoa física, tornando-se assim escravo de seu próprio trabalho. A economia política esconde a alienação na essência do trabalho porque ela não considera a relação direta entre o operário e a produção. O trabalho transforma o operário em uma máquina que não consegue afirmar-se e não se sente à vontade com a situação imposta.

Para Marx o produto do trabalho é alienado do trabalhador, por ser algo exterior a ele, a ponto de não lhe pertencer. Deve ser então propriedade de outro, que não é evidentemente quem o produziu, nem os deuses e muito menos a natureza, como pensavam os antigos. Então, logicamente, deve ser outro homem que tomou dele aquilo que deveria lhe pertencer. Com isto estão fundadas as bases para a exploração de um homem por outro. O excedente do trabalho alienado termina por dar início ao acúmulo de riquezas e, conseqüentemente, ao surgimento da propriedade privada. Marx diz haver uma identidade entre a propriedade privada e o salário, sendo assim, o capital simplesmente universalizaria a relação do homem com o trabalho, mantendo o salário e a propriedade privada como conseqüências do trabalho alienado.

Observamos, durante nossa trajetória entre os filósofos, as diversas vertentes apresentadas no que tange à construção do conhecimento do homem e no que diz respeito ao homem sobre seu conhecimento. A constante busca pela razão, ou pelo que achamos que possa ser racional, às vezes, faz com que o homem haja de forma irracional, cometendo atrocidades contra sua própria espécie e se afastando cada vez mais de sua natureza.

Esse movimento que se dá na construção do conhecimento do homem faz com que ele torne-se escravo de si próprio. No caso do nosso objeto da pesquisa, o Museu da Cidade do Rio Grande, observamos que o diálogo entre acervo e comunidade dá-se de forma subjetiva, sentimentalista, onde os objetos do acervo são vistos pela comunidade como algo que transcende uma vivência. Essa vivência poderia ter sido através do cotidiano ou por alguma experiência sentimental que veio a marcar aquele objeto como único, fazendo com que seu doador almejasse que fosse exposto para que todos apreciassem aquilo que, algum dia, fez a diferença para ele.

As relações entre o museu e a comunidade são de extrema importância para a continuidade do diálogo que se faz necessário entre homem e matéria, pois esse diálogo faz com que ocorra o movimento entre ambos, que culmine em um bem maior. A figura do museu não é meramente um lugar onde encontramos objetos antigos, mas sim um local onde podemos encontrar vivências passadas, e é através dos objetos que poderemos travar um diálogo entre o passado e o presente e vislumbrar o futuro, preservando as tradições que iniciaram um processo de conhecimento que transcende os tempos.

Através da análise do método dialético, encontramos o nosso movimento, o movimento da sobreposição dos tempos e espaços dentro do museu, o diálogo entre museu e comunidade. Nessa transcendência de conhecimentos, onde o museu entra como ouvinte da comunidade, onde a

comunidade vê-se no museu, sua cultura está exposta, o seu conjunto de significações encontra-se aberto a quem quiser obter o conhecimento dessa comunidade. Suas peculiaridades estão à amostra de quem quiser participar das mesmas, o museu serve como grande palco para o espetáculo dos objetos que compõem uma história.

Essa historicidade, como podemos observar em Marx, faz-se necessária, pois o homem não é um ser vindo do nada, ele é um ser que construiu um caminho, construiu seu conhecimento, ele está sempre em busca de conhecimento. E esse conhecimento adquirido através dos tempos pode ser visto devido às suas construções não somente mentais, mas também materiais que também encontramos salvaguardadas nas reservas técnicas dos museus entendidos como casas de cultura. A matéria mostra o conhecimento personificado, as grandes invenções ou os pequenos objetos que o homem criou e fazem de sua história uma rica “enciclopédia”, onde sempre haverá algo mais a acrescentar, pois esse homem está em movimento e ele precisa do conhecimento para manter seu diálogo consigo mesmo.

3. MARCO TEÓRICO

3.1 Cultura, Geografia Cultural e Museu

A palavra cultura pode ter vários significados. Ela pode significar que uma pessoa pode ser culta ou inculta, também pode abranger algum aspecto de uma coletividade que possa ser comparada a outra ou, ainda, pode abranger uma coletividade que se desdobre em dois tipos de cultura: a de massa e a de elite. Quando falamos o termo cultura, logo vêm os caracteres que um ser tem para ser culto ou inculto. Não pensamos a princípio na coletividade, apenas comparamos um homem com outro, se essa pessoa pode ser incluída a uma sociedade, e se ela está apta a conviver com certo tipo de grupo ou frequentar algum lugar.

[...] o homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, á procura do significado⁴³.

Porém, a palavra cultura não provém somente de um ato único. Ela vem de coletividade, ela apropria-se de algo de uma determinada sociedade e contrapõe a outra sociedade, fazendo com que haja um diálogo entre ambas. Assim, alguns aspectos culturais de determinada sociedade poderão ser reconhecidos em outra, desde que haja uma intersecção de ambas, não uma fusão, mas sim um aspecto que diferencie uma da outra. Segundo Chauí, entende-se por cultura:

Vinda do verbo latino colere, que tem o sentido de “cultivar”, “criar”, “tomar conta” e “cuidar”, cultura significava, na Antiguidade romana, o cuidado do homem com a natureza – donde agricultura. Tinha o sentido também de “cuidado dos homens com os deuses” – donde a palavra culto para se referir aos ritos religiosos – e o de “cuidado com a alma e o corpo das crianças”, com sua educação e formação – donde a palavra puericultura (em latim, puer significa “menino” e puera, “menina”). Nessa última acepção, cultura era o cultivo ou a educação do espírito das crianças para tornarem-se membros excelentes ou virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento das qualidades naturais (caráter, índole, temperamento). Com esse sentido, cultura correspondia ao que os gregos chamavam de Paideia, a formação ou educação do corpo e do

⁴³ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 15.

espírito dos membros da sociedade (de paideia vem a nossa palavra pedagogia)⁴⁴.

Cultura pode ser designada pela forma como certa característica de uma determinada sociedade torna-se perceptível a outra sociedade. Por exemplo, o churrasco, no Rio Grande do Sul, é conhecido no Brasil como característica da sua cultura, enquanto no nordeste tem-se a cultura de lavar as escadarias da Igreja do Bonfim. Cada estado, no caso Brasil, tem suas características culturais conhecidas em território nacional através de suas peculiaridades, sendo que essas culturas se miscigenam pela transcendência do ato cultural, pois a cultura sobrepõe-se a qualquer ato pequeno: ela faz com que ocorra uma disseminação cultural por onde quer que haja algum ato que possa ser transmitido.

Tomamos consciência de que cultura não estava nas coisas, mas que se encontra na *relação que o homem é capaz de estabelecer entre as coisas e ele mesmo*. A cultura é do domínio do ser e não do ter. É um *mais-ser* pela mediação do real e não um *mais-ter* ou um *mais-saber*. Tudo aquilo que nos envolve pode então, num certo momento e de uma certa maneira, tornar-se cultural (...) A cultura consiste em poder olhar de um certo modo o mundo e nele descobrir certas correspondências. Ela consiste em estabelecer uma relação⁴⁵.

A cultura confunde-se com os fatos históricos, pois os fatos históricos podem determinar um padrão cultural para determinada sociedade. Citamos o Rio Grande do Sul, no caso da Revolução Farroupilha, no ano de 1835, quando se estabeleceu um padrão cultural no que tange aos hábitos durante o período de confronto, como as vestimentas, a alimentação e os ritos que cada homem ou grupo tinha para se manter presente ante sua família, já que passava muito tempo fora. Esses ritos fizeram com que o padrão cultural, naquele determinado momento, tivesse uma ramificação, pois a cultura é multiforme, ela pode mudar, poderá ter diversas diretrizes de um mesmo costume. A cultura nada mais é do que as tradições que o homem traz consigo desde sua origem, não somente primitiva, quanto natural, pois a natureza rege o homem – que é um ser da natureza e que, mesmo que tente fugir de suas origens, acaba voltando a elas, pois ele as reinventa, faz com que elas mudem sua roupagem, mas seu significado é o mesmo.

Como cultura em sentido amplo, a hegemonia determina o modo como os sujeitos sociais se representam a si mesmos e uns aos outros, o modo como

⁴⁴ CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 245.

⁴⁵ TORAYLLE, Raymond. *A animação pedagógica*. Lisboa: Scicultur, 1973, p. 24-25.

interpretam os acontecimentos, o espaço, o tempo, o trabalho e o lazer, a dominação e a liberdade, o possível e o impossível, o necessário e o contingente, o sagrado e o profano, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, as relações com a natureza, as instituições sociais (religião, família, vestuário, culinária, medicina, habitação, etc.) e políticas (Estado, movimentos, associações, partidos etc.), bem como a cultura em sentido restrito (as obras de arte e de pensamento), em uma experiência vivida ou mesmo refletida, global e englobante, cujas balizas invisíveis são fincadas no solo histórico pela classe dominante de uma sociedade⁴⁶.

Podemos dizer que cultura é um conjunto de fatos, informações, acontecimentos e hábitos que podem ser transmitidos através de gerações, fazendo com que se perpetuem. No que tange a esses hábitos, hoje, podemos encontrá-los em acervos museológicos, bibliográficos e também através de relatos orais, que podem ser encontrados em bancos de história oral, que ajudam a rememorar certo momento do passado – trazendo-o ao presente com novas significações, pois se entende que o homem evolua e que suas reflexões tornem-se cada vez mais lógicas devido às tecnologias que ele vem buscando através dos séculos; seu diálogo com o passado é constante para que possa construir um presente mais racional.

A sociedade possui um código civilizatório, no qual algumas relações são destacadas. Dentre elas, a de afetividade, lealdade, contraprestação, parentesco, cumplicidade e reciprocidade. Essas relações estão pautadas em cima de uma sociedade que acredita que seja sincrética, miscigenada, híbrida, eclética e dentro dela encontramos sons, cores (visão), sabores e cheiros que são reações fisiológicas do corpo humano – o homem já nasce com esses sentidos. Podemos dizer que é através dessas características que a cultura de uma sociedade se forma. A sociedade⁴⁷ que consegue perpetuar algum costume ou que mantenha essas relações ativas, fazendo com que as gerações posteriores acompanhem a evolução de sua linhagem através da cultura que foi empregada durante várias gerações, como por exemplo: uma comunidade pesqueira, onde hoje a tecnologia tomou espaço do saber/fazer, só poderá ter sua cultura transmitida se o saber/fazer de seus antepassados for passado de forma primitiva, ou seja, sem nenhum meio tecnológico, mostrando a forma como eram os hábitos e costumes que permeavam esse trabalho de acordo com o que era no passado. Assim a sua cultura poderá ser perpetuada.

⁴⁶ CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Perseu Armano, 2006, p. 22.

⁴⁷ Sociedade essa que deverá ter uma relação comunitária ou famílias em comum, que tenham entre si as relações que permeiam o código civilizatório – que pode ser encontrado na tradição, hábitos e costumes dessa população.

Cultura e comunidade se definem em termos uma da outra: cultura é aquilo que uma população compartilha e que a transforma em comunidade. A comunidade é a subpopulação de uma espécie, que com ela compartilha de traços geneticamente transmitidos, mas que se distingue da população mais ampla por algumas características adicionais: estas, de uma ou outra maneira, dependem do que a comunidade, ou subpopulação, faz, e não de seu equipamento genético. A comunidade compartilha de uma série de características transmitidas semanticamente: o que se reproduz é comportamento. Os limites impostos a esse comportamento, no entanto, dependem de indicadores inerentes à sociedade e não aos genes de seus membros. O comportamento cultural não é ditado geneticamente e não pode ser reproduzido... O que a espécie humana compartilha geneticamente é um inacreditável grau de plasticidade ou variabilidade comportamental [...]⁴⁸.

Como mencionamos acima, há uma forte inclinação da sociedade à doutrina de um determinado tipo de classe que venha a dominar os costumes, ou seja, ditar as regras da sociedade. Porém, não podemos excluir as camadas menos abastadas, pois nelas também há o emprego cultural. Cada um em sua vivência faz com que seus hábitos, costumes, pensamentos ou todas as significações que envolvam a palavra cultura estejam presentes e, assim, ocorra uma transmissão desse conjunto de significações, que é a cultura.

Hoje, não podemos mais manter um pensamento onde cultura é aquilo que é culto, que detém certo nível de intelecto sobreposto ao do outro: a cultura se disseminou, ela transformou-se em diversas culturas. Há a cultura de massa, a cultura elitizada, a cultura das obras de arte, a cultura da cultura, há diversas ramificações da palavra cultura, porém, nesse trabalho, vamos tratar apenas da cultura no geral, pois o nosso objeto de pesquisa engloba a questão cultural. Afinal, é através da figura do museu que iremos apreciar a cultura rio-grandina; será através dos objetos doados pela aristocracia local que poderemos analisar seus hábitos, seus costumes e, assim, poderemos vislumbrar nos objetos do passado toda uma contextualização de seu período e refletir no que aquele objeto serviu para fazer a diferença naquele momento e a razão dele estar em exposição.

A questão museológica dá-se de forma que certo objeto, seja ele de qualquer instância e esteja em exposição no museu, seja de relevância para determinada sociedade, onde em um contexto geral ele fez a diferença em determinada época. Claro que também não podemos descartar os objetos de cunho pessoal, não atingindo a coletividade, digo, é de uso coletivo, mas

⁴⁸ GELLNER, Ernest. *Antropologia e Política: Revoluções no Bosque Sagrado*. Tradução Ruy Jungmann; Consultoria, Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 56 e 57.

para o homem tem outro significado, pois ele está impregnado de sentimentos. Tais sentimentos fizeram com que esse objeto tivesse destaque em sua vida, fazendo com que ele buscasse uma instituição que preservasse a memória e a vida daquele objeto. Observamos que algumas das relações encontradas no código civilizatório, que abrange o ser humano, também empregamos aos objetos, aos pequenos detalhes que encontramos na caminhada da vida. Nós colocamos valores a objetos inanimados e, às vezes, esquecemo-nos de dar valor aos animados.

Seguindo esse parâmetro sentimentalista que empregamos aos objetos, nós reproduzimos em cima desses objetos o que nós somos, obedecemos a um padrão imposto por nós mesmos, sendo assim, impomo-nos comportamentos distintos para mantermo-nos em sociedade. Segundo Geertz, podemos vislumbrar que a cultura não pode ser vista com um padrão concreto de comportamento, costumes, tradições, hábitos e, sim, com um conjunto de mecanismos de controle. Quando dizemos controle, temos de ter em mente que esse controle não significa que detenhamos o poder sob algo, mas que se obtém um controle de uma coletividade através de algo que eles tenham em comum, por exemplo: uma tradição de culto ao padroeiro da cidade, onde nem todas as cidades têm o mesmo padroeiro, mas que em algum momento haverá um culto onde todos estarão de acordo com tal ato.

[...] quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas⁴⁹.

Sendo assim, podemos partir da que ideia que cultura é o ponto sobre o qual ocorrem processos de sociabilização das pessoas, pois as relações podem deixar o homem mais humano acerca do seu meio. E tais relações são transmitidas como heranças sociais e perpassam ao longo das gerações. As expressões culturais são múltiplas e diversificadas, fazendo com que se tornem ímpares em cada grupo social. Assim podemos compreender que a cultura compreende as representações, manifestações, ideologias, valores, atitudes, percepções e aspirações, que serão trabalhados diferentemente, de acordo com cada contexto que ela esteja inserida.

⁴⁹ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 37.

A cultura é mutável, ela é historicamente re-construída pelo homem. Afinal, o homem vivencia a cultura de maneira ativa e faz com que ela se movimente de acordo com o que ele almeja. Sendo assim, a cultura é re-inventada pelo homem, pois ele pode recebê-la como herança, mas com o passar das gerações ele pode ou não dar novos significados a essa cultura recebida e pode tanto aceitá-la como rejeitá-la. Dependendo do contexto que a sociedade está vivendo, as culturas se moldam para que possam se integrar a essa sociedade.

Devemos estar de acordo de que a cultura não é simplesmente formada de realidades marcadas pela materialidade espacial. A cultura carrega em si uma bagagem de significados e simbologias que são historicamente escritos, dominados e verbalizados. Nesse contexto, Claval diz que a cultura:

[...] carrega-se, assim, de uma dimensão simbólica. Ao serem repetidos em público, certos gestos assumem novas significações. Transformam-se em rituais e criam, para aqueles que os praticam ou que os assistem, um sentimento de comunidade compartilhada [...]⁵⁰.

A cultura é o conteúdo da forma. É como o homem se expressa e se manifesta, através das especificidades – que estão imbricadas de significados. Sendo assim, a cultura pode ser apresentada como um fator essencial de diferenciação social, pois há as especificidades de cada grupo, onde um tem uma cultura que difere da cultura do outro. Podemos dizer que, a cultura de massa, que atinge certo número de seres onde todos têm algo em comum, difere de outro grupo, como a cultura das obras de arte, que apenas um número reduzido tem acesso a esse tipo de informação.

A cultura é informativa. Ela faz com que os homens queiram saber mais, ela age de maneira ativa em sua vivência, pois o homem necessita de algo para dar continuidade em suas tradições, então ele pode “brincar”⁵¹ com a cultura. Ele molda a cultura de acordo com o seu momento vivido, ele a transforma para poder existir. A cultura faz com que o homem interaja com ele mesmo, ocasionando em uma disseminação, pois o homem busca o conhecimento e necessita dessa busca para seu crescimento. No sentido de interação Duncan relata:

⁵⁰ CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001, p. 14.

⁵¹ Quando falamos brincar, significa que ele pode usar sua imaginação para modificar o sentido da cultura.

O que se denominou “cultura” pode ser reduzido à interação entre as pessoas. As interações de um indivíduo com outros modelam a natureza do seu ser. Portanto, esse indivíduo é, em parte, um produto desse contexto⁵².

Encontramos em Claval⁵³, no capítulo 3, que a cultura é herança transmitida, e dentro deste capítulo ele trabalha as questões da transmissão na primeira infância, na segunda infância e na adolescência. Podemos dizer que, primeiramente, é a família que tem o papel essencial em passar a cultura para as crianças e, em segundo momento, a família também faz parte do aprendizado – só que agora são agregados outros membros, como mestres e tutores que iriam auxiliar na ampliação dos contatos dessas crianças e adolescentes.

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte⁵⁴.

Podemos ver que essas transmissões ocorrem desde a infância, período onde o caráter do homem é formado, assim como suas considerações a respeito do meio no qual vive e com quem interage. Claval relata ainda que o conteúdo de cada cultura é original, mas que alguns aspectos estão sempre presentes. Podemos dizer que esses aspectos são os que citamos acima e chamamos de código civilizatório, que são as relações de afetividade, parentesco, reciprocidade, contrapartida e lealdade. Então, podemos dizer que essas relações fazem com que o homem cresça em meio a esses valores e cultive-os dentro de uma perspectiva não somente coletiva, mas única, pois o coletivo poderá perder algum desses valores, mas ele poderá transmitir para outra geração os mesmos, se ele conservá-los em seu meio natural.

Cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais. Isto não ocorre sem influência sobre a afetividade e sobre a atividade. Para uns, o trovão que estoura manifesta a cólera. Para outros, trata-se de um fenômeno elétrico do qual é possível se proteger com um pára-raio⁵⁵.

Com base no que vimos até aqui, podemos dizer que o homem pode ser moldado pela cultura, pois é através do que ele sabe fazer, do que ele sente, do que ele vê, do que ele estima e

⁵² DUNCAN, James S. O Supra-Orgânico na Geografia Cultural Radical. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 87-88.

⁵³ CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 63.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 81.

das suas perspectivas que são criadas tradições, que são repassadas através das gerações. São esses os meios pelos quais sua cultura se tornará perceptível a outro homem ou a um grupo. Porém, não podemos dizer que esse outro homem ou grupo incluirão a cultura desse homem: eles podem, porém eles irão adaptá-la à sua realidade, ao seu modo de vida. Com isso a cultura dissemina-se, ela se torna uma universalidade, pois hoje, como todos os meios de comunicação que o homem conquistou, ele faz com que a informação seja mais rápida. Assim, sua percepção acerca do que está acontecendo ao seu redor é mais ágil e ele pode estar sempre em constante movimento, ele pode transformar a informação que recebeu em algo positivo ou negativo, podendo incluí-la ou não ao seu cotidiano.

A cultura pode ser utilizada como meio de informação, pois ela está impregnada de significações e simbologias. No que tange ao nosso objeto de pesquisa, como inclusão cultural, ele recebe informação da cultura de sua sociedade através dos objetos doados; seu acervo é uma miscigenação cultural, pois encontramos diversas tipologias de acervos – e cada um deles conta uma história, traz consigo uma série de significados e técnicas e é através desses objetos que conseguimos identificar a cultura local.

No que tange ao local, ou espacialidade ou paisagem, entramos em outra designação da cultura, pois, como já havíamos mencionado, ela é universal e original e é utilizada por todas as categorias que podemos estudar – como a história, a geografia, a filosofia, entre outras –, empregando-se a todas, tanto exatas quanto humanas. Faremos a leitura da cultura por outra classe, sob os olhares da geografia cultural, pois nos dará uma nova perspectiva e um sentido mais amplo de cultura. Poderemos ver que a geografia aborda a dimensão cultural de diferentes formas no espaço geográfico.

Há mais similaridades do que parece à primeira vista, entre geógrafos atraídos pela fenomenologia e aqueles que abraçam a causa radical, pois os dois grupos consideram que os fatos sociais diferem dos fatos naturais. O que é fundamental para os geógrafos de inspiração humanista ou radical não é a distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraindo uma experiência⁵⁶.

Como podemos ver acima, Claval, em sua reflexão sobre o termo geografia cultural, nos mostra que a cultura está nos fatos sociais, assim a geografia colabora na questão cultural; um

⁵⁶ CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 46.

avanço em relação ao ano de 1880, com Ratzel, quando o termo geografia cultural foi usado pela primeira vez, sendo empregado somente para questões naturais, como a paisagem, que foi o primeiro objeto de análise no que tange à cultura. Remetemo-nos a uma breve análise do surgimento da geografia cultural, fazendo um breve relato sobre sua trajetória até o ponto onde Claval diz que todos os fatos são de natureza cultural:

Para a maioria dos geógrafos culturais, a geografia cultural aparece como um subcampo da geografia humana. Para eles, a sua natureza é semelhante à da geografia econômica ou da geografia política. Para uma minoria, todos os fatos geográficos são de natureza cultural. Esses geógrafos preferem falar de abordagem cultural na geografia e não de geografia cultural⁵⁷.

No final do século XIX, a geografia já trabalhava com uma perspectiva cultural. Porém, por ter um cunho positivista e naturalista, a cultura estava atrelada a uma visão objetiva que não problematizava a realidade social. Nesse período surgiram alguns estudiosos alemães como Friedrich Ratzel⁵⁸, Paul Vidal de La Blache⁵⁹ e Otto Schutter, que tinham um mesmo ponto de vista quanto às relações de sociedade, cultura e natureza. Em primeira análise cultural, a paisagem surge como primogênita de uma percepção cultural. Todos os estudiosos do período trabalharam com a paisagem, porém agora eles tentavam “humanizar”⁶⁰ aquele objeto, pois para eles existia uma relação entre paisagem e homem, pois a natureza interage com o homem e vice-versa.

Para La Blache e Ratzel, o papel da cultura se interpõe entre o homem e o meio natural, pois ele compreende que o processo de interação entre homem e meio natural seja determinado pela paisagem, que reflete a organização social que há entre ambos. Seguindo o pensamento de La Blache, entendemos então que a cultura deveria ser o que podemos aprender por intermédio

⁵⁷ CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 147.

⁵⁸ Para Ratzel cultura segundo Claval: “...sob seus aspectos materiais, como conjunto de artefatos mobilizados pelo homem na sua relação com o espaço. As idéias que se sustentam e a linguagem que exprimem não são quase nada invocadas[...] A idéia de luta pela vida limita, portanto, o interesse que tem Ratzel pelos fatos da cultura e dá à suas obras uma posição essencialmente política.” CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999, p. 13.

⁵⁹ La Blache tinha um conceito de gênero de vida que podemos considerar com cultura devido às especificidades que ele expõe: é um conjunto de técnicas, hábitos e costumes próprios de uma sociedade que possibilitam o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999, p. 33-35.

⁶⁰ Quando falamos em humanizar, significa tornar mais humano e não tanto materialista.

dos instrumentos, utensílios, técnicas e maneiras de habitar que as sociedades utilizam para modelar a paisagem. Trabalhando ainda com os primórdios da geografia cultural, temos Schutter que dá ênfase às marcas que os homens produzem nas paisagens, marcas essas que podem ser traduzidas como mostras culturais de determinada civilização, onde poderia se descrever a morfologia da paisagem cultural procurando captar sua origem. Para a cultura na paisagem o que é reconhecido é a forma e o conteúdo, mas o que prevalece é o conteúdo, pois as formas são multiformes. A paisagem se legitima através das especificidades de seu conteúdo, sendo que não existe forma sem conteúdo.

A paisagem cultural centralizava o interesse pela cultura a partir do fato de ela ser entendida como o resultado da ação humana alterando a paisagem natural. Em realidade, toda ação humana alterando a natureza produzia cultura⁶¹.

Podemos observar que esses três primeiros estudiosos trabalharam com a paisagem de maneira com que ela fosse um elo entre o homem e a natureza. Esse elo poderia ser traduzido como relação social de produção, pois o homem necessita da natureza para extrair sua matéria prima e transformá-la em algo consumível. Encontramos em Santaella, a cultura ligada ao ato econômico, onde ela diz que os fenômenos culturais são dependentes do econômico com sua autonomia relativa:

Resgatarmos uma visão da cultura como dimensão relativamente autônoma que também compõe a concreção e materialidade social. Para tal, não é suficiente afirmar que os fenômenos culturais são fortemente mediatizados em relação ao econômico, gozando de autonomia relativa. Trata-se, isto sim, de resgatar alicerces materiais e concretos dos fenômenos culturais em sua especificidade, resgatando a dimensão cultural como uma estrutura complexa de práticas diferenciais e específicas⁶².

Porém, esse consumismo e essa relação de economia com a cultura irão tomar força no século XX, onde as camadas elitizadas irão crescer e, junto a esse crescimento, surgirá uma nova cultura. É a cultura do consumo, pois o homem vem trabalhando ao longo dos séculos para a sua evolução, ele tem o poder de construir e desconstruir tudo ao que está ao seu redor, ele transforma seu meio de acordo com o que almeja, fazendo com que as culturas que estavam

⁶¹ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 10.

⁶² SANTAELLA, Lúcia. *Arte e Cultura: equívocos do elitismo*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1990, p. 34.

empregadas há certo tempo, sejam remodeladas ao que o tempo presente dele necessita. São criadas necessidades para que haja consumo, então a cultura acaba obtendo valores ao longo de sua trajetória.

Voltando à geografia cultural, observamos que durante o século XX as percepções acerca da paisagem, como foco principal de estudo, foram sendo aprimoradas. Uma nova fase traria à geografia cultural uma característica mais humanista. A Escola de Berkeley (1925-1975), nos Estados Unidos, destacou cinco temas: paisagem cultural, cultura, área cultural, história da cultura e ecologia cultural – esses cinco aspectos formam a essência da geografia cultural. Nesse momento surge o estudioso Sauer, que diz: “a geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem um expressão característica”⁶³, onde o mesmo define paisagem como resultado da ação da cultura ao longo do tempo. Sauer analisa as paisagens culturais de modo que a morfologia física deveria ser vista como um meio transformado pelo ator, que é a cultura, sendo que essa é proveniente da relação da sociedade e do meio. Segundo Duncan, Sauer entendia por cultura:

[...] como uma entidade supra-orgânica⁶⁴, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia. A cultura era assim, concebida como algo exterior aos indivíduos de um grupo social; sua internalização se faz por mecanismos de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura. [...] nesta visão não havia conflitos, predominando o consenso e a homogeneidade cultural⁶⁵.

Até a década de 1940, a cultura era vista como materialista, pois trabalhava com as marcas que eram estampadas nas paisagens, como os instrumentos de trabalho, a paisagem cultura, a análise das técnicas e gêneros de vida, formando assim um conjunto de aspectos materiais da cultura. A geografia cultural então, nessa nova fase, tende a compreender os processos sociais e não somente os econômicos, tornando a dimensão cultural como base para compreender a organização espacial. Após Sauer, a geografia cultural obteve importante papel na história do pensamento geográfico, abrindo novas portas para a renovação da geografia cultural a

⁶³ CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 22-23.

⁶⁴ Independe do orgânico do homem.

⁶⁵ DUNCAN, James S. O supra-orgânico na Geografia Cultural americana. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 81.

partir do final da década de 1970: “o processo de renovação se fez no contexto de valorização da cultura, a denominada ‘virada cultural’”⁶⁶.

No final da década de 1970, inicia-se um processo simbólico da cultura, onde a cultura estaria ligada a uma rede de representações, de significados e de valores que criariam uma identidade. Ela representaria todo um modo de vida da sociedade, porém não englobaria somente o materialismo, mas os valores éticos, morais, hábitos, os significados expressos nas dinâmicas sociais e abrangeria os mitos e ritos vinculados ao lado da simbologia. Surge o diálogo entre materialismo histórico e dialético, que se manifesta por meio da compreensão da cultura como reflexo da condição social. Sendo assim, a cultura vestiria uma nova roupagem, onde:

[...] o conceito de cultura é redefinido, liberado da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É vacinado também contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte da “superestrutura”, sendo determinada pela “base”. A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada⁶⁷.

No que tange ao materialismo histórico e dialético, encontramos em Cosgrove – que considera a cultura como representação e condição social, e analisa sob os olhares da simbologia, através de uma perspectiva humanista – a experiência vivida e a subjetividade, analisadas através da cultura que é o termo central do humanismo. Para Cosgrove a função da geografia cultural é compreender como ocorre essa interação do homem com a natureza.

Uma geografia humanista considera a cultura como central para seu objetivo: compreender o mundo vivido de grupos humanos. Uma geografia marxista deve reconhecer que o mundo vivido, apesar de simbolicamente constituído, é material e não deve negar sua objetividade. O mundo vivido não é mero produto de uma consciência humana irrestrita, mas é precisamente o encontro coletivo de sujeito e objeto, da consciência e do mundo material⁶⁸.

⁶⁶ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 12.

⁶⁷ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 13.

⁶⁸ COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 104.

Sendo assim, durante a década de 1980, a Geografia Cultural traz a figura do homem como tema principal de sua análise, sendo ele produto e produtor de seu meio. Inicia-se um processo de estudo das realidades sócio-culturais, pois podemos encontrar nessa relação as representações que são impregnadas de simbologias e valores e, é a partir dos valores, que as relações sociais passam a ser interpretadas. As relações sociais – que até então não tinham espaço dentro da geografia, pois até o momento estudavam-se somente os conceitos geográficos básicos, como lugar, paisagem, espaço –, agora são conceitos que podem ser vistos com uma perspectiva humanista, devido à carga de significados que eles trazem consigo, enriquecendo assim o cenário cultural.

A grande diversidade social fez com que não somente a geografia, mas outras ciências começassem a olhar não somente a realidade, mas a subjetividade que estava em todos os atos do homem. O homem é um ser racional, mas dentro de sua racionalidade há um momento em que ele torna-se irracional, pois ele é um ser da natureza. A sua primitividade faz com que ele tenha a permissão de não ser um Ser exato: ele comete erros e são os erros e os acertos que envolvem toda a problemática humana, e isso é transmitido através da busca pelo conhecimento. Podemos encontrar a subjetividade nos atos do homem, através da sua análise perante alguma situação. Não podemos ler os pensamentos e nem adivinhar o que ele pensava naquele exato momento, podemos apenas analisar o contexto geral da situação e mediar o que estava acontecendo para que houvesse algum tipo de rompante. Por isso há a interação entre o homem e o meio, pois o meio pode explicar muito do que o homem não consegue explicar.

O ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo⁶⁹.

Nesse momento então surge a Geografia humanista, que estuda o espaço vivido, transcorrendo pelos sentidos e significados que permeiam a historicidade dos seres vivos. Vimos, até aqui, que em um primeiro momento a geografia cultural abordava realidades concretas – por isso tinha um cunho materialista – e, em um segundo momento, ela analisa as representações, as

⁶⁹ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: passado e futuro: uma introdução. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. et. al. *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p. 51.

simbologias do que permeia o material. A geografia cultural agora dá vida ao que era inanimado, ela consegue extrair de uma pequena rocha a sua essência, ela visualiza o que foi envolvido para culminar naquela forma, ela dialoga com o espaço vivido, ela interage com ele, eles trabalham juntos para uma compreensão maior do espaço, pois ocorre uma troca de informação que até então não se tinha.

A Geografia Cultural, a partir da década de 1980, iniciou um processo de aprimoramento no que diz respeito aos seus conceitos. Ela agora analisa os grupos sociais, através da simbologia, dos significados que eles exprimem. Assim ela consegue identificar a cultura que existe em cada grupo, fazendo com que essas características possam ser estudadas de uma forma mais humana, respeitando e preservando suas distinções. A geografia cultural saiu do lado estático e passou a movimentar-se junto às outras ciências, dando vida ao inanimado. Ainda na década de 1980, surge o movimento da ecologia cultural, que visava trazer o homem à sua primitividade, ligando-o ao meio, a uma nova cultura do natural – assim as relações do homem e natureza são renovadas.

Podemos observar até aqui, que a cultura é essencial para conhecermos a vivência do ser humano. As peculiaridades que cada grupo tem, fazem com que eles sejam únicos, porém essa unicidade pode ser vista pelos demais grupos. Como mencionamos anteriormente, a cultura pode ser mudada, pois ela não é estática, ela está sempre em movimento, ela necessita desse movimento para manter-se presente no cotidiano do homem. E para corroborar no enriquecimento dos estudos acerca da cultura, a geografia cultural veio a somar, trazendo nova perspectiva para um estudo humanista das relações sociais.

Em Laraia, encontramos a primeira definição sobre cultura, onde Tylor diz que a cultura “trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução”⁷⁰. A partir dessa análise observamos que a cultura pode ser vista como uma especificidade do ser humano, sendo que essa especificidade não é transmitida por meios biológicos sendo, pois, uma aquisição inata – ela passa de geração para geração, ela pode reinventar-se e pode moldar-se ao meio no qual está sendo instituída, pois o homem detém o conhecimento e faz com que ele trabalhe a seu favor.

⁷⁰ LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 30. Edward Tylor formulou a primeira definição de cultura, que Laraia usou como fonte em sua pesquisa.

[...] Culture, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”⁷¹.

Como Laraia exhibe o conceito de Tylor acerca de cultura, podemos ver que trabalhamos com essa noção desde o início de nossa explanação. Onde os costumes, hábitos, artes, crenças e leis estão impregnados de simbologia dentro do cotidiano do homem, fazendo com que ele interaja com seu meio para obter as informações necessárias para seu conhecimento.

Como nosso objeto de pesquisa, o Museu da Cidade do Rio Grande – que é um lugar que poderia ser estudado somente como local, sem preceito algum – abriga o acervo cultural da cidade, se analisássemos sob os olhares da geografia materialista, ele continuaria sendo apenas um lugar, porém, analisamos o museu sob a geografia cultural, que permite humanizar o inanimado: as paredes e objetos tomam vida, pois estão repletos de sentimentos, simbologias, conhecimento. Essa tradução do material para o simbólico, sendo que o material continua a existir, porém somente sua leitura é feita de maneira subjetiva direcionando-se para o estudo das representações mentais, dando novas perspectivas para algo imóvel, faz com que haja um enriquecimento cultural no que diz respeito à historicidade de uma sociedade.

Essa historicidade dá-se dos primórdios da fundação até o momento em que ela está vivenciando e, assim, todos os atos, ritos, crenças e tradições que cercam essa sociedade tornam-se bagagem a ser passada adiante. Essa bagagem é a cultura, onde cada indivíduo colabora com seu coletivo, fazendo com que haja algo em comum que possa ser cultuado ao passar das gerações. No caso do museu, em seu acervo encontramos diversas tipologias que poderiam ser estudadas pela sua materialidade, porém dentro dessa materialidade encontramos o sentimento, sentimento que regeu o doador a colocar em exposição determinado objeto, pois para ele aquele simples objeto tinha um significado maior. Por isso, as instituições museológicas surgem com o intuito de salvaguardar as culturas, as memórias e os sentimentos, aparecendo para perpetuar a cultura de uma sociedade – pois é através de suas coleções que podemos rememorar nosso passado. Assim podemos ter o nosso espaço vivido, passado, materializado em objetos que remetem uma simbologia.

⁷¹ Ibid., p. 25.

Através da cultura, podemos deixar um legado às futuras gerações, pois elas poderão vislumbrar o passado e contemporaneizar no seu presente, fazendo com que a cultura molde-se de forma que apareça não materializada, mas sim simbolizada. Sendo assim, a cultura expressa as complexidades, as especificidades, as características dos seres humanos, fazendo com que eles tornem-se únicos e diferentes ao mesmo tempo.

A constante busca do conhecimento faz com que o homem não permaneça estático, ele está em constante transformação, assim como a cultura, pois ela é dinâmica. E a interação entre homem e natureza faz com que essas transformações sejam cíclicas, pois em um momento o homem deve voltar às suas origens e refletir para vislumbrar algo à frente, e são nessas voltas que se dão as transformações culturais.

Enfim, entendemos então que a cultura pode ser cíclica, que o homem está em constante transformação e que através da geografia cultural podemos analisar a cultura de forma humanista, onde seus hábitos, costumes, tradições e todos os atos que envolvam o homem em sociedade possam ser analisados de forma subjetiva, fazendo com que haja uma interação do homem ao meio e vice-versa. São nessas interações que aparecem o conjunto de significados e símbolos que fazem com que cada cultura difira e se transforme, pois ela une e desune as sociedades.

A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo⁷².

Entendemos então que a instituição museológica deve ser observada no início de qualquer proposta científica ou de caráter de política de governo como uma “casa de cultura”, porque é através de suas paredes que estará salvaguardada a cultura de uma sociedade. É através dos museus que encontraremos as diversas culturas que o homem vem trabalhando desde seus primórdios. Esse diálogo contínuo com o mundo da ideia faz com que o homem busque seu conhecimento trazendo a materialidade, através das suas mais diversas criações, pois o homem tem o poder de criar e recriar tudo, como a cultura que está em constante transformação devido à instrumentalização do homem. As casas de culturas estão repletas de valores, sejam eles de cunho simbólico e/ou afetivo, pois o diálogo que encontramos entre as casas de culturas e as

⁷² LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 49.

comunidades estão impregnados por esses valores, sendo assim, os objetos de seus acervos também carregam essa carga de valores.

Este é o entendimento que o debate sobre o conteúdo do conceito de cultura e geografia cultural nos remete – e fornece legitimidade a afirmação acima. Assim, consideramos os museus como “casas de cultura” devido à sua função de salvaguardar a cultura da sociedade, fazendo com que a mesma tenha sua existência exposta através dos objetos, fotos e documentos que fizeram parte do seu espaço vivido⁷³.

Ressaltamos que o debate pertinente ao “conteúdo do conceito cultura” é plural, multiforme e em construção, digo, não existe e não há um conteúdo para este conceito que seja abraçado de forma unânime pela academia ou que atenda as demandas científicas e sociais. Então, no decorrer desta dissertação iremos legitimar o conceito de cultura que acreditamos ser mais adequado academicamente para a precisa questão em pauta.

Ciente de que existe um debate plural sobre “o que é cultura” (?) procuramos verticalizar a pesquisa indagando o que a Ciência da Museologia pode nos acrescentar sobre o “conteúdo do conceito museu” entendido como casa de cultura.

Segundo Julião:

É de conhecimento corrente que a palavra museu origina-se na Grécia antiga. Mouseion denominava-se o templo das nove musas, ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória. Esses templos não se destinavam a reunir coleções para a fruição dos homens; eram locais reservados à contemplação e aos estudos científicos, literários e artísticos. A noção contemporânea de museu, embora esteja associada à arte, ciência e memória como na antiguidade, adquiriu novos significados ao longo da história⁷⁴.

Com essa explanação podemos ver a relação entre museu, arte e ciências. Essas três diretrizes fazem com que o homem produza conhecimento, e através desse conhecimento originando a materialidade, as grandes construções, invenções e grandes descobertas, que podem

⁷³ Entendemos que espaço vivido seja aquilo que toma forma a partir do cotidiano, onde famílias, grupos, adotam determinados procedimentos que acabam se tornando repetitivos, onde essas repetições são passadas de gerações para gerações, revelando os elementos culturais que permeiam tais atos: “o espaço vivido torna-se uma categoria que acentua a constituição atual dos lugares, dedicando uma atenção especial às redes de valores e de significações materiais e afetivas [...]”. GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 317.

⁷⁴ JULIÃO, Letícia. *Apontamentos sobre a história do museu*. In: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Caderno de Diretrizes Museológicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2ª Edição, 2006, p. 20.

ser admiradas através das portas dos museus. Percebemos que esses locais reservados à contemplação estejam ligados à memória, que segundo sua origem mitológica, vem a partir das filhas de Mnemosine, que é entendida a palavra Museion, o que remete à compreensão de que esses lugares tratam de identificação e lembrança, ou seja, a memória.

Entendemos que preservar os objetos em museus é ato de salvaguardar as memórias e culturas de uma sociedade, pois será através desses objetos que essa sociedade vai poder se ver. Esses objetos têm uma ligação afetiva com sua sociedade, porque é através deles que ela se expressa e faz com que sua cultura seja mostrada de forma materialista. Seus costumes e hábitos estão impregnados de significados que fazem essa ligação entre o museu e a sociedade.

É através desse conjunto de significações que as culturas são mostradas, e o papel do museu é de salvaguardar essas culturas. Quando falamos em objetos a serem guardados, não pensamos em somente um, mas em vários, sendo assim, atribuímos a esses vários objetos a classificação em coleções. Coleções essas que têm uma forte ligação com quem a mantém viva desde o primeiro item colecionado até o objeto mais raro dessa coleção. O ser humano tem como concepção o ato de coletar, cultivar, preservar e identificar, sendo que esses atos vêm desde sua primitividade, pois eram atos que mostravam a sua evolução perante o meio em que vivia.

Ao tempo, o colecionador é um agente de cultura personalizado por uma qualidade dominante – a curiosidade – e um patrimônio associado a determinados objetos – a curiosidade. [...] Sendo assim, as curiosidades eram agrupadas segundo factores ligados a agentes produtivos, como tendiam, também, para uma condição final ligada inequivocamente à perplexidade [...] ⁷⁵.

Porém, não colecionamos apenas objetos, mas sim tudo o que o homem pode guardar em sua memória, como histórias, lembranças e as suas próprias memórias. O processo de colecionismo faz parte da trajetória do homem, pois trabalha com seus atos primitivos desde a sua origem. Porém, agora, os utiliza de forma mais racional, e essa racionalidade dá-se de forma técnica, onde ele irá atribuir dados e ações ao que lhe interessa. Podemos dizer então, que o homem em sua primitividade já tinha o hábito de colecionar, porém não atribuía técnicas de salvaguarda dos mesmos porque não detinha o conhecimento.

⁷⁵ JANEIRA, Ana Luiza. *A configuração epistemológica do colecionismo moderno (séculos XV-XVIII)*. In: *Episteme / Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências*, nº 20, jan./jun.2005, p. 28.

Hoje o homem detém o conhecimento e aplica técnicas adequadas para a salvaguarda de objetos fazendo com que ele tenha uma vida útil mais longa. O ato de preservação não está somente no ato que conserva a materialidade do objeto, mas sim em fazer com que o significado, a transcendência daquele objeto, esteja salvo não somente das intempéries do tempo, mas do esquecimento pelo tempo.

[...] os grupos primitivos de *Homo sapiens* modernos são chamados de coletores e caçadores. Coletando e diferenciando elementos, tornou-se possível estabelecer uma classificação das coisas [...] Coletar e selecionar está entranhado no processo cognitivo humano não apenas em termos de reconhecimento das diferenças das coisas que existem no mundo, como objetos e bem materiais. [...] ⁷⁶.

Ainda encontramos Suano que, sobre coleções, diz:

A formação de coleções de objetos é provavelmente quase tão antiga quanto o homem, sempre guardou significados diversos, dependendo do contexto em qual se inseria. Estudiosos do colecionismo crêem que recolher aqui e ali objetos e “coisas” seja como recolher pedaços de um mundo que se quer compreender e do qual se quer fazer parte ou então dominar. Por isso é que a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e, também, a daquele homem ou sociedade que a coletou e transformou em “coleção”⁷⁷.

Compreendemos então que, antes da constituição que temos por museu, existiam coleções que eram administradas pelos próprios colecionadores em suas residências, escritórios ou locais distintos, selecionados por tais colecionadores. Encontramos em Suano que a arqueologia revela coleções importantes que foram encontradas em escavações a tumbas de faraós e imperadores do mundo antigo. Assim podemos entender a curiosidade do ser humano e as características primitivas empregadas a eles desde o *homo sapiens*.

As atividades colecionistas nos levam então à figura do museu e como essas coleções evoluíram para a constituição de locais culturais que salvaguardassem esses objetos em sua instância maior, a da preservação de sua memória:

Dos gabinetes de curiosidades às grandes Exposições Universais e Museus, há um trabalho árduo de colecionar e explicar que ultrapassa os limites da Ciência e encontra ressonância com o público, as instituições e as políticas públicas. Essas entidades se estabeleceram na semelhança – todos seres humanos de alguma

⁷⁶ MENEGAT, Rualdo. *Epistemologias e o espírito do colecionismo* (editorial). In: *Episteme / Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências*, nº 20, jan./jun.2005, p. 05.

⁷⁷ SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 12.

forma colecionam coisas, afetos e memórias – e também na diferença, no inusitado, como colecionar ossos e formas da vida antiga⁷⁸.

É da constituição colecionista, do ato de colecionar, acondicionar, cultivar, classificar e expor esses objetos que surgem os museus. Os museus são locais de múltiplas faces, pois abrigam diversas coleções, diversas tipologias fazendo com que interajam umas com as outras e transformem o ambiente em um local de pluralidade cultural, onde todos possam perceber a grandiosidade de cada coleção e o porquê dela estar ali para ser cultuada, pois ela torna-se única perante cada cultura.

Sendo assim, o museu vem se modificando a cada século, como podemos ver em Suano. As grandes coleções da antiguidade estavam embasadas no culto aos deuses, onde eles poderiam usufruir de tal beleza exposta nos museus ou, podemos dizer, com o surgimento da Biblioteca de Alexandria, por volta do ano de 305 a.C, criada por Alexandre Magno, e conhecida por ser predecessora dos museus, tinha um caráter enciclopédico, já que abrigava obras de arte, jardim botânico, zoológico, biblioteca, anfiteatro e observatório. Os frequentadores do local não iam para cultivar as imagens, mas sim para refletir, era um local de contemplação e não de usufruição. Com o passar dos séculos, os museus foram tomando forma; durante a Idade Média, não se falou muito, pois foi a época das coleções principescas que tinham um cunho político e econômico muito grande.

A concepção de museu surge em meio à Revolução Francesa, no século XVIII, onde devido à revolução houve a preocupação em salvar o patrimônio francês. Assim foram aplicados procedimentos como técnicas de como elaborar um inventário e de preservação de tais peças. Como cita Choay:

O primeiro, cronologicamente, é a transferência dos bens do clero, da Coroa e dos emigrados, para a nação. O segundo é a destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e o governo de Comitê de Salvação Pública. Esse processo destruidor suscita uma reação de defesa imediata [...]⁷⁹.

Após esse episódio um caráter cívico e xenofóbico tomaram conta da população francesa e, por consequência, da Europa toda. A questão de salvar e resgatar o passado fez com que personagens históricos fossem trazidos ao presente: Jules Michelet fala da figura de Joana D'arc

⁷⁸ MENEGAT, Rualdo. *Epistemologias e o espírito do colecionismo* (editorial). In: *Episteme / Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências*, nº 20, jan./jun.2005, p. 06.

⁷⁹ CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 97.

como grande mártir do século XV. Ele traz a figura feminina como representação da pátria, libertadora, sendo que a mesma é a padroeira da França.

As questões históricas que envolvem a Europa fazem com que ela enriqueça ainda mais a cultura da civilização, pois devido à sua trajetória ser bem maior do que a de outros continentes, essa nação é o berço da nova constituição de museu. O museu agora ganha o caráter de instituição cultural, onde o homem pode contemplar e usufruir das belezas realizadas por ele mesmo. As coleções tomam proporções maiores e as técnicas preservacionistas, jurídicas e administrativas vão tomando nova roupagem para se adaptarem às demandas que virão.

No Brasil, o museu tem a sua primeira experiência, no ano de 1818 – dez anos depois da chegada da Família Real Portuguesa. Como a família veio para o Brasil em meio a conflitos europeus, eles trouxeram muitos livros, objetos, esculturas, enfim, tudo o que podiam carregar nos navios. Assim, no ano de 1818, foi criado o Museu Real.

Ainda no século XIX mais dois museus eram criados no país: o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista, os dois de fundo naturalista. Esses três museus detinham a cultura do país através de seus acervos até meados do século XIX, mas somente com a criação do Museu Histórico Nacional é que o país rompe com a fase enciclopédica e inicia uma fase histórica em seus museus, fazendo com que houvesse uma representação da nacionalidade. A partir do ano de 1922, ano da Semana de Arte Moderna, podemos observar a preocupação com a identificação da nação, a historicidade de seus fatos, que estão relatados através de objetos e documentos.

Com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, no ano de 1937, é que o país começa a engatinhar no que diz respeito aos museus. Suas características, suas políticas de aquisição, inventários, livros tombo, fichas catalográficas, entre outras técnicas aplicadas nas instituições museológicas, fazem com que a mesma tenha um cunho científico/cultural para a pesquisa e a usufruição dos prazeres do recordar, do rememorar as culturas encontradas em tais instituições.

Vimos, então, a trajetória do museu até os dias atuais: primeiramente, tido como colecionismo e agora com proporções maiores junto à humanidade. Assim, a cultura da coletividade está exposta dentro dos museus, onde o cotidiano humano é retratado com seriedade e discernimento, ocorrendo uma diversidade de compreendimentos, conhecimentos e concepções acerca da cultura de uma sociedade. Portanto, o museu é uma casa de cultura onde podemos cultivar nosso passado através do presente.

No nosso entender, cotidiano, o termo “museus” se refere a uma coleção de espécimes de qualquer tipo e esta, em teoria, ligado com a educação ou diversão de qualquer pessoa que queira visitá-la⁸⁰.

Com base no que vimos durante nossa pesquisa, iniciaremos o estudo sobre o objeto dessa dissertação, uma breve análise da concepção do Museu da Cidade do Rio Grande – acervo e sociedade. Esse estudo é o primeiro passo para o conhecimento da instituição referida e para compreendermos a importância de uma instituição que salvasse a cultura de uma sociedade.

⁸⁰ SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 10.

CAPÍTULO I

ACERVO PROSPECTANDO O FUTURO



Figura 2: foto da Alfândega do Rio Grande, à direita o Museu da Cidade do Rio Grande no mesmo prédio.

Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

O Museu da Cidade do Rio Grande faz parte do planejamento da cidade e, sendo idealizado, serviria como salvaguarda da história e memória da cidade. Em um segundo momento, observaremos que o acervo contido na instituição ajuda a prospectar o futuro da cidade, onde a evolução pode ser vista através das peças doadas pela população rio-grandina ao museu.

Analisamos que o poder local entre as décadas de 1970 e 1980, preocupava-se não somente com a questão do crescimento econômico-político da cidade, mas também com a questão cultural, que em outro momento traria lucro e visibilidade à cidade mais antiga do Estado. Podemos observar nos textos de Foucault, durante suas aulas ministradas no ano de 1978, que uma questão que estava sendo muito citada era a biopolítica. Ele diz que o Estado se preocupa com a espécie – o homem – criando maneiras para preservar esse ser, momento em que se quebra a sociedade disciplinar e instaura-se a sociedade da segurança, não extinguindo a disciplina, mas sim dando uma nova roupagem a um sistema que estava em transformação. O Estado toma conta dos interesses de seu povo a fim de preservar sua espécie – ele agora detém o controle sobre a sociedade. Nesse sentido de preservação podemos enquadrar o Museu da Cidade do Rio Grande, pois ele foi criado para preservar a memória de uma cidade; ele detém a segurança, disciplina e o código legal para gerir o local onde a história de uma sociedade está retratada.

Nossa experiência junto ao Museu da Cidade do Rio Grande tem servido para verificar o grande repositório documental e cultural que representa essa instituição para essa sociedade. O museu nos remete a um passado que está presente em suas peças e que retratam os mais variados assuntos, que envolvem aspectos diversos da cidade.

[...] nos encontramos numa perspectiva em que o tempo da história é indefinido. É o indefinido de uma governamentalidade para a qual não se prevê termo ou fim. Estamos na historicidade aberta, por causa do caráter indefinido da arte política⁸¹.

Em 1971 a Prefeitura da Cidade do Rio Grande elabora a Lei nº 2.524, que cria o Museu Municipal de Rio Grande, mas somente no ano de 1984 será fundado efetivamente o Museu da Cidade do Rio Grande. Não um Museu Municipal como previa a Lei, mas um museu privado que será mantido por uma Fundação. Podemos observar o interesse das autoridades em salvaguardar a história da cidade que, até então, estava na obscuridade da memória da população e seus objetos e documentos, tão preciosos, estavam guardados em gavetas, esperando o momento de serem expostos para que todos tivessem acesso à história da cidade.

Fica criado o Museu Municipal de Rio Grande, subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e que terá por finalidade adquirir, estudar,

⁸¹ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 347.

catalogar, colecionar e expor, sistematicamente, documentos e demais objetos concernentes à história, geografia e folclore nacional e, mais especificamente, espécimes das riquezas, curiosidades naturais, científicas e artísticas rio-grandenses em geral rio-grandina em particular⁸².

A criação do Museu da Cidade do Rio Grande foi promovida pela Fundação Cidade do Rio Grande, instituição que tem se dedicado fortemente à promoção cultural em meio à sociedade rio-grandina. Em fevereiro de 1984, o Conselho Diretor da citada Fundação se reuniu, e deliberou sobre a formação de um Museu, que seria criado a partir de uma atividade da qual participariam, além da própria Fundação, a Prefeitura Municipal, a Mitra Diocesana e as Empresas Petróleo Ipiranga, e a Superintendência da Receita Federal, que mais tarde cederia parte do prédio da Alfândega – local, na época, em fase de restauração, para que o museu se instalasse ali. Nesse momento, por já ser uma entidade estruturada e em plena atividade, a Fundação Cidade do Rio Grande assumiu responsabilidade da estruturação, administração e manutenção do referido Museu⁸³.

⁸² Artigo 1º da Lei nº 2.524, que cria o Museu Municipal de Rio Grande.

⁸³ ATA N. 323, de 9 de fevereiro de 1984, do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
«ÁREA DE INTERESSE DA SEGURANÇA NACIONAL»
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE INSTALAÇÃO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 1984, em praça pública, junto ao Monumento Brigadeiro José da Silva Paes, 247º aniversário de fundação da Cidade do Rio Grande, presentes o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Economista Abel Abreu Dourado e a Fundação Cidade do Rio Grande, representada por seu Presidente, Engenheiro Francisco Martins Bastos e pelo Comendador Américo Papaléo, teve lugar o ato de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande, a ser constituído pela Fundação Cidade do Rio Grande, que se incumbirá da sua administração.

Com a cooperação da Prefeitura Municipal, a Fundação proverá ao funcionamento e organização patrimonial e financeira do Museu.

A criação de um museu com a finalidade de preservar a memória histórica da cidade e do seu desenvolvimento econômico nos diversos aspectos da sua evolução, desde os primórdios da fundação da cidade até o presente, manifestada já em Lei Municipal, corresponde a uma antiga aspiração da comunidade rio-grandina.

Nesta ocasião, o Presidente do Conselho de Administração das Empresas Ipiranga faz doação no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), como parcela inicial para dotação, destinada ao desenvolvimento do Museu e representada por um cheque do valor referido, entregue ao Tesoureiro da Entidade, Comendador Américo Papaléo.

Para execução do objetivo de formação do Museu, a Fundação Cidade do Rio Grande constituirá um Conselho que deverá organizar e administrar a entidade e bem assim as verbas recebidas de órgãos públicos, privados e particulares, ou da receita futura do próprio Museu.

Constará, também, na sua estrutura, de representantes da Comunidade Rio-Grandina como: Prefeitura Municipal do Rio Grande, Delegacia da Receita Federal, Mitra Diocesana, Fundação Universidade do Rio Grande, Centro de Indústria do Rio Grande, Câmara de Comércio e Biblioteca Rio-Grandense.

[Handwritten signatures and initials] ...

Figura 3: Termo de instalação do Museu da Cidade - 1
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

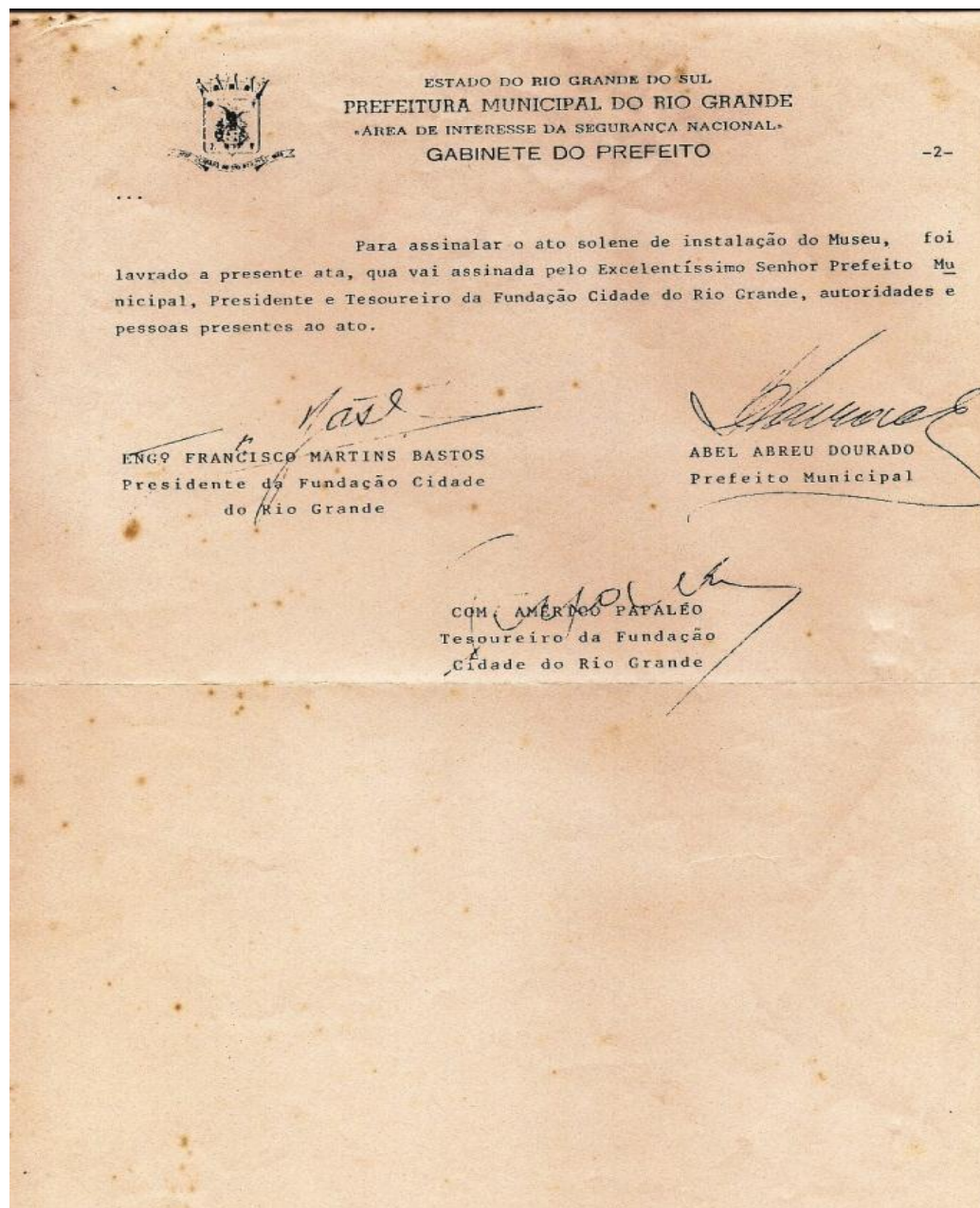


Figura 4: Termo de instalação do Museu da Cidade - 1.1
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

No dia 19 de fevereiro de 1984, ocorreu o ato de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande, organizado pela Fundação da Cidade do Rio Grande, a qual se incumbiu de sua administração, que também contou com o auxílio da Prefeitura Municipal. O Museu então é mantido pela Fundação, e a mesma ficaria com os encargos do funcionamento e organização patrimonial e financeira da instituição museológica. Com a instalação do museu, a comunidade

rio-grandina⁸⁴ poderia vislumbrar suas memórias expostas dentro do museu: uma aspiração antiga, aguardada pela sociedade, tornava-se realidade.

Para a execução do objetivo de formação do Museu, a Fundação passava a constituir um Conselho que deveria organizar e administrar a entidade, bem como as verbas recebidas de órgãos públicos, privados e particulares, ou da receita do próprio Museu. Ficava também constando na estrutura do Museu representantes da comunidade rio-grandina, como a Prefeitura Municipal do Rio Grande, a Delegacia da Receita Federal, a Mitra Diocesana, a Fundação Universidade do Rio Grande, o Centro de Indústrias do Rio Grande, a Câmara do Comércio e a Biblioteca Rio-Grandense⁸⁵. A partir de sua criação, o Museu da Cidade do Rio Grande iria aprimorar crescentemente sua atuação junto à população rio-grandina.

No ano de 1984, é criado um regimento interno e um organograma do Museu da Cidade do Rio Grande. Do regimento temos:

Capítulo I

Das Finalidades

Art. 1º. O Museu da Cidade do Rio Grande, integrante da Fundação Cidade do Rio Grande, tem por finalidade, recolher, expor, ordenar, conservar, expor, para fins de estudo, educação, aumento da cultura e lazer, tudo que constitua testemunho dos fatos e vultos, da História do Município do Rio Grande e que sejam documentos expressivos de sua formação cultural e histórica, assim como do Rio Grande do Sul e do Brasil; realizar pesquisas, conferências e publicações sobre assuntos da história local, regional e geral; auspicar promoções que vizem a formação cultural e artística da comunidade⁸⁶.

Observamos que na instalação de uma instituição que viesse atender um anseio antigo da população rio-grandina – consta na Ata do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande – há preocupação com a história da cidade, onde a própria mescla-se com sua cultura. No entanto, havia um receio de como seriam captados os recursos para manter a instituição museológica e, para tanto, diversas entidades uniram-se para atender essa demanda da instalação do museu. Primeiramente o museu ficou instalado à Rua General Portinho nº 161. Esse primeiro endereço do museu estava vinculado à figura do Sr. Henrique José Vieira da Fonseca, presidente das

⁸⁴ Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande – Prefeitura Municipal do Rio Grande, 19 de fevereiro de 1984.

⁸⁵ Termo de instalação do Museu da Cidade.

⁸⁶ Regimento interno do Museu da Cidade do Rio Grande, 1984. Fl. 1.

Indústrias Leal Santos⁸⁷ e, esse mesmo local de instalação do museu, eram os antigos galpões da antiga Fábrica de Biscoito Leal Santos, uma das principais indústrias do final do século XIX e início do século XX.

Em 27 de novembro de 1986, recebemos do Ministério da Fazenda a área pleiteada para a sede definitiva do nosso Museu. No mesmo dia transferimos a Administração e o acervo para o novo local e providenciamos a iluminação externa da área, dando um aspecto feérico ao local, que merece ser visitado a noite. [...] De conformidade com o nosso cronograma de trabalho pretendemos inaugurar a Coleção Histórica, na sede definitiva, no próximo mês de setembro, homenageando o cinquentenário das Empresas Ipiranga e o quarto milênio de fundação da cidade [...]⁸⁸.

Apenas no ano de 1987 é que o Museu da Cidade do Rio Grande inaugura sua exposição junto ao Prédio da Alfândega⁸⁹, onde se encontra até os dias atuais. Isso porque até então os trâmites legais para tal instalação em um prédio histórico estavam sendo realizados junto ao IPHAN⁹⁰ e aos órgãos públicos.

Estimado amigo do Museu

No próximo dia 7 de setembro inauguramos o Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.

No curto espaço de 42 meses com muito esforço, dedicação exclusiva e permanente, juntamente com o meu reduzido mas dedicado corpo de funcionários, entregaremos à sociedade o segundo Museu sob nossa responsabilidade. O primeiro foi o Museu Sacro e, agora o Museu Histórico. [...] O nosso obrigado por contribuir para engrandecer culturalmente a nossa terra e esperamos que continue a prestigiar o que ajudou a construir com sua colaboração.

Receba um abraço do presidente
Adyr Bonfiglio Olinto⁹¹.

⁸⁷ A Indústria Leal Santos foi fundada no ano de 1890: primeiramente com o comércio de enlatados, posteriormente de biscoitos e, atualmente, de pescados.

⁸⁸ Carta enviada pelo presidente do museu, Sr. Adyr Bonfiglio Olinto, aos colaboradores do Museu – Rio Grande Fevereiro de 1987.

⁸⁹ Data de tombamento pelo IPHAN: 04/09/1697.

⁹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

⁹¹ Carta enviada aos colaboradores do Museu – Setembro de 1987. Quando o presidente fala que está inaugurando o segundo museu, ele menciona sobre a questão de ter o prédio próprio, pois, em 1984, quando é inaugurado o Museu da Cidade, que tinha por endereço a Rua General Portinho nº 161, esse local era emprestado e não tinha uma adequação espacial para que se fizesse uma exposição. No entanto, no ano de 1986, a Coleção Sacra ou Museu Sacro é inaugurado na Capela São Francisco de Assis, local que foi comodado entre a Fundação Cidade do Rio Grande e a Ordem Terceira de São Francisco (essa Ordem é responsável pelo Prédio da Capela, pois no ano de 1794 o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, até então dono do local, não tendo mais condições de mantê-lo, doou a Ordem Terceira de São Francisco o terreno, sendo que essa mesma ordem só terminou a construção da Capela em 1814).

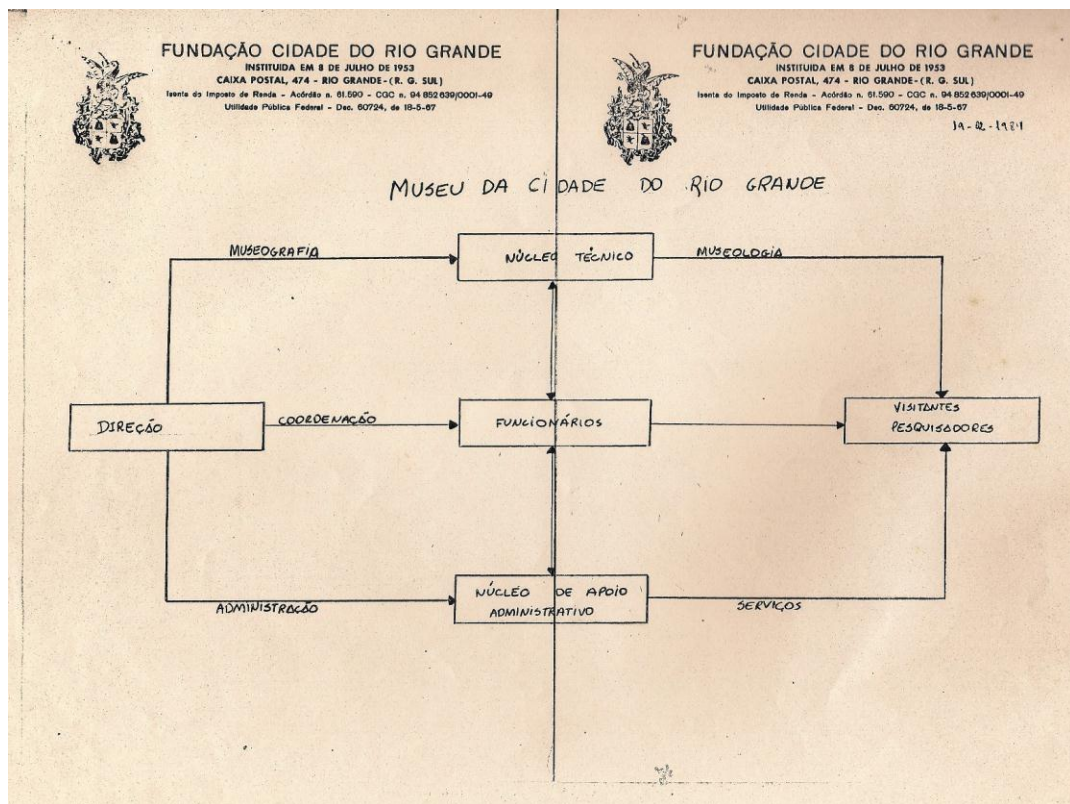


Figura 5: Organograma da Cidade do Rio Grande – 1984
 Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

Fundação Nacional próMemória

1
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO NACIO
NAL PRÓ-MEMÓRIA E A FUNDAÇÃO CI
DADE DO RIO GRANDE COM A INTER
VENIÊNCIA DA SPHAN, VISANDO A
INSTALAÇÃO DO MUSEU HISTORICO
DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.

Aos dias do mês de outu
bro de 1986, a FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, doravante deno
minada PRÓ-MEMÓRIA, neste ato representada pelo seu presiden
te, Dr. Joaquim de Arruda Falcão Neto, com a interveniência
da SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL,
doravante denominada SPHAN, neste ato representada pelo seu
10º Diretor-regional, Dr. Júlio Nicolau Barros de Curtis e a
FUNDAÇÃO CIDADE DO RIO GRANDE, doravante denominada FUNDAÇÃO,
neste ato representada pelo Dr. Francisco Martins Bastos, fir
mam o presente termo, mediante as cláusulas e condições seguin
tes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO Objeto

O presente Termo tem por objetivo a mútua cooperação entre
as partes, para a instalação do museu Histórico do município
do Rio Grande pela FUNDAÇÃO com a colaboração da PRÓ-MEMÓRIA
em parte do imóvel localizado na rua marechal Floriano s/nº,
Rio Grande, RS, conhecido como antiga Alfandega do Rio
Grande, segundo planta anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Atribuições da PRÓ-MEMÓRIA

- I) Prestar assistência técnica a FUNDAÇÃO na área de museo
logia;
- II) Orientar os estudos e projetos que se façam necessários; e

Figura 6: Termo de Cooperação Técnica-1
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

próMemória

II) Permitir a instalação do Museu Histórico em parte do imóvel, de propriedade da União Federal, localizado na rua Marechal Floriano s/nv, Rio Grande, RS, conhecido como prédio da antiga Alfandega do Rio Grande, segundo planta anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Atribuições da Fundação

I) Instalar o Museu Histórico do Município do Rio Grande, reunindo, para tanto, todo o acervo e pessoal necessário;

II) Administrar e gerenciar o Museu;

III) Arcar com todos os ônus decorrentes da manutenção e segurança do Museu e do acervo, bem como todos os encargos trabalhistas a ele referentes;

IV) Pagar, proporcionalmente ao espaço utilizado, as cotas-partes nas despesas de uso comum do prédio, como: luz, gás, água, dentre outros;

V) Promover, às suas expensas, as obras de conservação e reparos que se façam necessárias;

VI) Usar o imóvel unicamente para os fins previstos neste instrumento;

VII) Acatar as determinações gerais de uso comum do prédio, administrado pela PRÓ-MEMÓRIA, inclusive as de rateio das despesas comuns; e

VIII) Destacar a participação do MinC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA em toda e qualquer divulgação dos eventos e publicações do Museu.

CLÁUSULA QUARTA - Das Despesas

As despesas decorrentes das obrigações assumidas pelas partes, no presente termo, correrão por conta dos orçamentos já aprovados, na medida de suas disponibilidades financeiras.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Danos Eventuais

A Pró-Memória exime-se de qualquer responsabilidade oriunda de dano ocorrido nas dependências do Museu, ocasionados por terceiros, seja ele decorrente de ato ilícito, caso fortuito ou

Figura 7: Termo de Cooperação Técnica - 1.1
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

próMemória

força maior.

CLÁUSULA SEXTA - Do Prazo

O presente Termo vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada tantas vezes quanto forem necessárias, de comum acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das Benfeitorias

Não poderão ser realizadas benfeitorias no imóvel, sem a anuência prévia da PRÓ-MEMÓRIA. Em caso de extinção do presente Instrumento, as mesmas não serão indenizáveis pela PRÓ-MEMÓRIA.

CLÁUSULA OITAVA - Da Rescisão

O presente Acordo poderá ser rescindido ou denunciado por qualquer das partes, mediante aviso prévio de 3 (três) meses, ou ainda, ocorrendo uma ou mais das seguintes condições:

I) Descumprimento de qualquer das obrigações aqui assinadas;

II) Superveniência de norma legal que o torne inexecutível;

III) Caso fortuito ou força maior;

IV) Se a Fundação não observar o prazo de 2 (dois) anos, a contar da assinatura do autal Instrumento, para realizar a instalação do Museu.

CLÁUSULA NONA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos, dúvidas, complementações e/ou alterações provenientes da execução do presente Acordo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Foro

As partes elegem o foro da Cidade de Porto Alegre

3040014.1

Figura 8: Termo de Cooperação Técnica - 1.2
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande


próMemória

para compor quaisquer conflitos oriundos da execução deste Instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e conformes, firmam as partes o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL


FUNDAÇÃO CIDADE DO RIO GRANDE

Testemunhas:

3640014.1

Figura 9: Termo de Cooperação Técnica - 1.3
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

Como havíamos mencionado anteriormente, o poder de decisão acerca das grandes questões que permeiam a cidade são decididos pelos governantes ou pelos que detém certo poder devido à influência política que firmam junto às empresas que mais movimentam a economia da cidade. No caso, junto à ata de criação do museu, encontramos entidades como a Alfândega do Rio Grande, a Mitra Diocesana, Prefeitura Municipal, Empresas de Petróleo Ipiranga e a Fundação Cidade do Rio Grande⁹². Dentre essas instituições podemos indicar quais se enquadram no padrão de Foucault para a nova sociedade de segurança: na figura da Mitra Diocesana podemos encontrar a figura da disciplina, na figura da Prefeitura Municipal e da Alfândega temos o código legal, a segurança e a punição e, nas demais entidades, encontramos a economia e, de certa forma, a segurança, já que as mesmas geram empregos e fazem com que seus empregados tenham o mínimo de bem estar.



Figura 10: Foto da 1ª Sede do Museu – Rua General Portinho nº 161⁹³
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

⁹² A Fundação Cidade do Rio Grande tem seu registro desde 29/03/1953.

⁹³ 20/12/1985 – Esquerda para direita: Alpha Campello, Adriana Barros, Vivi Rodrigues, Suely Campello, Eloísa Pereira, Arlete Fogaça, Margot Prato.



Figura 11: Foto das dependências do Museu na Rua General Portinho nº 161 – 1
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

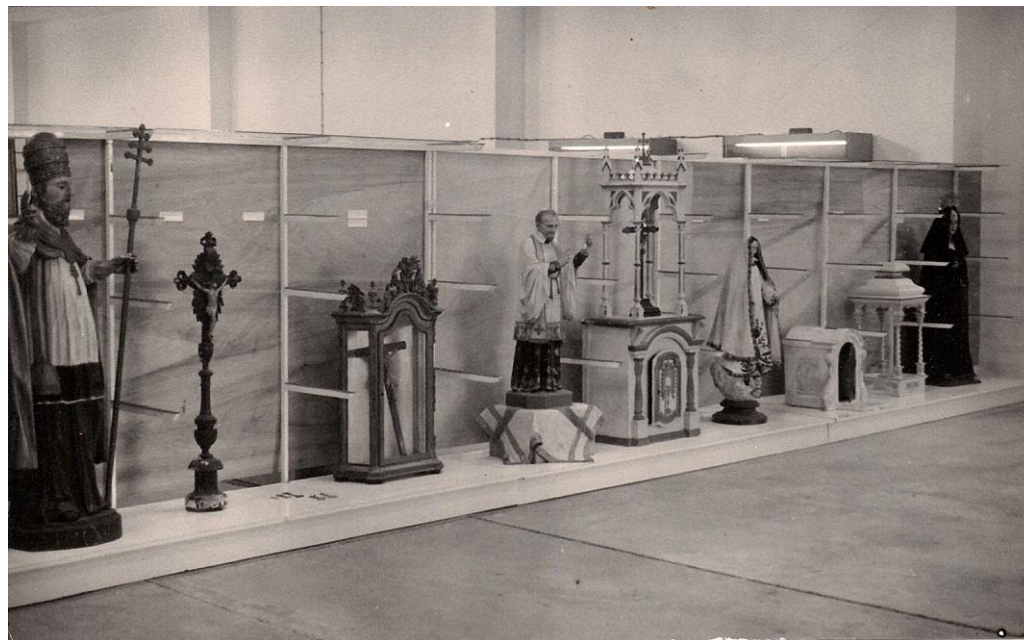


Figura 12: Foto das dependências do Museu na Rua General Portinho nº 161 – 1.1
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande



Figura 13: Foto das dependências do Museu na Rua General Portinho nº 161 – 1.2
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

Com a instalação do museu em local determinado, como mencionamos acima, a preocupação naquele momento, no ano de 1984, era de captar não somente meios de subsistência, pois a contratação de funcionários seria de suma importância e urgência para que o projeto da salvaguarda da memória fosse adiante, mas também de acervo: quais seriam os objetos que entrariam no museu, haveria uma política de aquisição? Todas as perguntas que envolvem o meio museológico, ainda em meados da década de 1980 eram irrelevantes, pois o Brasil ainda engatinhava na questão de salvaguarda de sua memória – como seriam guardados esses objetos que contam a história não somente do país, mas de uma cidade?

São decorridos dois anos e meio desde a instalação do Museu da Cidade do Rio Grande.

Sua colaboração espontânea, na oportunidade, foi muito importante para o seu crescimento.

Em 29 de junho último, a Coleção Arte Sacra do nosso Museu, na Igreja São Francisco de Assis, à rua Marechal Floriano s/nº.

Rio Grande, com essa inauguração, passa a figurar no calendário cultural mundial, no que se refere a preservação de peças religiosas [...] ⁹⁴.

⁹⁴ Carta enviada pelo presidente do museu, Sr. Adyr Bonfiglio Olinto, aos colaboradores do Museu – Rio Grande, 28 de julho de 1986.

Ainda na década de 1980, o Museu da Cidade inaugura a Coleção Arte Sacra, que está situada na Capela São Francisco de Assis⁹⁵. A Coleção Sacra faz parte do planejamento do Museu da Cidade, onde a coleção histórica se encontra no Prédio da Alfândega e a sacra na Capela citada acima. Essas questões, que envolvem a política do museu, fizeram com que a ação de manter duas coleções em prédios distintos ficasse mais visível ao público, pois assim poderiam atender melhor a disposição do acervo e prestigiar os objetos que foram doados pela aristocracia da cidade. Objetos esses que faziam parte de um cotidiano, mas que geraram uma biografia de si próprios e, quando entraram no acervo do museu, tomaram uma nova roupagem, agora não mais como meros objetos, mas sim como acervo, onde através de sua biografia poderíamos prospectar sua função posterior.

Da condição de objetos utilitários, da condição de mercadorias, ou ainda, da condição de objetos fortemente associados a memórias individuais, familiares, ou ligados ao cotidiano de determinadas coletividades, associados a rituais, esses objetos podem ser elevados, por exemplo, à condição de objetos históricos ou objetos etnográficos⁹⁶.



Figura 14: Foto da Capela São Francisco de Assis – Coleção Arte Sacra do Museu da Cidade do Rio Grande

Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

⁹⁵ Data de tombamento pelo IPHAN: 17/05/1938.

⁹⁶ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A magia dos objetos: museus, memória e história*. PRIORI, Angelo. In: *História, Memória e Patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009, p. 69.

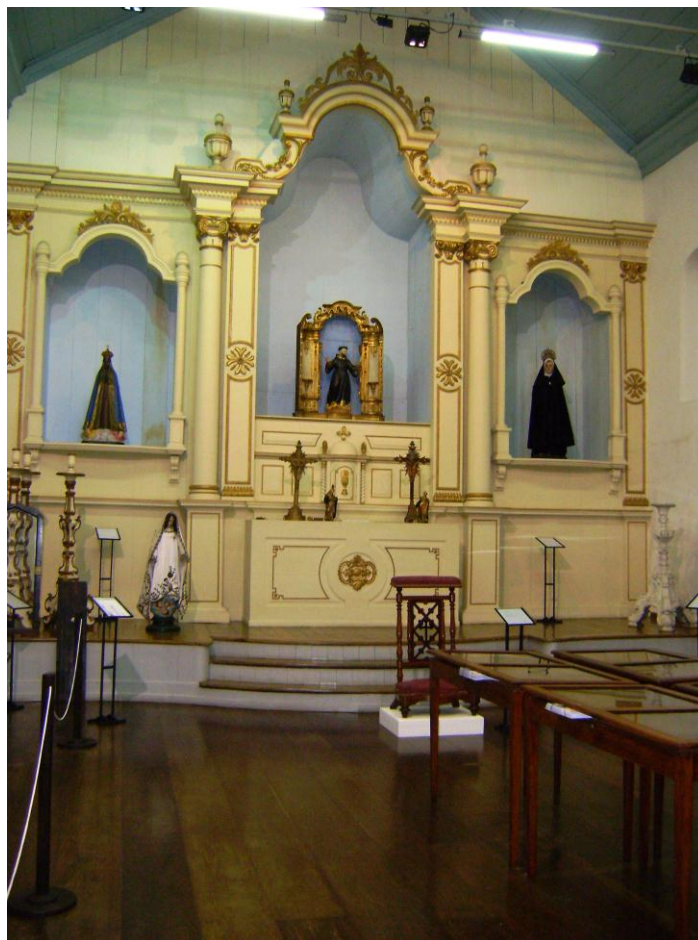


Figura 15: Foto da parte interna da Coleção Arte Sacra
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

Vimos, então, que o Museu da Cidade do Rio Grande surgiu de um planejamento feito para o bem da cidade e de seus cidadãos e que, quem teve participação nessa decisão, foram os governantes junto a empresas da cidade – então podemos dizer que esse foi um planejamento macro, visando o bem estar de todos. E, após a fundação do Museu, ele inicia um planejamento micro, pois terá que criar políticas para a sua sobrevivência e permanência como mantenedor da cultura rio-grandina.

Durante o período que me encontrei junto ao Museu pude observar que, primeiramente, não houve uma política de aquisição: simplesmente a população ia até as dependências do museu e ali deixavam seus pertences para que fossem expostos. Também foi criado um livro de entrada de peças – ali constavam dados que gerariam posteriormente a ficha da mesma –, um livro tomo, onde todo acervo deveria estar tombado, para que se houvesse algum roubo, perda ou

dano do objeto houvesse um local para se reportar acerca das condições daquele objeto. Todos esses primeiros passos foram dados por pessoas leigas, pois infelizmente ainda não existiam profissionais da museologia, naquele momento, para criar as políticas do museu. Mesmo assim, o acervo foi sendo montado aos poucos: fotografias, documentos, objetos de cunho pessoal, de maquinaria, entre tantos outros que faziam parte do cotidiano da população, foram trazendo à tona a memória da cidade retratada nesses objetos doados.

Nessa passagem ritual, do cotidiano ao museu, os objetos são, de certo modo, despidos de suas ambigüidades, de suas funções originais (sejam mágico-religiosas, econômicas, políticas ou sociais), e, sobretudo, são separados do corpo de seus usuários, assumindo, dali em diante, mais um valor de exibição do que um valor ritual⁹⁷.

A parte da sociedade rio-grandina que mais colaborou para o efetivo acervo foram as famílias tradicionais da cidade, que compunham a alta sociedade, e empresas que também colaboraram, como a Leal Santos que doou o carro de bombeiros do ano de 1910, que também ajudava nos incêndios da cidade, e hoje é o carro chefe da coleção histórica do museu. Essas pessoas e entidades depositaram no museu parte de sua história para que fosse repassada para as próximas gerações e que fosse perpetuada dentro da instituição museológica. Para tanto, o planejamento e a gestão são de suma importância para o funcionamento e desempenho do museu, como cita Souza:

O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir⁹⁸.

Podemos dizer, então, que as peças do museu podem ser vistas como planejamento da cidade? Ou apenas uma maneira de ver o passado e prospectar o futuro? Responderemos a essas duas questões, com as políticas que vêm sendo implantadas no museu, como a política de aquisição, museografia⁹⁹, plano museológico, segurança entre outras ações. Primeiramente,

⁹⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A magia dos objetos: museus, memória e história. PRIORI, Angelo. In: *História, Memória e Patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009, p. 69.

⁹⁸ SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2004, p. 46.

⁹⁹ Disposição das peças do acervo em exposição.

houve a aquisição do acervo por meio de doações, onde algumas peças ficavam em exposição e outras ficavam guardadas em algum local do museu. Para solucionar o problema de guarda do acervo, foi elaborado um projeto junto ao BNDES¹⁰⁰, no ano de 2006, onde foi adquirido um mobiliário que salvaguardaria o acervo. Esse mobiliário se chama Reserva Técnica, sendo dividido em módulos e acolhendo o acervo por suas diversas tipologias, devido a cada objeto ter um material específico em sua construção.

Até então analisamos o planejamento micro¹⁰¹ do museu, onde suas ações de preservação e segurança do acervo geram um bem ao objeto e não a população, tendo como prospecção um bem maior, que é a exposição daquele acervo onde a população possa perceber o quanto aqueles objetos são importantes para estarem naquele local de salvaguarda. Todo o trabalho por trás da exposição final leva ao planejamento macro¹⁰², que tem por bem maior trazer ao público suas memórias e histórias através das peças.

Podemos então dizer que as peças do museu podem ser vistas como planejamento da cidade e como prospecção para o futuro também, pois ambos retratam um condicionamento de uma sociedade através dos meios que a expressavam, seja por meio de objetos, documentos ou fotografias. Hoje podemos olhar uma fotografia de certa região, prédio ou qualquer paisagem e prospectar como ela estará dentro de alguns anos, pois temos uma ampla visão do que está ocorrendo em nossa sociedade. E nas máquinas do museu, como as datilográficas, a prospecção está nos computadores ou qualquer mecanismo digital que veio a aprimorar uma técnica que já estava ultrapassada.

O museu é um local dos contrastes, onde o passado está sendo visto no presente e prospectado no futuro. É um local de planejamento e desenvolvimento do intelecto humano, pois faz com que as pessoas prestem mais atenção no seu cotidiano, comparando as peças que estão expostas no museu, como cita Souza:

[...] e planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, não existirá então alternativa ao planejamento. Ou planejamos ou somos escravos da circunstância.

¹⁰⁰ Banco Nacional de Desenvolvimento

¹⁰¹ Quando falamos em micro, quer dizer que estamos avaliando apenas um aspecto do museu, somente suas ações internas, no que diz respeito ao trabalho dentro do museu.

¹⁰² Quando falamos em macro, queremos dizer que atingiremos um grande número de indivíduos, onde o micro que ficava apenas atrás das paredes dos museus, toma novas proporções devido à sua exposição.

Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for¹⁰³.

Para Lefebvre o cotidiano é um conjunto de atos que formam um conjunto que não se reduz à soma dos atos isolados, mas de uma sequência de ações que se efetua em um espaço e tempo sociais ligados à produção. Sendo assim, os objetos doados estão relacionados aos hábitos e costumes vividos por elas, tendo certo grau de afetividade por meio da representação de tal objeto.

[...] o cotidiano não coincide com a realidade, compreende o vivido, subjetividade fluída, emoções, afetos, hábitos, comportamentos e imagens, portanto, também se refere ao conjunto de civilização no que se reporta as normas e leis¹⁰⁴.

O Museu da Cidade do Rio Grande Coleção Histórica, hoje, se encontra fechado para o restauro do Prédio da Alfândega e, posteriormente, para uma nova expografia, onde a história da cidade ganhará uma nova roupagem através dos cenários que serão construídos para rememorar essa história e ajudar a prospectar o futuro da cidade. Mais uma vez, o museu planeja suas ações em prol de sua condição museológica/cultural e, também, em prol da sociedade que depositou nessa instituição suas memórias para que fossem perpetuadas. Memórias essas que tratam do cotidiano pessoal e do cotidiano coletivo, e que serão retratadas durante as exposições temporárias e de longa duração. A Exposição de longa duração remeterá aos primórdios da cidade e trará, até os dias atuais, todas as evoluções que a cidade teve durante esses 274 anos de história; já as exposições temporárias serão trabalhadas de acordo com as diversas tipologias de acervo que o museu abriga.

¹⁰³ SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2004, p. 47.

¹⁰⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 63.



Figura 16: Foto da Fachada do Museu da Cidade Coleção Histórica – Prédio da Alfândega
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande



Figura 17: Foto do interior do Museu da Cidade Coleção Histórica – Prédio da Alfândega - 1
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande



Figura 18: Foto do interior do Museu da Cidade Coleção Histórica – Prédio da Alfândega - 1.1
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

Observamos que o Museu da Cidade do Rio Grande partiu de um planejamento inicial da Prefeitura Municipal do Rio Grande, mas se solidificou apenas no ano de 1984 como uma instituição privada, que seria mantida por uma Fundação. E, através desse primeiro planejamento, onde a voz ativa foi dos governantes e empresários locais, podemos chamar de macro – pois visava à contemplação de um local que estaria retratando a história da cidade e sua população poderia visualizar-se através dessa instituição. Assim a história não se perderia e poderia ser contada através dos objetos que foram doados ao longo dos 26 anos de existência do Museu da Cidade do Rio Grande. E, em um segundo momento, a figura do museu entra com um planejamento micro, que visou o aprimoramento de suas funções museológicas junto à instituição e posteriormente à cidade, abrindo suas portas para que a população rio-grandina vislumbresse suas doações através das exposições que o museu criou.

Enfim, todo planejamento é benéfico para a prospecção de um futuro com escolhas, pois, caso não houvesse planejamento, não poderíamos mudar as circunstâncias que nos são apresentadas diariamente, mudando completamente nosso cotidiano. Esse cotidiano é mutável, mas é através dele que as ações são realizadas e modificadas para que aquela ação futura tenha êxito, sem mudar a sua identidade, a sua real pretensão e, no caso do Museu, são realizadas ações diárias para que em um futuro próximo obtenhamos a excelência nos atos do passado.

A seguir, trataremos sobre parte do acervo fotográfico da instituição museológica, onde analisaremos como esse acervo registrou momentos da sociedade rio-grandina, que tivessem alguma relevância para tal e para a constituição do espaço urbano do Balneário Cassino.

CAPÍTULO II

ACERVO FOTOGRÁFICO E ARISTOCRACIA URBANA

Esse capítulo tem como um dos embasamentos teóricos a produção científica de Flávio Villaça, cujo título é *Espaço intra-urbano no Brasil*, porque essa obra nos permite refletir os “processos contemporâneos da produção da forma urbana” e verticalizar o estudo pertinente à construção do processo de segregação¹⁰⁵ da elite rio-grandina para o Balneário Cassino. Para tanto, utilizaremos o acervo fotográfico do Museu da Cidade do Rio Grande para pensarmos academicamente como se objetivou o processo de segregação de uma classe social do espaço urbano para a praia do cassino. Ressaltamos que este deslocamento de classe ocorreu no mesmo período em outras orlas no Brasil, segundo o estudioso Villaça. Acrescentamos que a referida reflexão nos viabilizará por meio do acervo (entendido como uma dimensão do mundo material) do museu ter registros da cultura (conteúdo do conceito cultura, enquanto modo de vida apresentado não é como mero produto de uma consciência humana irrestrita, mas é precisamente o encontro coletivo de sujeito e objeto, da consciência e do mundo material¹⁰⁶) que a aristocracia urbana substantificava no desdobramento da sociedade também através do mundo material objetivado no acervo do citado museu.

Na referida obra *Espaço intra-urbano no Brasil*, precisamente no capítulo 09, temos “Os bairros residenciais das camadas de alta renda”, onde são mostradas percepções do deslocamento e dos processos de segregação que fizeram com que a população fosse chegando mais perto da cidade ou vice-versa, sendo que essa classe dominante movia o mercado imobiliário. O autor

¹⁰⁵ Segregação, segundo Villaça, é um processo pelo qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute, 1998, p. 142. Seguindo ainda o conceito de segregação, encontramos em Adriano Botelho “O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário”, onde o mesmo cita outro autor, Topalov, que diz: “os belos bairros das camadas superiores não são somente nas representações coletivas, mas também na materialidade dos meios de consumo que estão disponíveis; os privilégios espaciais estão relacionados com a oferta de equipamentos urbanos” (TOPALOV, 1984: 159). BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annaplume/Faplip, 2007, p.35.

¹⁰⁶ COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 104.

elucida seu texto apresentando grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. Ao contrário de Villaça, que mostrou as capitais, iremos trabalhar essas percepções de deslocamento e segregação na praia do Cassino. E essa percepção acerca da praia do Cassino será construída através da elite rio-grandina, que doou ao Museu da Cidade do Rio Grande fotografias do período da formação do Balneário Cassino. Sendo assim, essa construção será através de imagens fotográficas que podem ser interpretadas de diversas maneiras – assim, as interpretações são livres para cada olhar.

A vida, como as imagens, não pede dinâmica familiar nem disposições genéticas. A vida se mostra como imagem antes mesmo de haver uma história de vida. Ela pede primeiramente para ser vista. Mesmo se cada imagem estiver de fato preta de significados e sujeita a uma análise minuciosa, se pularmos para o significado sem apreciar a imagem, teremos perdido um prazer que não pode ser recuperado nem pela melhor das interpretações¹⁰⁷.

Entretanto, não podemos esquecer a questão do espaço que está sendo criado para a construção dessa transformação urbana. A burguesia, classe dominante, detém o domínio já que conta com duplo poder sobre o espaço: o da propriedade privada e da globalidade. Essa globalidade envolve a disputa com o Estado, daí as divergências e a troca de interesses entre ambos, já que o que movimenta o mercado é o capital. Segundo Botelho:

O espaço é uma condição geral de existência e reprodução da sociedade, no modo de produção capitalista, ele é utilizado como meio de produção para a geração de mais-valia... de forma mais abrangente, a produção e o consumo do espaço, assim como a urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalistas, na medida em que são guiados pelos ditames da propriedade privada¹⁰⁸.

O Museu da Cidade do Rio Grande, fundado fevereiro de 1984, abriga duas coleções: a histórica e a sacra. O Museu está situado a Rua Riachuelo s/nº, no Prédio da Alfândega. Entre as duas coleções, o museu conta com cerca de 9.000 (nove mil) objetos, distintos em suas tipologias.

¹⁰⁷ Citação de Hillman (1997, p. 47). ANDRADE, Rosane. *Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002, p. 17.

¹⁰⁸ BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annaplume/Faplip, 2007, p.22-23.

Com a criação do museu, a população começa a trabalhar com conceitos como o de memória¹⁰⁹, pois é através dessas memórias que a história irá se construir. Segundo Le Goff memória é

[...] um conjunto de informações, as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou o que ele representa como passadas [...]¹¹⁰.

Sendo assim, o museu cumpre a função social voltada à museologia¹¹¹, ou seja, ele desperta o interesse da sociedade para com o passado histórico, a cultura e a memória social¹¹². As instituições museológicas buscam aprimorarem-se à medida que as técnicas são empregadas através dos tempos, essas instituições buscam aperfeiçoarem-se e adaptarem-se às novas tendências museológicas¹¹³. Dessa maneira, os objetos do acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, podem ser considerados como fragmentos multifacetados da memória rio-grandina¹¹⁴, expondo detalhes peculiares da formação histórica da cidade:

Redescobrir a identidade local em meio à tamanha multiplicidade de vivências passadas é um desafio extremamente difícil. Porém, não devemos dar cada passo ignorando que gerações já compartilharam este espaço e fizeram leituras do mundo, equivocadas ou acertadas, e que estas leituras ainda estão presentes na matéria inerte das ruas e no imaginário dos falares. Os fragmentos desta trajetória humana (...) possui significados que exigem grande sensibilidade para serem lidos, afinal, foram construídos na contradição das relações que os homens estabelecem entre si e com o meio ambiente [...]¹¹⁵.

Dentre as diversas coleções existentes no Museu, a de fotografias é de significativa importância. Revelam os registros fotográficos, cenas do cotidiano que outros tipos de documentos históricos, principalmente os escritos, têm menor facilidade de expressar, pois a

¹⁰⁹ Seguindo os conceitos de memória encontramos em Pesavento que “história e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada, são representações que dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, memória e centralidade urbana*. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2007. Ainda, segundo Halbwachs: “a memória apóia-se sobre o ‘passado vivido’, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o ‘passado apreendido pela história escrita’”. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p. 75.

¹¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

¹¹¹ SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 16.

¹¹² GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, Porto Alegre: IEL; Belo Horizonte: UFMG, 1990, p. 45.

¹¹³ BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

¹¹⁴ TORRES, Luiz Henrique. *História & Educação patrimonial da cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999, p. 43.

¹¹⁵ Id. *Rio Grande: memória & história*. Rio Grande: Editora da FURG, 2000, p. 42.

imagem traz em si e em todo o seu significado¹¹⁶ um contato direto, visual e quase que instantâneo com a realidade retratada, assim representando, em síntese, um fragmento da memória¹¹⁷. A fotografia traz consigo:

A imagem vive essa dicotomia entre o fantástico e o real. Nesse sentido, pode-se afirmar que a imagem nunca poderá dizer algo do mundo, que ela não tem objetividade necessária para compor um discurso científico. A relatividade no decorrer da recepção da imagem, evidentemente lastimável no campo da pesquisa científica, é pelo contrário parte integrante do dispositivo artístico. Quando se faz fotografia artística ou pintura, não representa incomodo o fato de o receptor atribuir todas as significações que quer naquilo que está vendo: mergulhamos nesse momento, no domínio da subjetividade e da sensibilidade, não do discurso racional (DARBON apud ANDRADE, 1998, p. 108)¹¹⁸.

Tendo exposto o museu e a tipologia de acervo que será utilizada nesse trabalho, podemos então entrelaçar os dados do texto base com as fotografias do acervo. Esse acervo que será trabalhado foi doado por uma classe dominante devido ao seu poder aquisitivo e sua condição de mobilidade, que ocasionou a fundação do Balneário Cassino na cidade do Rio Grande.

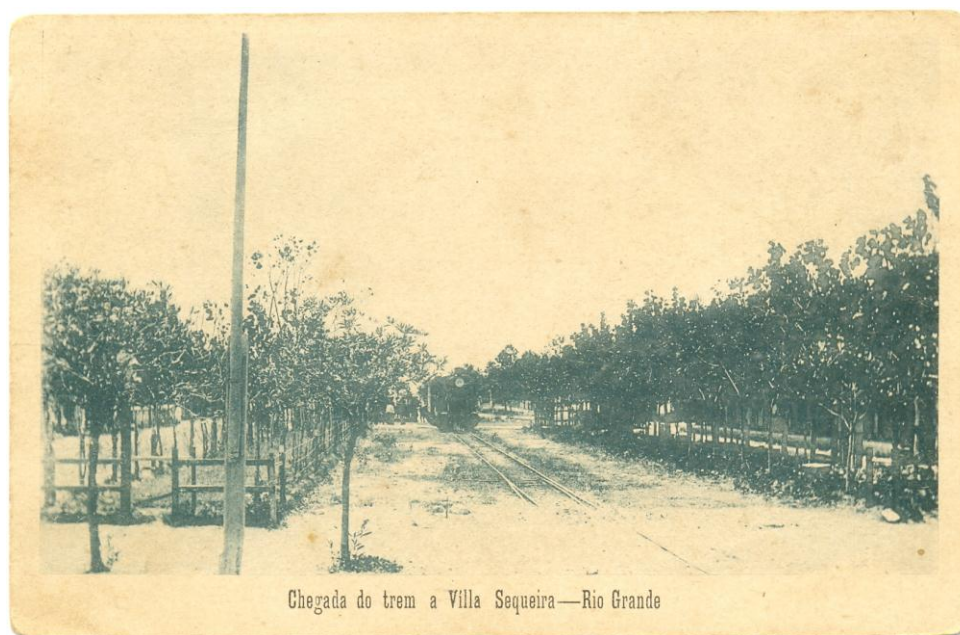


Figura 19: Foto postal - Entrada do Balneário Cassino – Final do século XIX
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

¹¹⁶ PANOFKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 51.

¹¹⁷ KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

¹¹⁸ ANDRADE, Rosane de. *Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade/EDUC, 2002, p. 69.

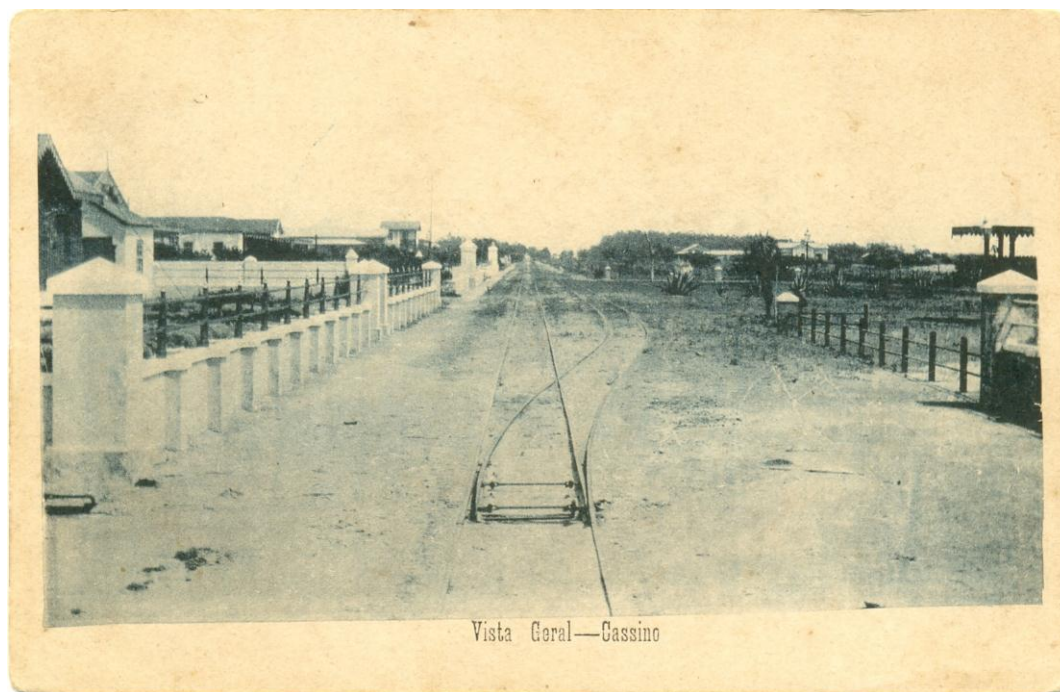


Figura 20: Foto postal - Vista geral do Cassino
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Para designar essa classe dominante utilizaremos o termo elite, que é utilizado para mencionar as classes de mais alta renda da sociedade rio-grandina, sabendo-se que “toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos que a caracterizam são relações de desigualdades”¹¹⁹. Na cidade do Rio Grande esta elite se formou, econômica e socialmente, baseada em um enriquecimento rápido durante o século XIX, onde o período de industrialização e do comércio portuário estavam em pleno desenvolvimento, “ao menos por parte daqueles comerciantes que graças a esse acúmulo de capital puderam partir rumo ao desenvolvimento fabril”¹²⁰.

As transformações ocorridas no Brasil e no mundo ocidental em relação aos hábitos, costumes e os cuidados com a saúde, foram fatores que contribuíram para as transformações urbanas do país. O “fenômeno conhecido como modernidade começa a fazer parte da vida de

¹¹⁹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, vol. 1. 2004, p. 391.

¹²⁰ MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873/1990)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006, p. 50.

todos”¹²¹. A modernização é uma tendência que chega ao Brasil por meio dos europeus. De acordo com Bellomo, “a modernização é um conjunto de mudanças geradas na esfera política, social, econômica e cultural que se iniciou no século XIX”¹²². Na cidade do Rio Grande a modernidade chegou através do porto, onde os navios traziam imigrantes estrangeiros e, junto a esses estrangeiros, vinham os costumes, tradições que a Europa tinha e que era considerada como moderna. Também poderiam ser encontrados nesses navios revistas, jornais, livros e roupas que poderiam ajudar na modelação de um país mais moderno. Sendo assim, os imigrantes estrangeiros se tornaram referência para uma sociedade que estava sedenta por costumes mais modernos – essa camada social era a burguesia local.

Segundo Villaça, a aproximação da população com a cidade ocorreu após a chegada da Família Real ao Brasil. A população já vivia em torno da cidade ou ao seu redor, mas com o fomento cultural e econômico, a mesma passou a frequentar os teatros, bibliotecas e outros locais de sociabilidade que foram incorporados ao cotidiano dessa população.



Figura 21: Foto postal - Chalé Família Rheingantz
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

¹²¹ ENKE, Rebecca Guimarães. *Balneário Villa Sequeira. A invenção de um novo lazer (1890 – 1905)*. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS, São Leopoldo, 2005, p. 9.

¹²² BELLOMO, Harry R. A Modernidade chegou a Porto Alegre. In: MORETTO, Fúlvia et al. *RS: Modernidade (de 1890 a 1930)*. Porto Alegre: Círculo de Pesquisas Literárias – CIPEL / Ediplat, 2003, p. 21.



Figura 22: Foto postal - Chalé Família Lawson
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Este deslocamento ocorreu por motivos evidentes: terrenos com uma vista privilegiada, ou situados em locais de fácil acesso, ou muito bem protegidos, ou próximos a rodovias ou a ferrovias tornam-se mais valiosos para interesses variados. São mais agradáveis para o uso habitacional, ou melhor situados para escoar a produção de uma fábrica, ou para atrair mais consumidores para uma loja, e assim por diante. Nas cidades brasileiras do início do século passado, citadas por Villaça, os bairros centrais que tinham boa infraestrutura, concentravam mais gente, dispunham de linhas de bonde, eram próximos das estações de trem, eram os bairros privilegiados onde acontecia a vida urbana e comercial nascente, e onde se instalavam os palacetes da elite – embora às vezes bairros um pouco mais “distantes”, como a Avenida Paulista, em São Paulo, atraíam os ricos justamente pela sua exclusividade. Na cidade do Rio Grande, no final do século XIX, não era muito diferente, a elite localizava-se perto da cidade, pois era onde estava acontecendo a urbanidade, a elite frequentava os cafés, teatros entre outros locais de sociabilidade que faziam com que a “vida acontecesse”¹²³.

¹²³ Esse termo foi empregado para dizer que era na cidade que as pessoas encontravam a modernidade que almejavam.



Figura 23: Foto postal - Chalé e Restaurante à beira mar
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Ainda segundo Villaça, a ocupação das orlas oceânicas foi tardia nessas grandes cidades, devido ao deslocamento e aos “imprevistos ambientais”, que dificultavam o acesso a locais ainda não habitáveis. No Brasil, desde as primeiras ondas de crescimento das nossas cidades, na virada do século XIX para o XX, todas as grandes intervenções urbanas promovidas pelo Poder Público foram destinadas a produzir melhorias exclusivamente para os bairros das classes dominantes, e as orlas também seguiam esse planejamento. Foram construídos centros comerciais, linhas de bondes, saneamento básico, água, energia elétrica, atendendo assim aquela elite que iria transformar os cenários urbanos da cidade.

As cidades apresentadas por Villaça têm características semelhantes, como o caso das orlas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife, que tiveram uma tardia urbanização no século XIX e início do século XX, mas que hoje devido ao fomento turístico e, ao mercado imobiliário¹²⁴ estar sempre pensando como fazer algum atrativo para que a população consuma,

¹²⁴ Entende-se por setor imobiliário o conjunto de atividades que envolvem os subsetores de materiais de construção, de construção de edifícios e obras de engenharia civil, bem como aqueles ligados ao terciário, tais como as atividades

esquece-se que é a população quem escolhe o que deseja realmente – podem ser oferecidos diversos atrativos, mas se esses não estiverem de acordo, no que diz respeito à acessibilidade e tempo, esses locais não serão difundidos e ficarão estagnados.

Após a explanação acerca do que Villaça apresentou nesse capítulo, podemos aludir como foi o processo de deslocamento da população rio-grandina para o Balneário Cassino. Da mesma forma que as populações mais abastadas das grandes cidades escolheram locais que lhes favorecessem uma melhor qualidade de vida e de prazer, a elite rio-grandina também optou por locais que lhe agradasse.

Um fator que não difere o Balneário Cassino das grandes cidades são os hábitos europeus incorporados ao cotidiano da população rio-grandina, como diz Freyre:

A valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa Burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta; o maior gosto pelo teatro, que foi substituindo a igreja; pela carruagem de quatro rodas, que foi substituindo o cavalo ou o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou de sargento-mor dos antigos senhores rurais. E todos esses novos valores foram tornando-se as insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados. De uma nova nobreza: a dos doutores e bacharéis talvez mais que a dos negociantes ou industriais. De uma nova casta: a de senhores de escravos e mesmo de terras excessivamente sofisticados para tolerarem a vida rural na sua pureza rude¹²⁵.

Como observamos, a sociedade rio-grandina mais abastada necessitava desses hábitos para poder ser conceituada como moderna e, no período, somente seriam inseridos esses hábitos através da indústria e dos europeus que aqui se instalaram. Na cidade do Rio Grande, no final do século XIX e início do século XX, esta forte influência européia poderia ser notada facilmente nas indumentárias, costumes, arquitetura e gostos da população. Uma rápida urbanização ocorreu na cidade e a economia cresceu; com isso a vinda de imigrantes intensificou-se. Os novos moradores possuíam capital para investir em empreendimentos, como define Pesavento:

imobiliárias e as atividades de manutenção predial. BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annaplume/Faplip, 2007, p. 25.

¹²⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p 574.

...o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz fundou, em 1873, a primeira fábrica de tecidos do Rio Grande do Sul, em 1891, Gustavo Poock, filho de um fabricante de charutos da Alemanha, fundou uma fábrica deste tipo e, no mesmo ano, o comerciante Albino Cunha formou a Moinhos Rio-Grandense para fabricação de farinha de trigo¹²⁶.



Figura 24: Foto postal - Vista dos Camarotes à beira mar
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

¹²⁶ PESAVENTO, Sandra J. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985, p. 37.



Figura 25: Foto postal - Comunidade desfrutando dos prazeres do banho de mar e da nova estação balneária

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

O comércio na cidade do Rio Grande desenvolvia-se e, com isso, muitas características urbanísticas foram sendo incrementadas às ruas e às construções que já existiam até então, pois novas acepções arquitetônicas foram sendo implantadas nos grandes casarios. O abastecimento de alguns habitantes da cidade atraía e financiava a instalação de indústrias importantes, ainda no século XIX¹²⁷. Com a demanda da industrialização da cidade, os comerciantes obtiveram um enriquecimento rápido, ocorrendo um acúmulo do capital, e com isso puderam investir em novas fontes, como a indústria têxtil. Assim, iniciou-se o processo de formação de uma elite econômica e social na cidade, que construiu clubes, teatros, prédios luxuosos, assim como tinham vontade de trazer para a cidade eventos culturais importantes, com grande expressão nacional¹²⁸. A cidade do Rio Grande destacou-se entre as cidades do sul do país, pois com a instalação de algumas indústrias e a modernização de outras, a cidade passou a ser associada ao progresso.

¹²⁷ SALVATORI, Elena; HABIAGA, Lydia A. G. de Perez; THORMANN, Maria do C. Crescimento Horizontal da Cidade do Rio Grande. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, janeiro/março de 1989, p. 30.

¹²⁸ MARTINS, op. cit., p. 95.

Algumas empresas estabelecidas em Rio Grande tinham a sua produção voltada para as exportações, tanto para o centro do país quanto para o exterior, ocasionando uma má distribuição para o consumidor local e regional – não que não fossem atendidos, porém, a grande demanda era para as exportações. Apenas as cidades de Rio Grande e Pelotas conseguiam consumir produtos dessas grandes empresas, já que as mesmas não conseguiam atender as demais cidades do Rio Grande do Sul. Além disso, eles dirigiam-se às camadas mais populares, já que os mais abastados consumiam produtos importados, como cita Martins “pois as classes de mais alta renda dessas cidades utilizavam largamente produtos importados”¹²⁹. Acrescentamos que as referidas empresas direcionadas para as exportações eram conhecidas pela população desta cidade portuária pelos seguintes nomes: Swift, Charutos POOK, Leal Santos, Rheigantz.

Tais produtos importados eram roupas e acessórios vindos da Europa. As lojas traziam produtos novos, todos tidos como a “última moda na Europa”, e essas mudanças fizeram com que o comportamento da burguesia rio-grandina obtivesse um refinamento em seus hábitos e uma pluralidade cultural, devido aos grandes espetáculos que vinham oferecer cultura e divertimento à população. Como podemos ver, a elite rio-grandina podia usufruir desses novos comportamentos, mas ainda era a população mais pobre que fazia com que as fábricas obtivessem um acúmulo de capital para poder sustentar esses novos costumes.

Com o desenvolvimento e as exportações de grandes empresas instaladas no Estado do Rio Grande do Sul, fazia-se necessária a construção de estradas de ferro que impulsionariam os negócios no Estado. Sendo assim, em 1874, surge a estrada de ferro que ligava Porto Alegre a São Leopoldo e, dez anos após, foi construída a ferrovia que ligava Rio Grande até Bagé – em 1884. Com a instalação da linha entre Rio Grande e Bagé, surge um novo comércio, o do turismo. Assim, as duas cidades iniciariam um processo de venda e troca de produtos mais eficazes, ocasionando um crescimento mútuo.

No final do século XIX, fomentava-se na cidade do Rio Grande os benefícios da construção dos molhes da Barra, tanto no lado de Rio Grande quanto do lado de São José do Norte¹³⁰, que trariam para toda a região uma grande visibilidade. Essa construção faria com que a

¹²⁹ MARTINS, op. cit., p. 103.

¹³⁰ Dois “braços” de pedras que permitiriam a navegação mais segura no canal de acesso à lagoa dos patos, e assim possibilitaria a construção de um Porto Novo. As obras iniciaram em 1911 e foram inauguradas “em 1º de março de 1915, quando o navio-escola Benjamin Constant, com um calado de 6,35 metros, cruzou a barra e atracou no Porto Novo”. TORRES, Luiz Henrique. A Barra diabólica In: _____. *Rio Grande: Memória e História*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000, p.102-103.

cidade evoluísse para um novo projeto e a impulsionaria cada vez mais para a modernidade almejada. Porém, temos de levar em consideração que a palavra modernidade é ambígua, pois pode romper tradições que ocasionariam em um não reconhecimento de suas origens, porém ela também aproxima enquanto regulamenta a vida cultural da sociedade, da tradição¹³¹ consigo. Sendo assim, o termo moderno seduzia a população mais abastada da cidade, pois essa almejava desfrutar dos prazeres que o capital poderia lhe proporcionar, então, a construção de um local no litoral que tivesse os moldes europeus vinham ao encontro dessa aspiração.

Com a construção da ferrovia que liga as cidades de Bagé e Rio Grande e com o anseio de proporcionar à classe mais abastada um local de sociabilidade, lazer e que tivesse os moldes europeus, o Balneário Cassino foi instituído, sendo o primeiro da região sul do país.

Com os fatores citados acima, a cidade do Rio Grande nesse período já possuía uma elite industrial capitalizada. E, percebendo uma oportunidade para investimentos, um grupo de industriais e comerciantes do Rio Grande, liderados pelo empresário Antonio Cândido Sequeira e, entre eles, Antonio Manoel de Lemos Junior e Carlos Guilherme Rheigantz, projetaram o futuro balneário. Esses empresários tinham a ideia de fazer com que o Balneário do Cassino obtivesse o mesmo sucesso dos balneários europeus, pois, no final do século XIX, os banhos de mar eram tidos como medicinais, atraindo um grande número de pessoas adeptas a tal banho – o que proporcionava novos impulsos econômicos e acúmulos de capital.

O Sr. Antonio Sequeira era um dos incorporadores da Companhia Carris Urbanos do Rio Grande, fundada em 1876, com a finalidade de explorar o transporte urbano. Durante esse período foi tramitada uma concessão para instalar na cidade a empresa citada e, no dia 23 de maio, foi assinada pelo governador da Província, o Dr. Carlos Augusto Flores, que autorizava o transporte urbano – naquele período o transporte era feito por tração animal.

Com o intuito de aumentar seu domínio urbano, a CIA apresentou um projeto de extensão da ferrovia da cidade até as futuras instalações do balneário, um hotel e uma linha telefônica. No ano de 1888 foi concedido, à Companhia de Bonds Suburbanos da Mangueira, o direito da concessão da linha. A mesma começou a providenciar o início das obras de assentamento dos trilhos, assim, logo a linha de bonds surgiria, porém essa linha seria por tração a vapor entre a cidade e o dito balneário, pois a tração animal seria inviável devido a longa trajetória.

¹³¹ WIDHOLZER, Janeska. *Os projetos de reforma urbana e a cidade moderna*. In: Revista Biblos. n° 10. Rio Grande: Editora da FURG, 1998, p. 153.

Assim, o balneário surge no ano de 1885, porém somente no dia 26 de janeiro de 1890 que a linha de bonds da Mangueira é inaugurada e, então, a Vila Sequeira¹³² inicia seu processo habitacional na cidade do Rio Grande – conforme nota no jornal Diário do Rio Grande de 28 de Janeiro de 1890.

Informamos pessoa que consideramos competente, que no próximo domingo será aberta ao tráfego a linha de bonds da Mangueira. Devido a não haver ainda pronto todo o material de transporte não haverá inauguração oficial e, portanto, convites especiais¹³³.

Podemos observar então que o Balneário Cassino na Cidade do Rio Grande surge como os outros balneários do resto do país, apresentando características semelhantes e distinções. O deslocamento dessa população ocorreu devido à linha de bonde que foi instaurada propiciando o deslocamento da população para esse local, e também aos hábitos europeus que estavam sendo difundidos através dos banhos de mar que eram considerados medicinais. Toda uma estrutura foi planejada para receber essa população: a construção de um hotel, as cabanas na beira da praia, o comércio e outros benefícios que atrairiam as classes para prestigiar o mais novo empreendimento da cidade do Rio Grande.

Sendo assim, as famílias mais abastadas começaram a fixar residência, como a família Rheingantz, a família Siqueira e a família Lawson, entre outras, que são as mesmas doadoras das fotos ao Museu da Cidade do Rio Grande para que sua memória não fosse esquecida – e para que ali estivessem à disposição de futuras gerações que quisessem conhecer os primórdios do Balneário Cassino. Observamos, através das fotografias do acervo do Museu, a elitização de um local que até então não era habitado, mas que graças ao crescimento da cidade tornou-se acessível para que houvesse o deslocamento dessas famílias para compartilhar o lazer. Esse lazer encontramos no orfismo, quando falamos que as reflexões oriundas do mito “Orfeu” – trata-se de uma crença que prega a divinização do homem, que poderá gozar de prazer eterno e desfrutar das coisas boas que a vida pode proporcionar.

Então o museu está impregnado pelo orfismo, pois nele podemos desfrutar de momentos passados que nos foram tão preciosos em certo tempo. O museu é um local de sociabilidade onde

¹³² Primeiro nome do Balneário Cassino.

¹³³ Jornal Diário do Rio Grande, 14/01/1890.

a comunidade pode ver-se através de seu acervo, que ao registrar o estilo arquitetônico de moradias de precisa classe social, os momentos de prazer e lazer de específica aristocracia e demais documentos sociais de uma classe, nos permite escrever que os padrões arquitetônicos e de valor social deste segmento populacional – que tinha chalés no Balneário do Cassino – consistia em um processo de “encontro coletivo de sujeito e objeto, da consciência e do mundo material”¹³⁴, que entendemos como sendo Cultura. Digo, no caso em pauta, a Cultura de Aristocracia e não das classes médias ou da classe proletária neste momento historicamente determinado.

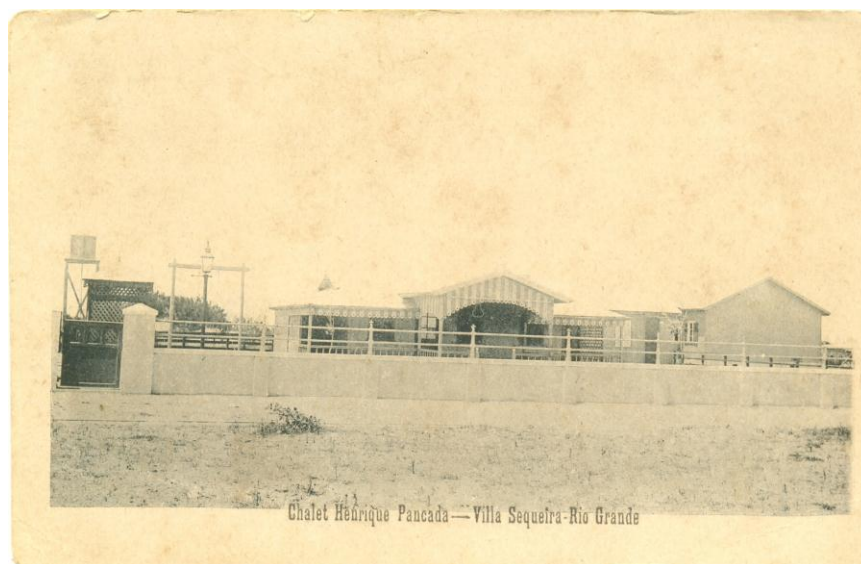


Figura 26: Foto postal - Chalé Família Henrique Pancada
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Vimos nesse capítulo, que a aristocracia rio-grandina projetou um novo espaço urbano onde pudessem ter momentos de lazer, comércio e aprazibilidade, no próximo capítulo veremos como essa mesma aristocracia contribui para a cidade através das indústrias que se instalaram na cidade, assim o acervo remonta mais um dado momento da história da cidade do Rio Grande.

¹³⁴ COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 104.

CAPÍTULO III

ACERVO E INDÚSTRIAS DOS SÉCULOS XIX E XX

Nesse capítulo iremos mostrar como os documentos museológicos relacionados às indústrias da cidade do Rio Grande, existentes no período situado entre os séculos XIX e XX, que estão salvaguardados no acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, nos viabilizam refletir sobre a “Produção do Espaço Urbano”. Entendemos que as formas de produção transformam o espaço e que através desse acervo a história é revivida e, assim, a memória coletiva “apóia-se sobre o passado vivido, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o passado apreendido pela história escrita”¹³⁵ – que é relacionada a este padrão tecnológico industrial para que não se perca e possa ser coletivamente aflorada nos dias atuais, através deste acervo que também facilita o entendimento de que a indústria verticaliza o desdobramento ampliado do Espaço Urbano.

Os períodos industriais impulsionaram o desenvolvimento de uma cidade portuária através da sua produção do espaço, entendida como resultado de um trabalho social¹³⁶.

As formas de produção surgem não para suprir uma necessidade só do homem, mas sim de um conjunto. Assim, nessa ação de conjunto temos o crescimento da cidade através de uma série de agentes que foram se relacionando com o cotidiano da mesma, e anexando saber/fazer para dar uma nova roupagem a uma cidade que estava sendo transformada. Essas transformações ocorrem não só em nível espacial, mas também cultural.

No texto *Crítica da economia política*, Lefebvre diz que existe um sujeito para designar os padrões que vão se construindo ao longo das transformações dos processos de produção, e que a sociedade burguesa foi designada a partir da modernidade como sendo “carro chefe” de tais transformações. Porém, não podemos generalizar que não existisse um sujeito antes da

¹³⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p. 75.

¹³⁶ MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande. Editora da FURG, 2006, p. 25.

modernidade¹³⁷, só que ainda não tinham sido criados critérios para distinguir tais atores que estariam ditando “regras” e movimentando a economia de uma sociedade.

Para Lefebvre a crítica da economia política surge como tal termo na modernidade, mas suas acepções enquanto relações são mantidas desde a antiguidade, sendo que quem mantinha essas relações eram os aristocratas e a religião. Os sistemas surgem para estruturar a sociedade de acordo com suas necessidades. Hoje o homem mantém uma relação impessoal, diferentemente das sociedades tradicionais, pois a relação cidade *versus* campo foi sendo substituída pelas indústrias, que foram tomando espaço nas cidades que necessitavam de modernidade – sendo que o que distingue os processos de produção e as cidades são as especificidades que transformam a sociedade.

Com relação à movimentação da economia, não podemos levar em consideração somente o capital que está sendo empregado nas relações de produção e reprodução. Segundo Lefebvre temos de levar em consideração todos meios de produção, não somente o produzir materialmente mas, também, produzir uma forma familiar, cultural. A forma primitiva de produção dá espaço ao consumo, as relações de troca tornam-se necessidades criadas pelo homem para suprir seus anseios por deter o conhecimento.

Uma sociedade não pode se reduzir à produção na acepção dos economistas: aparelho de produção e de consumo, identidade ou diversidade entre os dois aspectos. Produzir, para uma sociedade, é também produzir acontecimentos, história¹³⁸.

Em meio a esse conjunto de produções Lefebvre nos mostra a criação de um museu com a finalidade de preservar a memória histórica da cidade e do seu desenvolvimento econômico nos diversos aspectos da sua evolução que, desde os primórdios da fundação da cidade, até os tempos presentes, era encarada como uma antiga aspiração da comunidade rio-grandina. Sendo assim, o Museu da Cidade do Rio Grande¹³⁹ entra como forma de produção cultural, onde fomenta uma forma de troca não monetária, mas cultural, fazendo com que a memória da sociedade possa ser vista por ela mesma e por todos que queiram saber um pouco mais de sua história.

¹³⁷ Conceito mutável, pois a modernidade é ambígua. Por um lado, ela pode romper com a tradição, desenhando o tradicional, mas por outro lado, ela é um reconhecimento da ordem, da norma, e assim aproxima-se enquanto regulamentação cultural dessa tradição (WIDHOLZER, 1998, p. 153).

¹³⁸ LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Zamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 84.

¹³⁹ O Museu da Cidade do Rio Grande foi fundado no dia 19/02/1984.

Portanto, com as transformações ocorrendo em nível nacional, com a cidade do Rio Grande não seria diferente. Ao final do século XIX e com dificuldade nos meios de comunicação terrestre as economias cresceram isoladamente. Martins diz que o processo industrial brasileiro inicia-se pelos bens de consumo não-duráveis, e as técnicas utilizadas para a incrementação da fase industrial no país e na cidade do Rio Grande vinha dos países centrais. Mesmo assim a economia industrial brasileira, no período compreendido como industrialização dispersa, desenvolveu empresas industriais e cidades de forma isolada, ou seja, voltadas para seus mercados consumidores específicos e sem uma integração nacional.

O processo de industrialização da cidade do Rio Grande tomou forma através da instalação da Fábrica Rheingantz, que contribuiu para seu desenvolvimento social e econômico. No acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, encontramos fotografias e postais que mostram o complexo Rheingantz em sua forma geral. A Fundação da Fábrica Rheingantz, que foi idealizada pelo comerciante Carlos Rheingantz, juntamente com Herman Vater, no ano de 1873, foi certamente um marco na história da industrialização da cidade do Rio Grande. Após alguns anos a sociedade se desfez, ficando a administração da fábrica somente com Carlos Rheingantz – a partir de 1881.



Figura 27: Cartão postal da Fábrica Rheingantz
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Esse empreendimento fez com que o espaço urbano fosse redesenhado, reconfigurado e obtivesse um arranjo diferenciado em função de todas as mudanças ocorridas após a instalação da fábrica. Junto à fábrica foram construídas residências, um clube (União Fabril), o Cassino dos Mestres e uma escola, fazendo com que essas novas construções fossem criando espaços e ocasionando a expansão da cidade “além fronteiras”, como Martins fala. Com essa reestruturação espacial, a cidade tomou nova forma e incorporou ao seu cotidiano novas culturas, pois além dos alemães instalando-se naquele local, a cidade iniciava processos de expansão por toda parte, fazendo com que diversas culturas interagissem diariamente.



Figura 28: Cartão postal Cia União Fabril
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Segundo Lefebvre, o cotidiano é um fenômeno das sociedades modernas, pois em sociedades tradicionais, como as camponesas e as sociedades antigas, o que dominava era o estilo, que se encontrava nas festas. Hoje, porém, esse estilo é contraditório, pois possui riquezas e misérias fazendo com que não haja coerência no que o homem deseja. O homem, não interage mais em conjunto e sim individualmente, ele está sempre em busca de algo, aprimora suas técnicas para chegar mais perto do que diz ser moderno, ou estar em evidência por algo que criou. O verdadeiro sentido de saber/fazer se perdeu, pois as técnicas evoluíram, e isso podemos

encontrar no acervo do museu, onde o primitivo depara-se com o moderno, o passado confronta o presente, mas não podemos esquecer que foi esse passado que fez com que tal técnica se aprimorasse e se tornasse mais ágil ao homem.

Confrontando o passado e o presente, o museu trava um diálogo onde o visitante tem a oportunidade de observar essa evolução e pode até vislumbrar um futuro próximo, devido às tecnologias serem muito rápidas hoje. E é através dessas tecnologias que o homem torna-se escravo de seu consumo, um consumo dirigido – nesse caso o consumo cultural – expressado através da figura do museu.

A cultura nessa sociedade é também artigo de consumo. Um pouco excepcional: passando por livre, essa atividade consumidora... As obras, os estilos são entregues ao consumo devorador. A cidade se devora com um júbilo particular, o que parece indicar uma necessidade e uma frustração particularmente vivas: moradores de cidades vizinhas, estrangeiros, gente de arrebaldes, turistas se precipitam sobre o coração das cidades...com um apetite particularmente voraz¹⁴⁰.

Esse consumo dirigido vem das sociedades burocráticas, que ditam os estilos, o que deve “servir”, ou não é o culto ao “belo”. O homem deseja tudo de melhor que o dinheiro possa comprar, pois na sociedade capitalista há preço para tudo. Atualmente, podemos comprar qualquer objeto de desejo devido ao poder de aquisição que o homem detém, não somente no meio industrial, mas também no cultural. Hoje, os costumes empregados durante o século XIX, importados das grandes metrópoles européias, tais como o teatro e locais de sociabilidade, como as praças, são consumidos por todos: já não há distinção de classes¹⁴¹.

Retornando ao tema proposto, encontramos ainda no acervo do museu latas de biscoitos, fotos e pedras líticas da empresa Leal Santos & Companhia¹⁴², que foi fundada no ano de 1889 e que, primeiramente, fabricava alimentos em conserva e, posteriormente, biscoitos. A empresa Leal Santos também proporcionou à cidade do Rio Grande novamente uma expansão. Em sua volta também construiu residências e um armazém onde seus funcionários poderiam comprar sem sair das redondezas. No acervo do Museu encontramos uma coleção de fotografias e objetos significativos dessa empresa, onde um de seus principais objetos, o carro de bombeiros, da

¹⁴⁰ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 118.

¹⁴¹ Quando dizemos que não há distinção de classes, dizemos que isso ocorre porque o capital deu poder a qualquer homem que o detenha.

¹⁴² Era filial de uma empresa portuguesa.

década de 1910, ajudava no combate aos incêndios da cidade, e hoje é um dos objetos de maior destaque dentro do acervo do museu. Observamos que tanto a Rheingantz quanto a Leal Santos, tinham domínio sobre seu operariado devido a certo paternalismo. Tal característica paternalista nos remete ao sentido primitivo citado por Lefebvre, quando ele caracteriza a estrutura das sociedades de acordo com suas necessidades. Essa é uma característica de uma cidade antiga, como já não era o caso da cidade do Rio Grande no final do século XIX.



Figura 29: Foto Leal Santos & Cia – entrada dos funcionários
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande



Figura 30: Vista interna da fábrica de biscoitos – Leal Santos & Cia
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Ainda no final do século XIX, a Fábrica de Charutos Poock¹⁴³ instala-se na cidade. Encontramos no acervo do museu algumas caixas de charutos, documentos e exemplares de fumo. As empresas têxteis relatadas nesse trabalho alavancaram a economia da cidade, geraram muitos empregos e fizeram com que a cidade se expandisse. Com essas indústrias e outras citadas até o momento, a cidade tomou novas proporções, novos bairros foram se formando e serviços como de água, luz e esgoto foram sendo implementados com as demandas que a cidade necessitava.

¹⁴³ Fundada em 1891 por Gustavo Poock.



Figura 31: Foto do Escritório e depósito da Fábrica de Charutos Poock & Cia
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Um grande projeto e de maior amplitude que, até hoje, movimenta a economia da cidade é o porto do Rio Grande. No acervo do museu não há objetos dessa grande estrutura, somente documentação e fotografias, que são de suma importância para a história do porto e da cidade. Dentre as diversas coleções existentes no Museu, a de fotografias é de significativa importância. Os registros fotográficos revelam cenas do cotidiano que, outros tipos de documentos históricos, principalmente os escritos, têm menor facilidade de expressar, pois a imagem traz em si e em todo o seu significado¹⁴⁴ – um contato direto, visual e quase que instantâneo com a realidade retratada, representando, desse modo, em síntese, um fragmento da memória¹⁴⁵. A fotografia traz consigo:

A imagem fotográfica nasce da observação de uma realidade que está contida em uma estrutura cultural, ela vem carregada de significados, de fragmentos que deverão ser moldados em um relato único e revelador. A imagem comunga com o texto para nos fazer melhor compreender e elaborar uma análise desses significados. O que se fotografa é a imagem do outro, e a imagem não-verbal

¹⁴⁴ PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 51.

¹⁴⁵ KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

tende a ser mais carregada do ponto de vista emocional do que daquilo que se expressa verbalmente (COLLIER JT., 1973, p. 22)¹⁴⁶.

Um dos temas mais relevantes da formação história rio-grandina, a questão do Porto e da Barra, é debatido em grande escala por variada documentação. Nesse sentido, um arrolamento documental sobre o tema permite “que o leitor trave contato com alguns dos microcosmos que constituíram o universo representado pelo histórico processo dos melhoramentos pretendidos e entabulados no sentido de resolver os problemas de acesso à principal ‘porta de entrada’ do Rio Grande do Sul”. Dessa forma, “desde os primórdios do século XIX, a vila/cidade do Rio Grande passaria a granjejar crescentemente a condição de grande centro comercial da capitania, província e estado sul-rio-grandense”, mas, “as dificuldades para ‘vencer’ a Barra e os limites da infraestrutura portuária, diante da evolução das atividades mercantis, acabariam por constituir um obstáculo ao avanço ainda mais agudo do entreposto litorâneo”. Tais “problemas observados desde o início do projeto colonial seriam de difícil solução e se arrastariam por décadas a fio, de modo que aquelas melhorias passariam a constituir uma das mais candentes aspirações da comunidade rio-grandina”¹⁴⁷ e a documentação reproduziu fielmente esse conjunto de aspirações.

Os registros fotográficos sobre o Porto e a Barra do Rio Grande são de grande importância para a reconstituição histórica a respeito dessa temática, principalmente, a partir dos primeiros anos do século XX. Os graves problemas para atravessar a “Barra Diabólica” caracterizaram a história do Rio Grande desde a sua fundação e, durante todo o século XIX, foram muitas as lutas dos rio-grandinos em busca de melhorar tais condições de navegação. Foi somente ao final deste século e no início do seguinte que as providências começaram a ser tomadas com maior eficiência.

¹⁴⁶ ANDRADE, Rosane de. *Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade. EDUC, 2002, p. 52.

¹⁴⁷ ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema)*. Porto Alegre: Corag, 2007, p. 175.



Figura 32: Foto do guindaste elétrico 1911 – Obras na Barra do Rio Grande
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

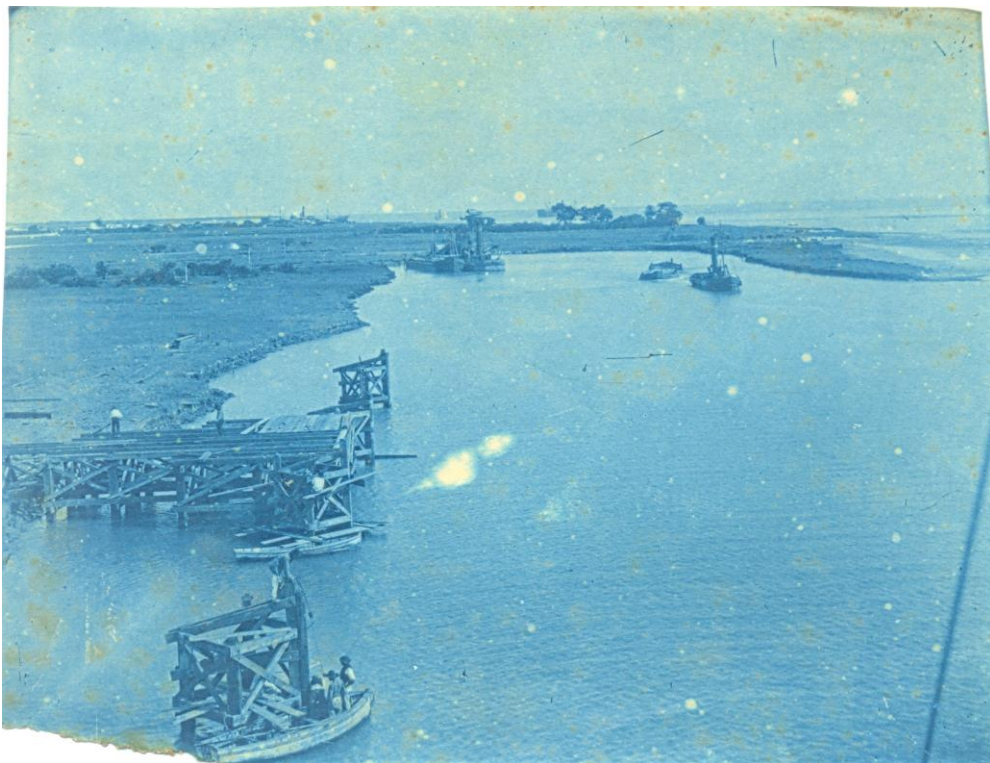


Figura 33: Obras na Barra do Rio Grande – 1911
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Os destinos da cidade do Rio Grande começariam a mudar a partir da execução das obras dos molhes da Barra e da construção do Porto Novo, realizadas desde 1908 e chegando até 1915, quando seriam inauguradas tais obras. Esses acontecimentos fazem parte “de um processo histórico de duração razoavelmente longa, que perpassou desde as origens da comunidade do Rio Grande, na primeira metade do século XVIII, e deita raízes até o presente”. Naquela época, “as aspirações da coletividade atingiam um momento de indelével importância, com a abertura da Barra e a inauguração do Novo Porto”, trazendo em si “a culminância de um processo reivindicatório que demarcou um amplo avanço econômico, sinal de progresso que, mesmo que nem sempre constante, passaria a constituir elemento-chave na sobrevivência do município do Rio Grande”¹⁴⁸.

A amplitude das obras, o gigantismo do maquinário empregado e o número de pessoas envolvidas no trabalho estariam, lado a lado, com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais trazidas pelas obras do Porto e da Barra na cidade do Rio Grande. O impacto social foi de enormes proporções na cidade, que cada vez mais se afirmava como principal pólo comercial do Rio Grande do Sul.

Alguns fragmentos dessa realidade seriam muito bem demonstrados a partir dos registros fotográficos, como alguns dos seguintes arrolados junto ao Museu da Cidade do Rio Grande Coleção Histórica. Linhas férreas foram construídas para o deslocamento do material necessário às construções e enormes blocos de pedras foram transportados para elevar os molhes e o cais do Porto Novo. Materiais de construção, das mais variadas origens, foram trazidos para a cidade. Maquinário especializado em escala monumental como guindastes, transbordadores e os famosos “titãs” teriam deixado os cidadãos rio-grandinos pasmos diante de seus colossais tamanhos. Galpões e armazéns eram construídos a toda pressa e os mais variados tipos de embarcações cuidavam dos constantes serviços de dragagem.

Mas, essa velocidade da passagem dos acontecimentos teria ficado esquecida ou lembrada de forma incompleta no campo da memória coletiva, de modo que os registros fotográficos servem para recuperar, ao menos em parte, esses fragmentos de memória. Certamente, as obras advindas do porto fizeram com que a cidade tomasse novos rumos, aprimorando as técnicas e

¹⁴⁸ ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande – 90 anos e uma secular aspiração que se tornou realidade: brevíssima notícia histórica* (março e novembro de 1915). *Biblos – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. n. 18, 2006, p. 93.

fomentando novas empresas devido à sua localização privilegiada. Aproveitando essa nova fase do porto, a SWIFT modificou o cenário industrial da cidade, que teve suas instalações junto ao Porto Novo, no ano de 1917. Tinha como principal atividade produtiva a frigorificação de carne e era moldada sobre os padrões fordistas de produção (produção fragmentada e em grande escala). No museu encontramos fotografias e postais da empresa e, ainda hoje, podemos observar suas instalações no porto. Essa empresa contava com uma estrutura de posto de saúde, restaurante, laboratório e porto particular. No mesmo ano, a Cia. de Tecelagem Ítalo-Brasileira instala-se na cidade dando continuidade ao processo fabril que a mesma já vinha obtendo junto à Rheingantz. No acervo do museu encontramos fotografias que rememoram a Cia., hoje, no local onde a mesma havia se instalado, encontramos o supermercado *BIG*.



Figura 34: Cartão postal Cia de Tecelagem Ítalo Brasileira
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Ainda através do acervo fotográfico temos, no ano de 1927, a fundação da VARIG, primeira empresa de transporte aéreo comercial do país. No acervo do museu encontramos documentos que relatam tal acontecimento. No ano de 1937 é fundada a Refinaria de Petróleo Ipiranga – encontramos no acervo do museu fotografias, objetos e documentos que relatam a

trajetória dessa empresa, que mantém até hoje suas estruturas originais junto às margens do Saco da Mangueira.

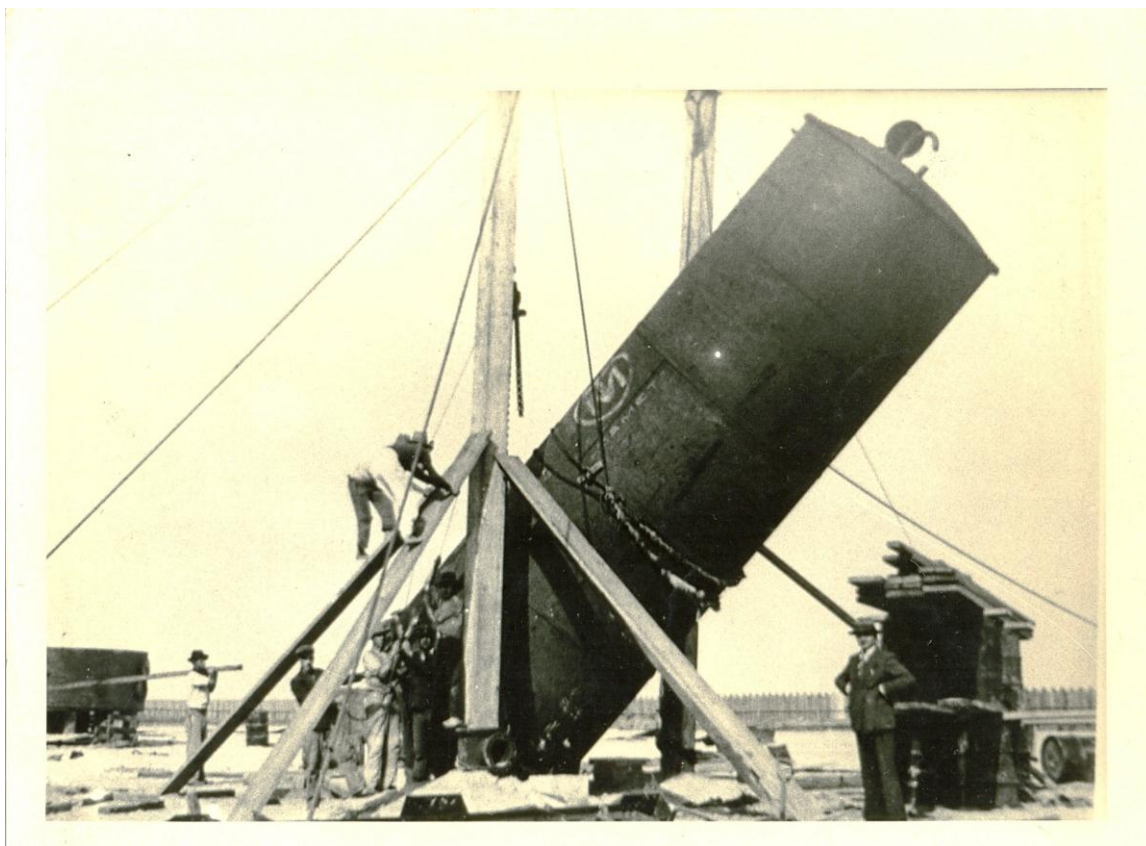


Figura 35: Foto da montagem da Refinaria Ipiranga
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Todas essas transformações fazem parte do processo de produção espacial da cidade. Diversas empresas ainda constituíram o cenário econômico da cidade, porém, como o artigo proposto é de mostrar as indústrias através do acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, não relatamos as demais por não obter informações contidas no acervo do museu. A importância desse tipo de registro histórico (fotografia, documentos, objetos), expressa a relevância da função social do Museu na preservação da memória coletiva e estimula a realização de novas pesquisas junto ao acervo.

Assim, observamos como os processos industriais mudaram o cenário rio-grandino entre os séculos XIX e XX. Esses processos não eram somente industriais, mas também culturais, devido aos espaços de sociabilidade, teatros e costumes europeus introduzidos pela elite local. O

período da industrialização dispersa seria então o período mais benéfico de investimento industrial e de vida cultural para a cidade do Rio Grande, apesar das contingências sociais.

Somente a partir de meados do século XX é que a economia nacional será unificada, fazendo com que todos os estados possam ter livre circulação de suas mercadorias. A cidade do Rio Grande, tendo um porto de calado significativo, inicia um novo processo em sua economia, fazendo com que a cidade entrasse na rota comercial não somente nacional, mas também internacional. Juntamente a toda essa transformação industrial que a cidade passou, sua população também foi beneficiada com a questão da urbanidade, pois bairros foram sendo criados e todos os serviços que permeiam o termo urbanização foram sendo implantados na cidade.

Sendo assim, todas as transformações ocorridas na cidade foram de suma importância para o seu crescimento. As empresas que aqui se instalaram criaram o produto de consumo, mas também ditavam o modo de consumir, e a elite local ditava esse consumismo, mas não podemos esquecer que se não houvesse produção não haveria consumo. Assim, a cidade foi sendo urbanizada e deixando suas características primitivas para trás; o saber/fazer hoje está sendo racionalizado, pois as técnicas evoluíram e deram espaço para as máquinas.

A vida urbana começa ao mesmo tempo nos restos da vida rural e nos destroços da cidade tradicional. A vida campestre, a realidade agrária dominou durante longos séculos... Hoje principia a vida urbana, onde o valor de uso pode dominar o valor de troca, que ainda predomina sobre o uso e o valor de uso¹⁴⁹.

Portanto, produção e consumo andam juntos, são complementares. Os consumidores hoje não querem mais quantidade e sim qualidade. A nova tendência de qualidade de vida faz com que o homem busque aprimorar cada vez mais suas técnicas para serem usadas em benefício próprio – eis a sociedade do individualismo tomando proporções maiores no mundo do capitalismo. E com a indústria do turismo não seria diferente: hoje, o homem cria suas necessidades para que, em algum momento, algo apareça para ele suprir; o consumo pelo belo, por reavivar a memória do que já passou, faz com que o homem busque suas origens, para que o seu consumo não a perca.

¹⁴⁹ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 200.

Com relação ao consumo, veremos a seguir o fomento das inovações tecnológicas, onde o homem está sempre em busca de novos conhecimentos e desafios, fazendo com que ocorra especulações e concorrências em cima dos produtos desenvolvidos. Essas inovações tecnológicas podem ser vistas no acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, e esse acervo foi doado pela sociedade mais abastada da cidade, onde a mesma detinha o poder industrial da cidade no final do século XIX e início do século XX, estendendo-se até os dias atuais.

CAPÍTULO IV

ACERVO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Esse capítulo relacionado à “Dinâmica Tecnológica e Morfogênese Sócio - Espacial” permite realizar um diálogo entre determinadas peças salvaguardadas no acervo do Museu e as redes técnicas e inovações tecnológicas reproduzidas no espaço urbano. Temos como postulado acadêmico que, no cerne do conteúdo do conceito Cultura, existe a sentença de que as Relações Sociais de Modo de Vida são intrínsecas à evolução das Relações Sociais de Produção de Tecnologias; como processo de contração de tempo/espaço inerente à objetivação social do conteúdo do conceito Cultura entendida como “o encontro coletivo de sujeito e objeto, da consciência e do mundo material.”¹⁵⁰. Estes objetos remontam a uma temporalidade que está imbricada nas redes técnicas, fazendo um contraponto entre os séculos XIX e XX que expressam uma necessidade de atingir um novo nível de contração tempo/espaço. Como diz Dias “a história das redes técnicas é a história de inovações”¹⁵¹, sendo que essas encontram-se em um processo de mutação devido à velocidade de informações que o homem vem implementando em suas construções acerca do cotidiano e das transformações espaciais: “A violência da velocidade tornou-se, simultaneamente, o lugar e a lei, o destino e a destinação do mundo”¹⁵².

Sendo assim, podemos encontrar o texto de Dominique Bourg, *O homem artifício, o sentido da técnica*, que mostra como a política intervém na condição das transformações técnicas e do meio em que essa vai ser inserida. Bourg diz que a política aparece como um sistema social que vem intervir em outros sistemas para refletir as ações tomadas por esses e direcioná-las ao interesse do entorno social. Portanto, o bem estar social é pensado e é desenvolvido dentro do sistema político. Dessa forma, a técnica deveria servir a política, representante da práxis social. Assim, a autonomia da técnica perante o sistema político irá negar o desenvolvimento social a

¹⁵⁰ COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 104.

¹⁵¹ DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 141.

¹⁵² VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996, p.137.

partir de uma observação sistemática, gerando um progresso técnico e produtivo que não corresponde às expectativas e às necessidades sociais.

A partir dessa premissa, em que há escolhas pensando em um bem geral e contemplando o desenvolvimento do corpo social, podemos dizer que o Museu também tem essa concepção de escolha – já que há uma política de aquisição de acervo que é obediente a uma política de governo, representada nas orientações e deliberações do Ministério da Cultura através do Instituto Brasileiro de Museus¹⁵³ que, ao remeter às Instituições Museológicas o Estatuto Nacional de Museus, delibera sobre a política de aquisição das explicitadas instituições. Apresentamos como política de governo porque o IBRAM surge como resultado do plano de ação do atual governo federal para a questão cultural brasileira. Ressaltamos que o mandato deste governo termina no dia 31 de dezembro de 2010, implicando no surgimento de uma expectativa sobre o futuro do IBRAM depois da registrada data. Isso porque, mesmo que o Estatuto Nacional de Museus já esteja juridicamente legitimado, a vigilância sobre o seu cumprimento será de acordo com o nível de seriedade que o Governo – não falei Estado – observe o citado estatuto, abraçando as muitas demandas dos museus que só fornecerão legitimidade ao cumprimento da lei se forem também legitimados pela respeitabilidade do governo em relação a eles. Caso contrário, o estatuto existirá, mas não será vigiado e nem cumprido. Isto nos permite pensar – neste breve ensaio teórico – que a política de aquisição de qualquer instituição museológica, por ter uma subordinação direta das determinações da Política de Governo representada no Estatuto Nacional de Museus, são reflexos, resultados e condições para a manutenção da referida política objetivada no IBRAM e vice-versa.

Bourg afirma que o progresso científico e técnico não acompanha o progresso moral e político. Existe o desenvolvimento do espírito humano, que se representa nos ideais técnicos e científicos buscados constantemente pela própria natureza humana, mas poucos aperfeiçoamentos são realizados pela espécie humana em si – no que se refere a um investimento no ser humano diretamente¹⁵⁴. Observamos que a constante busca da técnica faz com que o homem se distancie de suas origens, mas que também a busca da felicidade da humanidade é concomitante ao desenvolvimento científico e técnico¹⁵⁵. A questão natureza e técnica, onde a natureza faz criações absolutas e a técnica cria e faz tudo o que a natureza não pode realizar, capacita o

¹⁵³ IBRAM

¹⁵⁴ BOURG, Dominique. *O homem artifício: o sentido da técnica*. Lisboa: Piaget, 1996, p. 51.

¹⁵⁵ Ibid.

homem a se reproduzir através do trabalho utilizando as técnicas; então a técnica é criação enquanto desdobramento de racionalidade, sendo que a união de técnica e natureza fazem com que o homem tenha um equilíbrio.

Há contribuição de Santos¹⁵⁶ quando, do ponto de vista da geografia, destaca a técnica como o mais importante modo de relação entre homem e natureza, entre homem e o espaço geográfico. Nesse sentido, concordamos com o autor que “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Entretanto, devemos ter presente que a técnica e a tecnologia, como produtos da ação humana, devem ser pensadas no contexto das relações sociais e no âmbito de seu desenvolvimento histórico. Assim, na sociedade capitalista, a tecnologia exprime um tipo particular de conhecimento, cujas propriedades o tornam capaz, quando aplicado ao capital, de estabelecer um determinado ritmo à sua valorização. Portanto, a técnica é um elemento chave na explicação da sociedade e dos lugares, quando considerada em relação a uma dada temporalidade e espacialidade. Tomada à parte, de forma isolada, ela não explica nada.

Para Bourdieu, a técnica pode ser considerada uma coisa má, uma armadilha, uma falsa natureza que pretende substituir a verdadeira, pois se fabrica os sonhos, alegrias, artifícios que vão realizar o desejo do homem, e esse homem agora pode manipular a técnica a seu favor. A manipulação poderá ou não trazer benefícios ou malefícios à coletividade, isso dependerá do que será construído para a aprimoração de algo.

Após a Revolução Industrial o homem busca novas identidades, pois o processo “lento”¹⁵⁷ no qual estava inserido passava por um processo de consolidação e sistematização das inovações realizadas anteriormente. Realizações essas que culminavam para uma revolução tecnológica que iria aproximar não somente as pessoas, mas também continentes. O elo que move esse meio é a comunicação e a circulação, como Leila Dias coloca em seu texto:

Todas estas inovações, fundamentais na história do capitalismo mundial, se inscreveram e modificaram os espaços nacionais, doravante sulcados por linhas

¹⁵⁶ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ªed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 25.

¹⁵⁷ Referimo-nos como lento, devido ao progresso tecnológico que no período anterior à Revolução Industrial estava estagnado, já que meios de comunicação mais eficazes não tinham ainda sido implementados.

e redes técnicas que permitiram maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e de informações¹⁵⁸.

Observamos que no final do século XIX e início do século XX a burguesia, classe dominante, detém o domínio já que conta com duplo poder sobre o espaço, o da propriedade privada e da globalidade, sendo que essa globalidade envolve a disputa com o Estado. Daí as divergências e a troca de interesses entre ambos, já que o que movimenta o mercado é o capital. Segundo Botelho:

O espaço é uma condição geral de existência e reprodução da sociedade, no modo de produção capitalista, ele é utilizado como meio de produção para a geração de mais-valia... de forma mais abrangente, a produção e o consumo do espaço, assim como a urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalistas, na medida em que são guiados pelos ditames da propriedade privada¹⁵⁹.

No acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, encontramos alguns objetos que remontam essa fase de transformação, como telefones, maquinarias, objetos de cunho pessoal, fotografias que trazem momentos dos trabalhadores nas fábricas ou simplesmente a imagem de uma maquinaria imponente para o período (século XX). Mas também encontramos objetos que nos remetem a um período onde o saber/fazer (século XIX¹⁶⁰) ainda era empregado nas sociedades, tais como o tear, os bilros dos crochês, os brinquedos artesanais, entre outros. Tais objetos pertencem a um momento histórico, pois trabalham com a memória coletiva¹⁶¹ da população rio-grandina, sendo que essa população¹⁶² doou esses objetos ao museu com a intenção de perpetuar esse período. Afinal, a cidade do Rio Grande no início do século XX teve grandes transformações devido às instalações das fábricas na cidade.

Assim, com o desenvolvimento tecnológico da Revolução Industrial, onde o homem tornou-se “parte” máquina e parte homem, podemos observar que as contestações acerca da

¹⁵⁸ DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 142.

¹⁵⁹ BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annapluime/Faplip, 2007, p. 22-23.

¹⁶⁰ Antes da implementação da maquinaria nas grandes fábricas.

¹⁶¹ “a memória apóia-se sobre o “passado vivido”, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o “passado apreendido pela história escrita”. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p. 75.

¹⁶² A população a que me refiro no texto quando falo em doadores é a classe burguesa, que detinha o poder monetário no período.

divisão do trabalho social fosse revista, pois agora com um trabalho muito mais mecânico, a mão de obra e o intelecto do homem não estariam mais andando juntos, pois a máquina seria o instrumento de sua intelectualidade. Ele apenas operaria a mesma sem pensar: seriam movimentos repetitivos que o deixariam na escuridão.



Figura 36: Carro de Bombeiros – doado ao Museu pela Leal Santos – Ano: 1910
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Mesmo com todos os progressos conquistados pela humanidade, o homem não se permite parar e está sempre à procura de algo, buscando a perfeição. E com o aprimoramento de técnicas e invenções que venham suprir suas necessidades, o homem acaba ficando alienado ao espaço que está inserido. Afinal, cada vez mais ele depende daquela técnica, por isso o autor e tantos outros dizem que a técnica pode ser má, pois ela acaba manipulando o homem contra ele mesmo, deixando-o à mercê da sua soberania. Mesmo assim, para o progresso de qualquer civilização, a técnica é essencial para a construção de um novo saber.

O domínio do espaço, reflete o modo como os indivíduos poderosos dominam a organização do espaço e a produção do espaço mediante recursos legais, ou

extralegais, com o fito de estabelecer controle sobre os indivíduos que ocupam esses espaços. Esse exercício de poder reflete, nas sociedades capitalistas, uma interseção do domínio sobre o dinheiro, para o qual tempo e espaço conferem nexos. O domínio sobre tempo e espaço, mediante sistemas de controle, mapas de desempenho etc., é elemento crucial na busca do lucro. Tendo em vista um sistema contínuo de retroalimentação, é possível afirmar que o dinheiro pode ser usado para dominar o tempo e o espaço, que por sua vez pode se converter em domínio do dinheiro¹⁶³.

Dialogando com Bourdieu, acreditamos na possibilidade social do aparato tecnológico também ser apresentado como um benefício à humanidade, entre tantos outros benefícios que as relações sociais historicamente determinaram e que se materializaram nos espaços geográficos, nos tempos históricos e nos acervos dos muitos museus que estão distribuídos em praticamente todos os países. Certamente, o modo como cada técnica ou uma rede de técnicas é inserida no meio social, poderá ou não trazer prejuízos ao homem. Porém, desde que ela supra uma necessidade desse ser, é validada para uma maior compreensão de sua funcionalidade.

Seguindo Bourdieu, Marx diverge do período das luzes¹⁶⁴ e, para ele, o fato “dos efeitos desastrosos das novas técnicas nas fábricas parecem-lhe ser suficientes para invalidar, por outro lado o otimismo das luzes”¹⁶⁵. Para Marx ainda não pode haver uma sociedade composta por homens livres sem exceder a divisão do trabalho. Ele diz que:

a maquinaria não se opõe em si mesma a esta emancipação, ao contrário e a prazo, uma promessa de abolição da divisão do trabalho, pois o processo mecânico que as técnicas impõe ao homem, faz com que o homem faça parte dessa técnica realizando o trabalho mecânico, o homem será um artifício do meio no qual vive (MARX apud HARVEY, 1996).

Podemos elucidar esse pensamento com a frase que encerra esse capítulo: “a inteligência da técnica situa-se então para além da renúncia da vontade humana”¹⁶⁶.

Bourdieu também trabalha com Heidegger e como ele vê a técnica. Durante esse capítulo são abordados temas como o nazismo (já que Heidegger admirava), o *dasein* (que é ser – aí é o homem na medida em que permaneça na existência¹⁶⁷ cotidiana de como ele é no mundo¹⁶⁸), o

¹⁶³ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

¹⁶⁴ Se refere ao Iluminismo, século XVIII.

¹⁶⁵ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 53.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 56.

¹⁶⁷ “Chamamos existência (N2) ao próprio ser com o qual a presença pode se comportar dessa ou daquela maneira e com o qual ela sempre se comporta de alguma maneira... a questão da existência sempre só poderá ser esclarecida

ser em si, como no seu livro *Ser e Tempo*, onde ele diz que “o ser só pode ser determinado a partir de seu sentido como ele mesmo”¹⁶⁹ e, ainda, encontramos no corpo do texto a *Gestell* que é a essência da técnica moderna.



Figura 37: Foto de uma máquina de escrever – Ano: desconhecido
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Observamos que para Heidegger a “essência da técnica confere ao pensamento ocidental a sua unidade e a sua conclusão, tratando cuidadosamente da sua eventual suplantação”¹⁷⁰. Essa suplantação estaria na adequação da técnica ao cotidiano do ser, onde ela estaria contribuindo para sua evolução. Mesmo que Heidegger tenha um pensamento apreensivo acerca da técnica (isso até 1945), sua visão muda após a guerra, pois seus textos da década de 50 e 60 mostram uma apreciação de tal método. Bourdieu diz que “a essência da técnica, o perigo, aceitaria o crescimento daquele a salva”¹⁷¹, sendo assim, o homem que inventar algo vai deter o poder de obter o êxito por algo que criou e ainda poderá contribuir para o desenvolvimento da nação.

pelo próprio existir...” HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo* – parte I. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993, p. 39.

¹⁶⁸ “O ser no mundo é uma estrutura de realização”. Ibid., p. 20.

¹⁶⁹ Ibid., p.13.

¹⁷⁰ BOURDIEU, Dominique. *O homem artificial: o sentido da técnica*. Lisboa: Piaget, 1996, p. 57.

¹⁷¹ Ibid., p. 58.

O autor segue sua explanação dizendo que a “essência da técnica não tem absolutamente nada de técnico” – isso em relação ao estudo da técnica como instrumento social. Heidegger diz que a *gestell* foi uma imposição destinada ao homem, anterior à implementação de seus efeitos, e só poderá ser retirada de todas as técnicas que surgem como tantas outras imposições e atrasos dirigidos a campos específicos do Ser¹⁷²; a *gestell* provoca a exigência da natureza fazendo com que se torne “um reservatório, um fundo de energia disponíveis ao comando (Bestand)”¹⁷³. A *gestell* “é um destino, mas Heidegger não vê nisso uma fatalidade esmagadora”, assim podemos dizer que a técnica está no destino do Ser¹⁷⁴. Heidegger lança a tese de que “técnica é um destino, e conseqüentemente uma instância autônoma, não humana”.



Figura 38: Foto de uma máquina filmadora
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

¹⁷² “Ser é o conceito mais universal e o mais vazio”. HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo* – parte I. 4ª Edição. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993, p. 27.

¹⁷³ BOURG, Dominique. *O homem artifício: o sentido da técnica*. Lisboa: Piaget, 1996, p. 61.

¹⁷⁴ O Ser... fechar-se em si mesmo da forma mais radical que não tenha afectado a Dasein: o que é próprio à sociedade industrial, este fruto da elevação mais íntima da subjectividade... BOURG, Dominique. *O homem artifício: o sentido da técnica*. Lisboa: Piaget, 1996, p. 61.

Com relação ao que Heidegger diz que a técnica “é um destino”, podemos dialogar com este pensador e acreditar que a técnica também pode ser resultado de uma evolução da racionalidade do ser humano. Ele não se distancia da natureza, mas a transforma em benefício de um aprimoramento de uma técnica do saber/fazer – como, por exemplo, temos no Museu da Cidade o tear artesanal, que com a chegada de fábricas na cidade do Rio Grande como a Rheingantz¹⁷⁵, foi substituído por teares mecânicos, que surgiram para atender uma demanda da sociedade capitalista.

A explanação segue e dá entrada na questão da II Guerra Mundial, onde “um processo de requisição universal de todas as energias humanas ou não. Um processo que é desde então o do crescimento e da competição econômica e lícita interpretar em termos de apagamento relativo da oposição”¹⁷⁶. Após a II Guerra Mundial, ocorreu um fomento de grande valor acerca das grandes potências mundiais, em busca de técnicas que suprissem todo o déficit que a guerra causou. Economicamente o mundo estava em crise, principalmente os países que se sobressaíram durante a guerra e, por isso, necessitavam expandir seus negócios para se reerguerem. Cita-se como exemplo o Brasil, que no período pós-guerra encontrava-se em um cenário de um mundo bipolar, em uma disputa entre duas superpotências com sistemas econômicos opostos – uma é a dos Estados Unidos, com seu sistema capitalista, e a outra é a União Soviética, com o sistema socialista, disputando pelos países da América Latina, para que esses adotem o seu sistema econômico, ampliando e solidificando assim suas áreas de influência política, por meio da mídia.



Figura 39: Foto de um rádio – Ano: desconhecido
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

¹⁷⁵ Fundada em 1873.

¹⁷⁶ BOURG, Dominique. *O homem artifício: o sentido da técnica*. Lisboa: Piaget, 1996, p. 62.

No que tange ao Brasil, mais especificamente à cidade do Rio Grande durante o período de guerra, encontramos no acervo do museu fotografias da Refinaria Ipiranga¹⁷⁷, objetos da mesma e também a Indústria Reunidas Leal Santos, fundada posteriormente à guerra, em 1947, trazendo uma nova roupagem tecnológica à cidade, pois Rio Grande começava a fomentar um centro industrial. Todos esses objetos nos remetem a construções de cenários que foram vividos por milhares de pessoas, não somente na cidade do Rio Grande, mas também no país.

A contração tempo¹⁷⁸/espaço¹⁷⁹ dentro do museu, especificamente documentada nos artefatos de seu acervo, dá-se nas contraposições ditadas pelos períodos do século XIX e século XX. A princípio Rio Grande era uma cidade de pesca artesanal e, posteriormente, um centro fabril, passando para indústria de petróleo. A mecanização através das fábricas de peixe como a Leal Santos e a Pescal fazem com que esses objetos travem um diálogo entre saber, fazer e técnica, entre natureza absoluta e manipulação do fazer; a racionalidade e a constante busca do saber do homem fazem com que seu meio se transforme de acordo com suas necessidades.

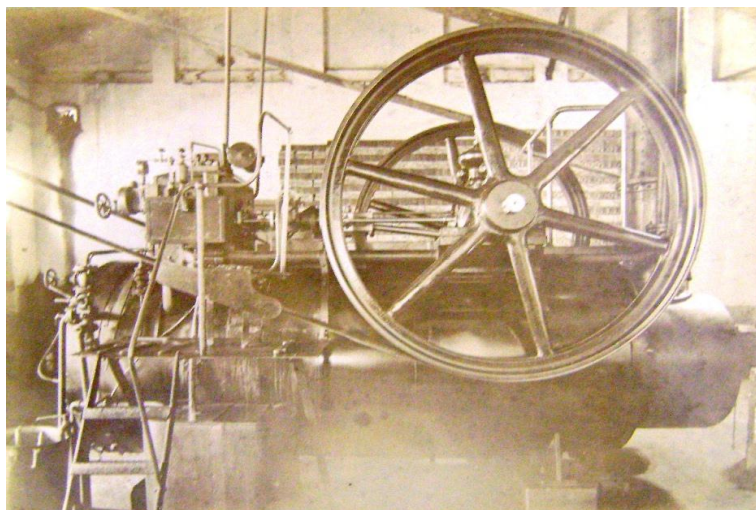


Figura 40: Foto de parte da maquinaria da Fábrica de Biscoitos Leal Santos – Ano: desconhecido
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

¹⁷⁷ Fundada em 07/09/1937.

¹⁷⁸ Segundo Milton Santos o tempo “não é um conceito absoluto, mas relativo, ele não é resultado de uma percepção individual, trata-se de um tempo concreto”. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

¹⁷⁹ Segundo Milton Santos o espaço “deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 1996).

Ao levarmos em consideração todo o processo de industrialização ocorrido no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e ao longo do século XX, nos deparamos com uma vasta listagem de empresas de peso comercial, que se instalaram, mais precisamente, na cidade do Rio Grande. Isso tudo proporcionou para a cidade um grande desenvolvimento econômico e cultural, fazendo com que a população se beneficiasse desse desenvolvimento. Contudo, as empresas que aqui se estabeleceram tiveram crescimentos significativos, devido ao fator geográfico da cidade. A questão de Rio Grande possuir um porto marítimo possibilita a entrada de empresas que modifiquem o parâmetro urbano, social e econômico da cidade.

Como a modernidade econômica apenas encara a relação das coisas, deixando de lado as relações humanas, isso é o Ser moderno, e a técnica torna-se autônoma porque depende de um modo de revelação do Ser anterior. A decisão da ação do homem torna-se um processo mecânico, onde o homem é o agente passivo dessa transformação e o capitalismo é o agente ativo para essas transformações, no que tange ao tempo.

Cada sociedade atribui ao tempo a sua leitura, sistema de contagem e significância, associada ao aspecto espacial ou territorial sobre qual baseou a sua formação. O ser humano é educado para a observação do tempo objetivo e racional, criando uma sensação de relativo controle sobre os eventos que permeiam a sua vida, permitindo-lhe exercitar com conforto, o livre arbítrio o qual, uma vez relacionado com o conhecimento (intelecto), parece funcionar como uma forma de “poder superior”¹⁸⁰.

No que diz respeito às transformações que o homem vem passando Heidegger fala sobre *Dasein* e diz:

que é certa forma sem fundamento e não é em si a sua própria origem, é passivo essencialmente neste sentido... a ideia de passividade pode receber um conteúdo propriamente político quando atinge a humanidade em si mesma passividade, essa se inscreve na tradição contra-revolucionária negando à pretensão do corpo social a autonomia (HARVEY, 1996).

O nazismo, segundo o autor, ao defender o tradicionalismo e a emancipação da natureza que acarretaria na “dilaceração na condição natural do homem” nos coloca em pauta que a ideologia nazista possui determinadas características sociais que nos promovem estranheza. No nazismo se submete a força da técnica a um mito superior, esse mito poderia vir da crença que o

¹⁸⁰ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

cristão tem ou da mitologia grega. Eles entendiam a submissão a uma lei natural aniquilando toda a legalidade positiva, de reputação demasiadamente humana. Os nazistas, por terem um regime totalitário, fogem a qualquer lei, mas na origem da autoridade essas leis recebem legitimidade. A política totalitária pode dispensar o *consensus júris* porque promete libertar a realização da lei de toda ação e de toda vontade do homem. Assim, o sentido tradicionalista e realista dos nazistas faz com que pensemos que, para eles, tudo é resolvido diretamente em sua origem, fazendo com que cada homem busque as leis dentro de si.



Figura 41: Foto de uma máquina de costura – Ano: desconhecido
Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Sendo assim, Bourdieu trata do homem não somente com um produtor de artefatos, pois para ele o homem é em si um artifício que domina as técnicas e que cria meios para sua evolução; mas sem a técnica o homem não existiria, pois é em busca dela que o homem pensa e faz com que suas conquistas transcendam o mundo das ideias. Bourdieu ainda diz que “recusando a fazer técnica um instrumento ao serviço do homem, Heidegger faz do homem um instrumento ao serviço do Ser. Tal inversão conduz-nos sob o aparato do Ser a uma concepção tão elementar da política

como da técnica: o instrumentalismo cínico”¹⁸¹. Então, podemos dizer que, tanto na política quanto na técnica, o cinismo que está presente nas relações sociais empregadas na qualidade de mostrar o bem e mal de suas instâncias, nem são de todo mal, mas também nem de todo bem.

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem¹⁸².

Através do exposto podemos perceber como as tecnologias foram passando por diversos processos de modernização, e que alguns autores tratam desse tema como nem sendo de todo mal, mas nem de todo bem. O que identificamos como ponto positivo acerca do que engloba o acervo do Museu da Cidade do Rio Grande é a comparação entre o saber fazer e a modernização desse termo, que são as variantes das técnicas implementadas pelo homem na construção de uma modernidade.

A questão de modernidade – onde o homem busca sempre estar em conexão com as tecnologias que são inventadas diariamente para suprir alguma necessidade que o condiciona a querer sempre buscar mais – faz com que esse homem torne-se “escravo”¹⁸³ e queira, cada vez mais, aprimorar seus conhecimentos não pensando no seu próprio bem, mas sim no geral. As evoluções tecnológicas fazem com que o homem torne-se cada vez mais racional, pois exigem que ele esteja sempre atualizado. Afinal, hoje, as informações são muito rápidas e as redes que se criam fazem com que as informações cheguem em segundos a qualquer pessoa. Esse condicionamento faz com que o homem esteja conectado ao que está não somente à volta dele, mas ao que está acontecendo no mundo.

Enfim, podemos dizer que para uma cidade ter um museu que remonte momentos de sua história e evolução através de seu acervo é muito rico, pois a contribuição de seus agentes sociais para a construção dessas memórias faz com que a população se mobilize em benefício geral.

¹⁸¹ BOURG, Dominique. *O homem artifício: o sentido da técnica*. Lisboa: Piaget, 1996, p. 76.

¹⁸² HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*. O Breve Século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santa Rita. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 13.

¹⁸³ Escravo no sentido de se aprisionar por determinado objeto ou algo que tenha algum significado para esse homem.

Como podemos ver na exposição do Museu da Cidade do Rio Grande¹⁸⁴, seus objetos são expostos em temáticas para elucidar certo período que remonte a história da cidade, fazendo com que essa memória seja reavivada através dos processos evolutivos que a cidade vem passando desde sua fundação.

Observamos até aqui, ao longo dos capítulos, onde mostramos certa temporalidade no que tange a pesquisa, que o acervo remonta certos períodos da história e da cultura rio-grandina, e através desse estudo podemos ver que há algumas lacunas dentro da trajetória da instituição museológica, como a seguir veremos que o acervo que o museu abriga não atinge todas as classes, mas sim mais a aristocracia local. E devido a essa lacuna explanamos o que encontramos durante a pesquisa e que não podemos dizer que o museu registra a cultura de uma cidade, pois não estão registradas todas as classes que compõem a cultura dessa cidade.

¹⁸⁴ No momento, a Coleção Histórica encontra-se fechada devido a obras no prédio e também mudanças na exposição.

CAPÍTULO V

ACERVO E CLASSE SOCIAL

Observamos, nesta pesquisa, que há uma determinada classe que está mais contemplada no acervo da instituição museológica. Constatamos que a classe burguesa pode ser encontrada no acervo do museu, sendo a classe mais rememorada devido às peças terem sido doadas pela sociedade burguesa rio-grandina. Por isso, não poderemos dizer que o Museu da Cidade do Rio Grande remonta a história da cidade, mas que ele traz consigo parte dela, porque nem todas as classes estão representadas com a mesma profundidade dentro de tal instituição.

Na leitura de caráter marxista observamos que a classe burguesa detentora da propriedade privada dos meios de produção determina os desdobramentos da superestrutura jurídica, política e ideológica, configurando-se como sendo uma classe dominante. Mas, observamos que a classe burguesa moderna se adaptou às novas condições de vida que foram sendo apresentadas ao passar dos séculos, sendo que a mesma criou novas formas para reinventar-se devido às lutas que ela mesma trava. As lutas de classes¹⁸⁵ existem desde a antiguidade, as diferenças podem ser encontradas através de conceitos que o homem emprega a cada tempo – como em Roma tínhamos os patrícios, os cavaleiros, os plebeus e os escravos, na Idade Média eram os senhores feudais, os vassalos, os mestres e os servos. Acrescentamos que atualmente obedecemos às hierarquias, onde quem tem mais posses tem mais poder e todas essas questões foram se moldando ao tempo e às condições que o homem impõe a elas.

O homem busca as condições materiais de existência para o seu desenvolvimento, tanto que em seu processo evolutivo ele consegue adquirir experiências e transformar o seu meio e, junto com essas transformações, acaba travando lutas de classes com o seu semelhante. A busca por melhores condições materiais de existência, no mundo moderno, faz com que o homem queira mais recursos materiais e financeiros, e para obter esses recursos, ele necessita de mais forças produtivas e de homens desprovidos e disponíveis. Por isso, o processo de hierarquização

¹⁸⁵ “Chama-se luta de Classes o confronto que se produz entre duas classes antagônicas quando lutam por seus interesses de classe”. HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1980, p. 184.

é tão importante para distinguir os homens; eles se subdividem em classes registrando as contradições e conflitos dessas classes para que consigam fundamentar um meio para a sua existência.

A burguesia tem como aliado no cerne das lutas de classes o governo, que circula por todas as classes, mas legitima o grupo detentor do capital – pois precisa desse para firmar-se como tal, pois o estado fornece segurança e aporte para poder obter sua credibilidade. Sendo assim, o governo fornece suporte para que essa classe permaneça na liderança sobre as demais. Portanto, a classe burguesa detém a força capital que move a força produtiva, ocasionando uma opressão sobre as demais classes para que ela obtenha cada vez mais lucros. Porém, dentro dessa dinâmica ocorre a alienação das necessidades que a mesma almeja, a busca torna-se tão cruel quanto a satisfação em ter uma vontade suprida.

Marx, fala que “a quantidade de dinheiro torna-se cada vez mais a única qualidade essencial do homem”¹⁸⁶. Sendo assim, a preocupação em obter dinheiro é a única necessidade que o homem gera, pois as vontades que ele impõe só serão supridas se houver como pagá-las. O homem, em todas as suas divisões de classes, tem a mesma perspectiva: a de obter ganho e satisfazer todas as suas ambições, sejam elas supérfluas ou de subsistência.

No caso da burguesia, essas necessidades impostas não são as de subsistência, pois essas já foram supridas, então essa classe busca ainda mais o requinte. Mas, até que ponto podemos chamar de supérfluo, ou o que é a necessidade para cada classe? Essas duas questões requerem uma reflexão muito tenra, já que são ambíguas no que tange seus significados para cada classe social¹⁸⁷. Porém, estamos vendo nessa pesquisa é que a classe burguesa, que identificamos ao longo do nosso trabalho, é um grupo que cria necessidades para que as demais possam supri-las para a mesma, sendo que essas vontades serão cada vez mais urgentes, pois diariamente são criadas.

O que observamos até aqui, é que a classe burguesa, que detém o capital, aliena o trabalhador, fazendo com que o mesmo em determinados momentos históricos sinta-se explorado. Assim sendo, o proletariado é excluído da vida social, mas não necessariamente dos

¹⁸⁶ HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1980, p. 191.

¹⁸⁷ “As Classe Sociais, são grupos sociais antagônicos em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado, lugar que está determinado fundamentalmente pela forma específica em que se relaciona com os meios de produção”. (HARNECKER, 1980, p. 157).

afazeres que lhe competem para obter a sua subsistência. Nesse sentido, o proletário perde sua liberdade e torna-se alienado de uma classe que precisa de algo cada vez mais. E essa ambição faz com que o direito à liberdade permaneça inerte para o proletariado, porque a liberdade de compra e consumo não existe para ambas as classes, pois o livre arbítrio está implícito nas ações que a fazem adquirir bens. O termo liberdade pode ser empregado à classe desde que ele esteja de acordo com os princípios que envolvem o mercado de consumo. No caso das classes citadas podemos dizer que elas não são livres, pois não existe o respeito aos princípios básicos do “ser livre”, pois o elo que liga uma classe a outra está imbricado de contradições e conflitos sociais, longe de se obter a liberdade.

A liberdade é, portanto, o direito de fazer tudo o que não prejudique ninguém... Trata-se da liberdade do homem considerada como uma morada isolada e voltada sobre si mesma..., o direito do homem não baseia a liberdade na união do homem com o homem, mas sim na separação dos homens uns dos outros. É o direito desta separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si próprio¹⁸⁸.

Observamos então, que a liberdade entre as classes citadas não pode ser tratada como libertação humana explorada porque as classes só existem enquanto houver lutas de classes. Ainda que, para a sociedade burguesa, a segurança atinja o mais elevado conceito social, já que ela imagina que todas as demais classes existam para garantir a sua segurança, seja ela pessoal ou de sua propriedade, então ficam rotulados como egoístas, pois necessitam da segurança para que não se sintam ameaçados e, assim, consigam adquirir cada vez mais capital. E o Estado dá essa segurança à classe burguesa, pois ele a legitima perante as demais.

O indivíduo egoísta da sociedade burguesa, na sua representação abstracta, na sua abstracção morta, incha-se e transforma-se em átomo, ou seja, em ser sem relações, que se vasta a si próprio, sem necessidades, absolutamente perfeito, bem aventurado¹⁸⁹.

Com o crescente acúmulo de capital, a sociedade burguesa colabora também para o crescente número de assalariados, fazendo com que a classe operária cresça cada vez mais. Mas, mesmo que o operariado, em algum momento, tenha mais quórum, a classe burguesa continuará a demandar obrigações ao mesmo, para que continue no comando das ações sociais e financeiras. Marx documenta na obra *O Capital* a formação da referida burguesia e, já que essa precisa do

¹⁸⁸ MARX, Karl. *Textos Filosóficos*. Tradução: Beckerman, Olinto. São Paulo: Editorial Estampa, 1987, p. 199.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 203.

controle das forças produtivas para movimentar-se, contraditoriamente ela se molda aos ditames dos conflitos que constituem a sociedade. Mas a classe operária, contraditoriamente, é a mola propulsora do capitalismo e é a sua força e quantidade de trabalho que movem o capital, porque a classe dos trabalhadores não controla as forças produtivas.

Ressaltamos que o registro referente ao fato da classe operária ser a mola propulsora do capitalismo nos remete ao pensamento de Marx que documenta o trabalho como sendo o desgaste físico e mental do ser humano – trabalho vivo – que se encontra entre o homem e a natureza. Estamos dizendo que é através do trabalho vivo que o elemento da espécie humana enquanto ser pensante dialoga de forma contraditória com todos os demais elementos da natureza produzida e não produzida pelo trabalho. Esta sentença nos remete as contribuições de Marx documentadas no marco filosófico sobre movimento. O movimento entre o trabalho e o capital é que gera todas as contradições e conflitos que permeiam a sociedade e de forma inerente e intrínseca a reprodução do capital.

A reprodução do capital encerra a do seu grande instrumento de criar valor: a força de trabalho. Acumulação do capital é, pois, ao mesmo tempo, aumento do proletariado, dos assalariados que transformam a sua força obreira em força vital do capital e se convertem assim, por vontade ou por força, em servos do seu próprio produto, que é propriedade do capitalista¹⁹⁰.

Essa acumulação de capital leva a uma concentração muito vasta nas mãos de grandes empresas privadas, que fazem com que esse acúmulo acabe gerando novos meios de centralização de capital, atraindo cada vez mais consumidores e gerando crédito, que o consumidor poderá obter para suprir suas necessidades. O capital se reproduz de forma ampliada movendo o comércio, tornando-se imprescindível em qualquer ação, tanto de produção quanto de consumação. No que diz respeito a uma peculiaridade do modo de produção capitalista, podemos observar que ele se distingue na forma em que há uma troca de trabalho por salário, pois até então no feudalismo essas relações eram tidas como de dependência pessoal, já que necessitam da classe exploradora para lhe dar sua subsistência e, no capitalismo, essa relação torna-se impessoal, já que há um pagamento pelo trabalho realizado. As relações de produção podem

¹⁹⁰ MARX, Karl. *O capital*. 3ª Ed. Tradução e condensação Gabriel Deville. São Paulo: EDIPRO, 2008, p. 192.

modificar-se somente através da qualidade que é imposta a mudanças realizadas por ambas as classes.

Os capitalistas são proprietários da totalidade dos meios de produção, ao passo que os operários não dispõem mais do que força de trabalho. Os capitalistas compram esta força de trabalho pagando-a aos operários em forma de salários; os operários, então, compram dos capitalistas os meios de consumo pessoal que precisam para continuar vivendo e trabalhando¹⁹¹.

Então podemos constatar até o momento, que a classe dominante, burguesa, no modo de produção capitalista passou a ser a classe que domina a formação social, pois ela faz com que os seus interesses prevaleçam sob as demais classes. Porém, não podemos esquecer que entre a classe burguesa e o proletariado, existem classes de transição¹⁹² (pequeno burguês ou camponês, ou ainda o trabalhador que não está inserido no mercado de trabalho, mas que presta serviços à sociedade) que surgem da desintegração do modo de produção feudal para o capitalista, em que os membros são classes sem identidade, que não pendem nem para o lado burguês e nem para outra extensão do operariado.

Podemos, assim, chegar a definir as classes sociais como os efeitos da estrutura social global sobre os indivíduos que participam de uma ou outra maneira na produção social¹⁹³.

No que tange a essas duas classes, podemos dizer que convivem dialeticamente, já que necessitam uma da outra para manter suas diferenças, fazendo com que ocorra um crescimento social de ambas. Porém, economicamente, a classe burguesa sempre se sobreporá sobre as demais devido ao capital que ela vem acumulando com o passar dos tempos. Com uma base econômica fortificada, a camada exploradora garante a sua hegemonia perante o proletariado, pois tem o Estado ao seu lado, para certificar-se que será soberana no acúmulo de capital. E para a sua fortificação ela se cerca de vários artifícios para sobressair-se e ter mais lucros no que tange as demais classes, pois as fábricas necessitam de mão de obra – mas essa tem de ser a baixo custo de reprodução de suas condições de existência. Por isso podemos ver que em algumas fábricas

¹⁹¹ OHWEILER, Otto Alcides. *Materialismo Histórico e crise contemporânea*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 43.

¹⁹² “Classes de Transição às classes que só aparecem ao nível de uma formação social como efeito da desintegração de antigas relações de produção e que tendem a decompor-se à medida que se desenvolvam novas relações de produção”. HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1980, p. 171.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 180.

existia um grande número de mulheres e crianças que trabalhavam, pois o custo era mais baixo; assim seu acúmulo seria maior e a força de trabalho seria a mesma em consideração à masculina, já que as mulheres e crianças eram em grande quantidade. Destacamos que no acervo do Museu da Cidade do Rio Grande podemos encontrar registros fotográficos de uma fábrica onde crianças e mulheres trabalhavam no início do século XIX.

Acreditamos que a classe burguesa, por meio de diversos processos sociais, subordina tudo e todos para que consiga atingir seus objetivos. A referida classe dominante visa o seu bem estar e, como mencionamos acima, ela tem o Estado ao seu lado para tal legitimação e para também viabilizar a divisão social do trabalho. Sendo que a divisão do trabalho, sob o aspecto do capitalismo, faz da sociedade uma sociedade mercantil, antes mesmo de ter a exploração do homem pelo homem.

na própria base da existência do Estado como instituição separada da sociedade, “nascido dela, mas que se coloca acima dela e se torna cada vez mais estranho a ela” (Engels), a divisão do trabalho no seio da comunidade, colocar de imediato o Estado como instrumento a serviço dos exploradores, é não compreender o lugar da redução do proletariado a uma série de cidadãos individuais na reprodução da ditadura – mesmo que ela seja democrática – da burguesia, é reduzir o socialismo à ocupação pelos “representantes” do proletariado do topo do aparelho existente, e a socialização dos meios de produção à sua estatização¹⁹⁴.

Realizamos uma rápida explanação sobre a classe detentora do poder, a classe burguesa, e acrescentamos que, com o capital e suas contradições a mesma apossou-se do termo para criar um acúmulo para a sua permanência no poder, então, o proletariado tornou-se objeto da sua ganância competitiva e acumulativa.

O que queremos acrescentar a essa breve elucidação sobre classe burguesa, que encontramos representada na maioria dos pertences de doadores do Museu da Cidade do Rio Grande, é que essa classe conta parte de sua história por meio dessas peças e não registra a história dos demais segmentos sociais. Acrescentamos então, que não podemos remontar a história de uma cidade somente sob a visão destas peças do museu, vindas de uma determinada classe. Para tanto, fizemos um questionário aberto, onde profissionais relacionados ao museu

¹⁹⁴ LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. Tradução Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988, p. 167-168.

responderam e que gostaríamos de mostrar o que estes profissionais pensam sobre o museu e suas contradições sociais.

O museu, perante a sociedade pode e deve ser multiforme, plural, vanguardista, dinâmico e de inclusão social; isso é o que a sociedade espera de uma instituição museológica. Os órgãos que mantêm as normas museológicas e o governo que salvaguarda o museu fornecem todo o assessoramento necessário para que todas suas normas e demandas sociais sejam cumpridas. Porém, o que constatamos durante nossa pesquisa é que o Museu da Cidade do Rio Grande não atende a todas essas vozes das classes sociais, mas sim, mais a uma única voz, a da burguesia no seu mais suntuoso e apreciado passado: o das grandes fábricas e famílias que se instalaram aqui na cidade do Rio Grande.

Como vimos nos capítulos anteriores, a formação do Balneário Cassino, as fábricas e os pertences europeus, vinham da classe ostentadora da cidade, portanto a sua memória deveria ser preservada, mas sabemos que não podemos tê-la como a única voz representada na maioria das peças do museu. Abaixo explanaremos algumas respostas contidas nos questionários realizados, para vermos como foi sendo constituído o acervo do museu.

O primeiro questionamento foi sobre como o museu foi constituído. Não nos posicionaremos durante esse questionário no que tange às questões básicas de como o mesmo surgiu, pois já explanamos anteriormente nas reflexões sobre o objeto de investigação e no capítulo I. Sendo assim, obtivemos algumas visões sobre tal constituição; a ex-diretora a Sr^a. Simone Flores Monteiro, que trabalhou na instituição no período de 01/04/1994 a 30/08/2008 e diz que:

O Museu foi constituído a partir da ideia de Francisco Martins Bastos, com o propósito de guardar a memória da cidade e da Ipiranga, a ideia foi bem vista na cidade pelo prefeito da época, pois Rio Grande não tinha um museu municipal, tanto que o Museu da Cidade do Rio Grande foi criado por lei municipal, é o museu do município e de acordo com a lei mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande em colaboração com a Prefeitura e a Mitra Diocesana. Já de início o Sr. Bastos designou Adyr Olinto, funcionário do grupo Ipiranga, para montar o Museu. Dentro da ideia de Museu que conhecia, o Adyr realizou cursos, viajou e passou a realizar pesquisas e busca de objetos para compor o acervo que viesse a contar a história da cidade¹⁹⁵.

¹⁹⁵ Entrevista realizada no dia 27/02/2012 com a ex-diretora do Museu, a Sr^a. Simone Flores Monteiro.

Em outro momento, fizemos a mesma pergunta para a atual diretora do Museu, a Sr^a. Marisa Gonçalves Beal¹⁹⁶, onde a diretora fez um relato mais prolongado da formação da instituição, detalhando como o acervo foi sendo incorporado ao museu.

O Museu da Cidade do Rio Grande foi instalado oficialmente em 19 e fevereiro de 1984....a primeira diretoria foi formada por Adyr Bomfiglio Olinto, João Rocha e Américo Papaléo... o primeiro acervo foi obtido junto a Biblioteca Rio-Grandense que somado as peças conseguidas junto à comunidade... o acervo sacro foi constituído por doações do bispo Dom Frederico Didonet, da Igreja de São Pedro e de pessoas da comunidade...¹⁹⁷

Sobre o mesmo questionamento recebemos informações mais vagas, porém uma que vem ao encontro do que nós identificamos: a elite, como cita a ex-estagiária do museu, a Sr^a. Olívia Silva Nery, que estagiou no museu no período de agosto de 2009 a março de 2011, fala:

Através da Refinaria Ipiranga e a Fundação Cidade do Rio Grande, recebimento do acervo através de doações. Esse acervo se constitui, principalmente, de objetos pertencentes a famílias “importantes” dentro da cidade¹⁹⁸.

Em um segundo momento, perguntamos a qual público o museu se destina e se a comunidade poderia se ver dentro do museu. Obtivemos diversas respostas com o mesmo significado: que ele se destina para todos os públicos, turistas e o público local, porém obtivemos o relato, que mais uma vez veio a corroborar com a nossa constatação, onde a ex-funcionária Roberta Perez Terra, que trabalhou na instituição no período de maio de 2008 a outubro de 2009, diz que a população em geral não se vê “... porque esse museu foi montado com peças da elite riograndina”¹⁹⁹. Também a Sr^a. Olívia explana:

Um público mais “elitizado”, salvo as últimas exposições que foram realizadas no ano de 2010 e 2011, onde houve uma inclusão de jovens autistas, suas obras e as obras de seus familiares²⁰⁰.

A atual diretora, a Sr^a. Marisa, também mostra a carência de outros acervos “o acervo do Museu apresenta algumas lacunas quanto à presença e registros das classes trabalhadoras,

¹⁹⁶ Trabalha na instituição desde 16 de setembro de 2008 até os dias atuais.

¹⁹⁷ Entrevista realizada no dia 13/06/2012 com a atual diretora do Museu, a Sr^a. Marisa Gonçalves Beal.

¹⁹⁸ Entrevista realizada no dia 29/02/2012 com a ex-estagiária do Museu, a Sr^a. Olívia Silva Nery.

¹⁹⁹ Entrevista realizada no dia 29/02/2012 com a ex-funcionária do Museu, a Sr^a. Roberta Perez Terra.

²⁰⁰ Entrevista realizada no dia 29/02/2012 com a ex-estagiária do Museu, a Sr^a. Olívia Silva Nery.

operários e comunidade rural do município”. Também encontramos na entrevista com a Sr^a. Simone o seguinte relato:

Desde o início o Museu teve um diferencial, pois não retratava somente os hábitos da elite, esteve sempre muito preocupado em guardar e registrar as atividades industriais e comerciais ligada as diversas fábricas de peixe, a própria Ipiranga, as indústrias têxteis, a construção dos molhes da Barra, o comércio, ou seja, muito focado em fatores que envolviam o desenvolvimento da cidade e dessa forma possui um acervo tridimensional e fotográfico que permite estudar e trabalhar a vida cotidiana da cidade²⁰¹.

Em outro momento, questionamos quanto à importância de um museu histórico para cidade, e selecionamos a resposta da atual diretora, que vem a acrescentar à nossa pesquisa a visão técnica de um profissional em museologia:

A importância de Museu Histórico para uma cidade é que ele registra de seu acervo a história e as memórias do local no qual ele está inserido, ou seja, ele fala do momento de vida desta comunidade a partir de suas diferentes tipologias de acervo que ele representa²⁰².

Continuamos explorando a entrevista realizada com a atual diretora do museu, onde a mesma expressa conhecimento e técnicas museológicas empregadas na instituição, com relação à comunidade rio-grandina. Questionamos se ela está expressa no acervo encontrado no museu, e obtivemos o seguinte:

De acordo com o novo conceito de Museu expresso na Lei 11904, do Estatuto Nacional de Museus, dependendo da missão e da caracterização da instituição museológica esta deve expressar, mostrar a sua comunidade em seu acervo e procurar manter o diálogo entre o Museu e os seus diferentes públicos. No caso do Museu da Cidade do Rio Grande, identificamos que seu acervo registra com um bom número de peças a presença da aristocracia urbana da cidade²⁰³.

Com o mesmo questionamento obtivemos a seguinte resposta da Sr^a. Simone que também fala da elite rio-grandina:

...creio no Museu da Cidade do Rio Grande sempre teve uma referência a diversos públicos. Nunca foi somente a representação da “elite” embora tenha

²⁰¹ Entrevista realizada no dia 27/02/2012 com a ex-diretora do Museu, a Sr^a. Simone Flores Monteiro.

²⁰² Entrevista realizada no dia 13/06/2012 com a atual diretora do Museu, a Sr^a. Marisa Gonçalves Beal.

²⁰³ Idem.

acervo da “elite local” e sempre esteve presente no Museu. Mas o acervo permite várias abordagens e importa trabalhar e mostrar as diferenças e os porquês da diferença...²⁰⁴

Todos os questionamentos que realizamos nas entrevistas, nos permitem perceber a presença da elite no acervo do museu. Quando perguntamos se o museu registra alguma classe no seu cerne, obtivemos as seguintes respostas:

A maior parte do acervo que conheço, está relacionada aos segmentos do comércio de exportação-importação e indústrias, segmentos ligados aos setores mais privilegiados da população, ou seja, a burguesia comercial e industrial²⁰⁵.

Sobre o mesmo tema, a Sr^a. Roberta e a Sr^a. Olívia dizem que o museu registra a classe burguesa. Ainda a diretora do museu fala:

(...) O acervo do Museu apresenta um número de peças que permite a comunidade conhecerem a sua história no Museu, mas a instituição apresenta um número significativo de peças que mostram a história da aristocracia urbana da cidade²⁰⁶.

Até o momento, verificamos que há uma consonância no que tange ao nosso objetivo de mostrar que há uma classe burguesa dentro do acervo do museu. Ainda perguntamos se o museu tem alguma postura cultural, se ele dialoga com a sociedade, e a diretora, Sr^a Marisa Beal, respondeu:

O Instituto Nacional de Museus – IBRAM/MinC orienta as instituições museológicas a ele cadastradas pela Lei 11.904, Estatuto Nacional dos Museus e também através de bibliografias direcionadas aos diferentes temas que o Museu deve contemplar oficinas, cursos, publicações, Fóruns, e pelos Sistemas Estaduais e Municipais de Museus e redes de comunicações e Web sites, entre outras instituições que discutem temas pertinentes a problemática dos Museus²⁰⁷.

Observamos através da resposta da Sr^a Marisa, que todas as instituições museológicas têm de se adequar aos parâmetros que o IBRAM solicita para que ela se adeque aos conceitos museológicos. Ao pensar dessa forma, podemos retomar Marx e dizer que, como a sociedade burguesa se legitima através da figura do Estado – porque os museus necessitam do IBRAM para tal legitimação, para que possam ser vistos como instituições calçadas sob leis e diretrizes que

²⁰⁴ Entrevista realizada no dia 27/02/2012 com a ex-diretora do Museu, a Sr^a. Simone Flores Monteiro.

²⁰⁵ Entrevista realizada no dia 21/03/2012 com o Prof. Dr. Luiz Henrique Torres, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

²⁰⁶ Entrevista realizada no dia 13/06/2012 com a atual diretora do Museu, a Sr^a. Marisa Gonçalves Beal.

²⁰⁷ Idem.

fazem com que o museu seja reconhecido como instituição museológica, já que estão sob os olhares do IBRAM e demais órgãos que envolvam a sua conduta –, há uma política para que o museu represente todas as classes, mas com este pensamento não estamos referindo a tese de que a classe burguesa não tenha o controle sobre as instâncias culturais.

Com todos os relatos citados acima, podemos dizer então que há uma classe específica no acervo do museu, e que não podemos remontar a trajetória da cidade somente por um olhar, mas sim pelo da sociedade com um conjunto contraditório e conflituoso de classes sociais. O museu então, não é um local de todos, mas para um grupo em si, a aristocracia urbana da cidade – que por meio de doações depositaram seus pertences para que ali contassem mais a sua história e não a história das demais classes.

Nos questionamos o porquê desse tipo de segmento ser mais documentado pela instituição, afinal, um museu deveria ter peças representativas de todas as classes sociais e ser para todos. Verificamos que havia a preocupação de se adquirir objetos, não importando de qual segmento seria, e o que foi sendo adquirido foi oriundo da elite rio-grandina, que colaborou para a constituição desse acervo. Nossa preocupação é sobre como as demais classes poderiam ser incluídas nas coleções do museu, e poderiam ser vistas através dos objetos. Diante deste fato atual, a direção do museu coloca que está sendo realizado um levantamento de todo o acervo da instituição e junto a este levantamento está sendo feito um diagnóstico onde apontará as carências do museu. Para tanto, a diretora a Sr^a. Marisa Beal, está elaborando o plano museológico que abordará toda a política de aquisição de acervo e outras demandas do museu. Sendo assim, a mesma irá buscar contemplar todas as classes, movimentos, lógicas, dinâmicas e evoluções sociais que se materializam na história deste espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante essa pesquisa procurou-se mostrar a importância cultural que o Museu da Cidade do Rio Grande tem para um melhor entendimento referente à história e à cultura da comunidade na qual o mesmo se encontra inserido. Afinal, desde a década de 1970 almejava-se uma instituição que guardasse e resgatasse a cultura rio-grandina – tanto que no ano de 1971 é feita a Lei que cria o Museu Municipal, mas como podemos ver somente no ano de 1984 que o Museu da Cidade do Rio Grande é inaugurado de fato, sendo mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande – uma instituição privada, sem fins lucrativos e que desde a década de 1950 vem trabalhando com a cultura e educação na cidade, pois acredita no desenvolvimento da mesma.

Tentamos tratar o museu como lugar de registro cultural, pois apesar do acervo não representar todas as classes há relações de respeito entre a comunidade e a instituição museológica. Podemos observar que a fundação do museu deu-se por meios privados, onde a Fundação deteve a administração da instituição com o apoio de outros órgãos, como a Prefeitura, Mitra-Diocesana, a Receita Federal e as Empresas de Petróleo Ipiranga. Tais instituições contribuíram com objetos, documentos, fotografias e, portanto, a aristocracia teve maior participação na constituição do acervo do museu.

Durante o período de instalação, foram feitos pedidos à comunidade que se tivesse algum objeto ou documento que pudesse ser doado, que fizessem esse ato e contribuíssem para a formação do acervo do museu. Então, foi à aristocracia rio-grandina quem fez mais doações para a constituição das coleções da instituição museológica, estando impregnada da cultura pertinente a um segmento social local – seus hábitos e costumes podem ser encontrados dentro das coleções do museu. Sendo assim, o acervo do museu permite que o mesmo interaja mais com a aristocracia, pois ela contribuiu com esse acervo.

O acervo do Museu da Cidade do Rio Grande vem sendo obtido através da colaboração espontânea dos rio-grandinos. [...] O Museu da Cidade é um museu comunitário, pois todo o acervo que atualmente possui foi doado pelos rio-grandinos ou pelos aqui residentes [...] ²⁰⁸.

Sendo assim, atualmente está sendo feito um diagnóstico sobre todo acervo doado, desde 1984 até os dias atuais, sendo que para a época da fundação do museu, não havia a preocupação

²⁰⁸ Carta do Presidente do Museu – Rio Grande 23/11/1987.

de como esses bens seriam adquiridos e, tão pouco, a quem pertenceriam. Com esse diagnóstico a direção do museu poderá vislumbrar com seriedade e idoneidade o que realmente comporta o acervo do museu, pois serão feitos desdobramentos das peças, que até então não havia e, assim, poderão ter o número exato de objetos que formam as coleções. Com o resultado dessa verificação, poderão ser empregadas políticas para aquisição de novas peças, e assim se poderá suprir a carência que o museu tem hoje, que é da não representação de classes menos abastadas do espaço urbano rio-grandino. Sendo assim, o museu atenderá a toda a comunidade, podendo rememorar a sua história como um todo, e não por partes – como relatamos o ocorrido da classe burguesa deter essa voz no acervo do museu.

Com relação ao acervo, podemos dizer que o museu salvaguarda uma cultura dinâmica, já que a mesma está sempre em diálogo, ele é mutável e é através da trajetória dos objetos que colocamos passado e presente confrontando-se com o devir. Travamos um diálogo entre o museu como instituição mantenedora da cultura rio-grandina e a realidade social, assim sendo, o museu passa a ser tratado como casa de cultura.

Consideramos o museu como um lugar lúdico, onde podemos montar cenários dos objetos que mais apreciamos, podemos reviver o passado, trazer à tona memórias que já estavam “esquecidas”, porém lembradas no instante que se tem a oportunidade de rememorar-las. Hoje os museus têm uma visão mais dinâmica com sua comunidade, do que se tinha durante a década de 1980, pois antigamente tinham-se os objetos como fossilizados, onde apenas poderíamos apreciá-lo e nada mais. Mas hoje, podemos interagir, pois são criados mecanismos ou apenas aplicadas ações educativas no que tange ao objeto, fazendo com que a comunidade dialogue com essa peça, tendo uma interação maior junto à instituição.

As ações educativas empregadas nos museus fazem com que ocorra uma troca de conhecimentos muito rápida entre a instituição e a comunidade, pois a comunidade se sente mais presente dentro dessa casa de cultura, e ela pode ver que não é somente a sua cultura que está sendo exposta ali, mas que também sua contribuição para com a própria instituição é muito importante. O museu foi feito para ser visitado, e sem visitas as culturas expostas através das peças ficam empoeiradas, pois elas precisam ser prestigiadas para que possam ser cultuadas e perpetuadas.

Os acervos museológicos precisam de brilho, não no sentido de estarem sendo sempre limpos²⁰⁹ ou polidos, mas no sentido de estarem sendo alvo de especulações, de diálogos, de confrontos: os museus necessitam desses meios para que as culturas expostas mantenham um diálogo com a sociedade. E essa sociedade necessita de um local onde sua cultura permaneça em constante visualização para que não caia no esquecimento.

Portanto, registramos que o Museu da Cidade do Rio Grande, que hoje está elaborando o seu plano museológico, e junto aos trabalhos de pesquisa que o Núcleo de Documentação da Cultura Afro-Brasileira – ATABAQUE - ICHI - FURG - CNPq realiza com a instituição, viabiliza um diálogo de inclusão cultural da cidade, pois faz com que sua cultura seja pesquisada e permaneça visível à sua comunidade, fazendo com que a mesma interaja mais junto ao acervo e dialogue com a instituição museológica. Tendo como base social e científica que o Museu é uma Casa de Cultura pensamos em estudar como essa instituição de salvaguarda do patrimônio, por meio de seu acervo, viabiliza reflexões acadêmicas sobre: acervo prospectando o futuro; acervo fotográfico e aristocracia urbana; acervo e indústrias dos séculos XIX e XX; acervo e inovações tecnológicas e acervo e classe social.

Nas reflexões sobre acervo prospectando o futuro, tratamos do planejamento do museu, como essa instituição surgiu e como adquiriu seu acervo e chegamos ao seguinte raciocínio: que o planejamento do museu foi benéfico para a cidade, e seu acervo vem a elucidar as dinâmicas passadas, de modo que podemos rememorar no presente e vislumbrar o futuro. Nos estudos pertinentes ao acervo fotográfico e aristocracia urbana trabalhamos com o deslocamento de um segmento social para o Balneário Cassino, e evidenciamos que nesse segmento, a aristocracia urbana rio-grandina se faz presente no acervo do museu devido às fotografias doadas por tal classe que nos ajudam a remontar o cenário da fundação do balneário.

Na pesquisa referente a acervo e indústrias dos séculos XIX e XX, apresentamos essas que podem ser encontradas relatadas no acervo do museu e como o cotidiano influi na vida do cidadão rio-grandino. Constatamos que essas indústrias que se instalaram na cidade, no final do século XIX e XX, contribuíram muito para a evolução da cidade e para a transformação do espaço urbano da mesma. No estudo sobre acervo e inovações tecnológicas abordamos a técnica

²⁰⁹ Observação: os objetos encontrados nas instituições museológicas não podem ser limpos ou polidos, eles podem ter uma conservação de acordo com o tipo de material que ele é constituído. Só poderá ser realizado algum procedimento mais sério – restauração – se o objeto estiver muito deteriorado e se ele for único. Caso contrário as políticas de museus, dentro de sua manutenção, apenas possibilita uma higienização do objeto.

que pode ser encontrada através das máquinas do passado e presente da cidade do Rio Grande e concluímos que é através das técnicas que podemos observar a evolução do homem, e sem ela não poderíamos caracterizar cada período da história, já que cada um possui uma particularidade. Nos registros relacionados a acervo e classe social, onde refletimos sobre burguesia e apresentamos tal classe como detentora do poder, documentamos que o referido grupo é mais encontrado no acervo do museu do que as demais classes. Assim, não podemos rememorar a história de uma cidade apenas sobre um olhar.

Realmente o Museu da Cidade do Rio Grande é uma casa de cultura, mas hoje ele não documenta com a mesma profundidade a existência de todas as classes sociais, conforme relatamos no capítulo 5. Porém, como mencionamos acima, o Museu está se adequando e vem participando de diversos fóruns de reflexões sobre o papel social dos museus e, para tanto, ele vem trabalhando no seu plano museológico que dará um arcabouço para o seu trabalho com todas as classes sociais. Afinal, ele tratará de políticas de aquisição, de descarte, de higienização, entre outras tarefas realizadas e esperadas por uma instituição museológica. Para tanto, ressaltamos a preocupação da direção do museu e da Fundação Cidade do Rio Grande em trabalhar o diálogo do museu com toda a comunidade rio-grandina, proporcionado à abertura de portas para novas pesquisas e para um entendimento maior da própria população.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Janete. *Pesquisa e História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- ALTMAYER, Flávia de Lima. *Fundação Cidade do Rio Grande – 50 anos: uma história de Realizações*. Homenagem do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME – FURG) nos 50 anos da Fundação Cidade do Rio Grande. Rio Grande. FURG, 2003.
- ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande – 90 anos e uma secular aspiração que se tornou realidade: brevíssima notícia histórica (março e novembro de 1915)*. Biblos – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, n.18, 2006.
- _____. *Porto e Barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema)*. Porto Alegre: Corag, 2007.
- _____. *Iconografia do Porto e da Barra do Rio Grande nas tintas de dois viajantes europeus: breve introdução ao tema*. In: ALVES, Francisco das Neves; NUNES, Claudio Omar Iahnke (Orgs.). *Anais do Simpósio Internacional Porto do Rio Grande: história & cultura portuária*. Porto Alegre: Cora, 2008.
- _____. *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: Corag, 2008. (2 vols).
- ANDRADE, Rosane. *Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.
- BELLOMO, Harry R.. *A Modernidade chegou a Porto Alegre*. In: MORETTO, Fúlvia, et.al. *RS: Modernidade (de 1890 a 1930)*. Porto Alegre: Círculo de Pesquisas Literárias – CIPEL/ Ediplat, 2003.
- BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, vol. 1, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annapluime/Faplip, 2007.
- BOURG, Dominique. *O homem artifício: o sentido da técnica*. Lisboa: Piaget, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Silvia Maria S. *Orfeu, orfismo e as viagens a mundos paralelos*. São Paulo: UNESP, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, e CORRÊA, Roberto Lobato. (Organizadores). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 2ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CHÂTELET, François. *Hegel*. Biblioteca de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Perseu Armano, 2006.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001, p. 97.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.

_____. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A geografia cultural e o urbano. In: _____. ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

_____. Geografia Cultural: passado e futuro: uma introdução. In: _____. ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CRIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Claret, 2001.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DUNCAN, James S. O Supra-Orgânico na Geografia Cultural Radical. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ENKE, Rebecca Guimarães. *Balneário Villa Sequeira*. A invenção de um novo lazer (1890 – 1905). 2005. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos)

FORGET, Philippe; POLYCARPE, Gilles. *A rede e o infinito*. Ensaio de antropologia filosófica e estratégica. Lisboa: Piaget. Coleção Epistemologia e Sociedade, vol. 112, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GELLNER, Ernest. *Antropologia e Política: Revoluções no Bosque Sagrado*. Tradução Ruy Jungmann; Consultoria, Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional

Pró-Memória; Porto Alegre: IEL; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A magia dos objetos: museus, memória e história. PRIORI, Angelo. In: *História, Memória e Patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009.

GUIMARÃES, Alba Zaluar (Seleção, Introdução e Revisão Técnica). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1980.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HEGEL. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo – parte I*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 4º Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

HIRSCHBERGUER, Johannes. *A História da filosofia na antiguidade*. Tradução Alexandre Correia. São Paulo: Editora Herder, 1965.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. O Breve Século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

JANEIRA, Ana Luiza. *A configuração epistemológica do colecionismo moderno (séculos XV-XVIII)*. In: Episteme/Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências, nº 20, jan./jun.2005, p. 25-36.

JULIÃO, Letícia. *Apontamentos sobre a história do museu*. In: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, *Caderno de Diretrizes Museológicas*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: J. Rodrigues de Meringe. Rio de Janeiro: Ediouro. S/d.

KERLINGER, Fred Nichols. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. Tradução de Helena Mendes Rotundo. São Paulo: EPU; EDUSP, 1979.

KONDER. Leandro Augusto Marques Coelho. *O que é dialética*. 28ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1998.

- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Zamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo. Editora Ática, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. Tradução Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Que é cultura. In: _____. *Uma teoria científica da cultura*. Tradução de José Auto. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande. Editora da FURG, 2006.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O capital*. Tradução e condensação Gabriel Deville. 3ª Ed. São Paulo: EDIPRO, 2008.
- _____. *Textos Filosóficos*. Tradução: Beckerman, Olinto. São Paulo: Editorial Estampa, 1987.
- MEDEIROS, Antônio José. *Idéias e Práticas da Cidadania*. União: Cermo, 2002.
- MENEGAT, Rualdo. *Epistemologias e o espírito do colecionismo* (editorial). In: Episteme/ Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências, nº 20, jan./jun.2005, p. 05-12.
- Museus e Centros Culturais, *Caderno de Diretrizes Museológicas*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.
- OHWEILER, Otto Alcides. *Materialismo Histórico e crise contemporânea*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, memória e centralidade urbana*. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2007.

PLATÃO. *Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha*. Tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

RICOEUR, P. et al. *As Culturas e o Tempo*. Estudos reunidos pela UNESCO. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

SALVATORI, Elena; HABIAGA, Lydia A. G. de Perez & THORMANN, Maria do C. *Crescimento Horizontal da Cidade do Rio Grande*. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, janeiro/março de 1989.

SANTAELLA, Lúcia. *Arte e Cultura: equívocos do elitismo*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ªed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SENNA, Adriana Kivanski de. *Porto e fotografia: possibilidade metodológica de interpretação*. In: ALVES, Francisco das Neves; NUNES, Claudio Omar Iahnke (Orgs). *Anais do Simpósio Internacional Porto do Rio Grande: história & cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, 2008, p. 79-89.

SILVA, Armando Corrêa da. *De Quem é o Pedaco? Espaço e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil Ltda, 2004.

SPÓSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TORAYLLE, Raymond. *A animação pedagógica*. Lisboa: Scicultur, 1973.

TORRES, Luiz Henrique. *História & Educação patrimonial da cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

_____. *Rio Grande: memória & história*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000.

_____. A Barra diabólica In: _____. *Rio Grande: Memória e História*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996.

WIDHOLZER, Janeska. *Os projetos de reforma urbana e a cidade moderna*. In: Revista Biblos nº 10. Rio Grande: Editora da FURG, 1998.

Documentos:

Lei nº 2.524 de 18/10/1971 – Cria o Museu Municipal de Rio Grande

Ata nº 323 de 09/02/1984 – Cria o Museu da Cidade

Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande

Regimento interno do Museu da Cidade do Rio Grande, 1984.

Jornais:

Jornal Diário do Rio Grande, 14/01/1890.

Sítios:

http://www.museus.gov.br/SBM/oqueemuseu_apresentacao.htm

ANEXOS

ANEXO I - ATA N. 323 de 9 de fevereiro de 1984 do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande



FUNDAÇÃO CIDADE DO RIO GRANDE

INSTITUÍDA EM 8 DE JULHO DE 1953

CAIXA POSTAL, 474 - RIO GRANDE - (R. G. SUL)

Isenta do Imposto de Renda - Acórdão n. 61.590 - CGC n. 94.852.639/0001-49

Utilidade Pública Federal - Dec. 60724, de 18-5-67

ATA Nº 323 DO CONSELHO DIRETOR DA
FUNDAÇÃO CIDADE DO RIO GRANDE.

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, em dependências da Sociedade Amigos do Cassino, gentilmente cedidas, reuniu-se o Conselho Diretor de Fundação Cidade do Rio Grande, conjuntamente com a Diretoria, tendo presentes os membros que esta subscrevem. Abertos os trabalhos, pelo Sr. Presidente, Dr. Francisco Martins Bastos, precisamente às 20:40 horas, dizendo que trazia ao conhecimento dos presentes dos contatos iniciais havidos com relação a criação do Museu da Cidade do Rio Grande, criado há alguns anos pelo Executivo Municipal e do pensamento das Empresas Petróleo Ipiranga em criar o Museu Ipiranga inicialmente, cuja ideia após algumas conversações havia evoluído para uma integração, em que deverão participar o Executivo Municipal, a Mitra Diocesana e as Empresas Petróleo Ipiranga. Disse também o Sr. Presidente da receptividade encontrada por parte da Receita Federal, através seu Superintendente em Porto Alegre, em ceder parte do prédio da Alfândega local, hoje em fase de restauração. Após esta esplanção colocou o Sr. Presidente o assunto em debates, ocasião em que foi levantada a hipótese da Fundação Cidade do Rio Grande vir a se integrar ao empreendimento. Com a palavra o Dr. Jorge da Cunha Amaral disse ser necessário ou a criação de uma nova entidade, ou que a Fundação Cidade do Rio Grande, por já estar estruturada e em plena atividade, venha assumir a responsabilidade da estruturação, administração e manutenção do referido Museu. Após mais alguns debates, decidiu o Conselho participar, em princípio, do empreendimento, criando inicialmente uma Comissão para se incumbir das tratativas preliminares e posterior administração do mesmo, inclusive sugerindo a Diretoria que fosse aberta na Contabilidade da Fundação uma conta específica onde pudessem ser depositados os valores eventualmente recebidos para a aplicação no Museu da Cidade do Rio Grande, podendo inclusive, se assim o futuro o exigir e após aprovado pela Fundação Cidade do Rio Grande, criar uma nova entidade para a administração daquele Museu. O Conselho e a Diretoria, pela unanimidade dos presentes a reunião, aprovou a indicação dos seguintes membros para integrar a Comissão Executiva pró criação do Museu da Cidade do Rio Grande: Adyr Olinto, Américo Papaleo e João Rocha. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que após lida e achada de acordo foi assinada por todos os presentes.

Jorge da Cunha Amaral

Enio Duarte Fernandez
p/Assoc. Caridade Santa Casa de Rio Grande

Walter Albrecht

F. A. Nader

Henrique José L.S. Vieira da Fonseca

Enio Duarte Fernandez

Adão Duarte Fernandez

CERTIFICO, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel do original trans



FUNDAÇÃO CIDADE DO RIO GRANDE

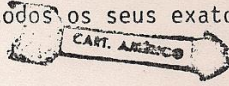
INSTITUÍDA EM 8 DE JULHO DE 1953

CAIXA POSTAL, 474 - RIO GRANDE - (R. G. SUL)

Isenta do Imposto de Renda - Acórdão n. 61.590 - CGC n. 94.852.639/0001-49

Utilidade Pública Federal - Dec. 60724, de 18-5-67

critos no livro de Atas de Reuniões do Conselho Diretor, e que são autênticos todos os seus exatos termos.



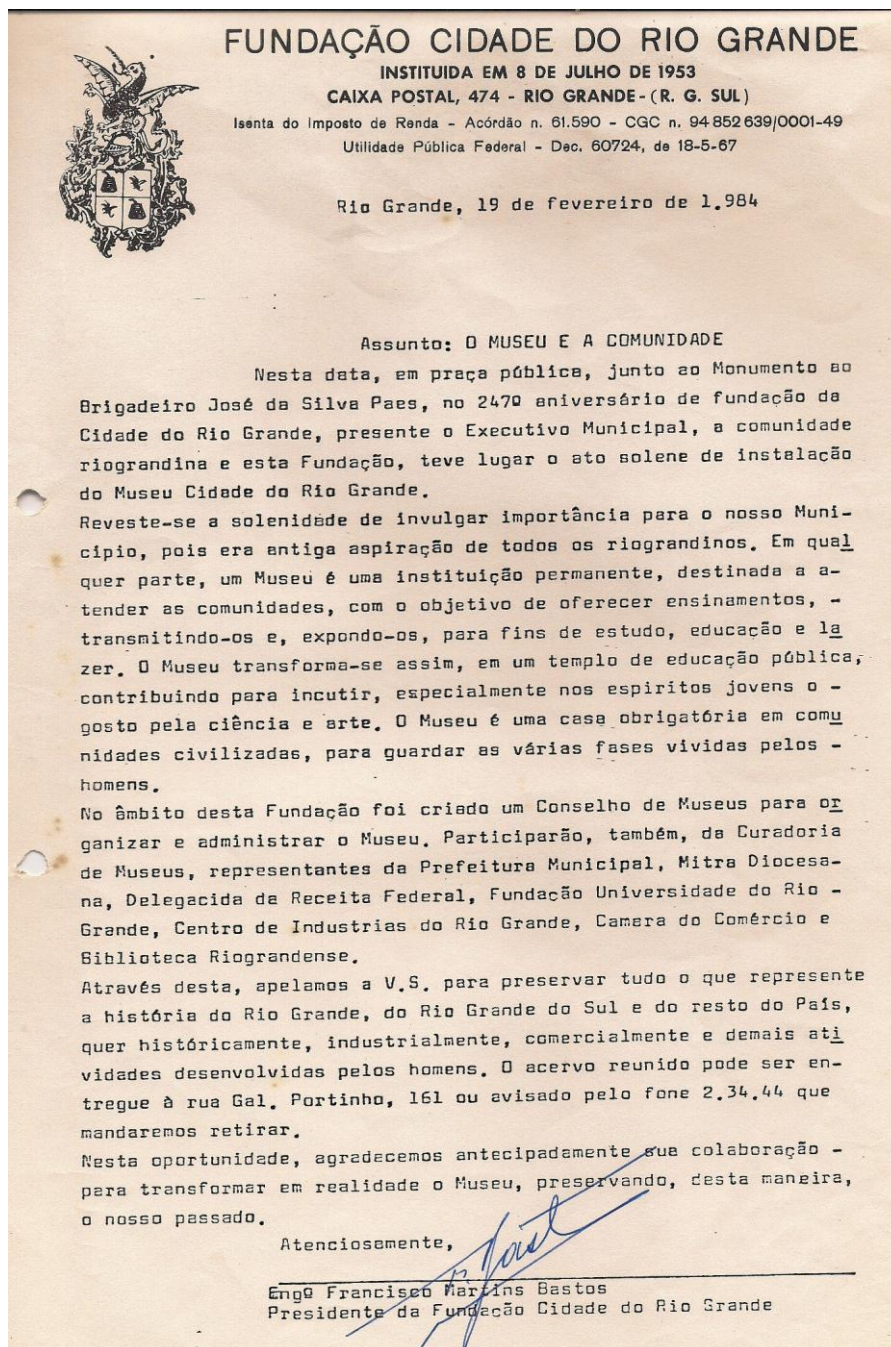
Enio Duarte Fernandez

CARTÓRIO AMÉRICO	
Zalony 67 - Fone (0836) 2-1687 e 2-1687	
R. G. SUL	
2º Tabelionato Tit e Documentos	Protesto Títulos Pes. Jurídicas
AMÉRICO ALVES DAS NEVES - Oficial e Tabelião LUIZ CARLOS SIMÕES - Ajudante Substituto MAURO ANTONIO COSTA MARTINS - Of. Ajudante CARLOS OCTAVIO SOUZA FREIRE - Of. Ajudante ROBERTO ALVES CARVALHO - Ajudante	

CARTÓRIO AMÉRICO - ZALONY 67 FONE 82-4533	Reconheço por semelhança as <i>01</i> firmas das Atas de Reuniões de <i>Enio Duarte Fernandez</i> do Livro de Atas de Reuniões do Conselho Diretor Rio Grande - RS
	... Tabelião ... Substituto ... Oficial Ajudante ... Ajudante Natalino Zulimar Herz - Ajudante

ANEXO II - Carta do Presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, Sr. Francisco Martins

Bastos no dia 19/02/1984.



ANEXO III - Carta enviada pelo presidente do museu Sr. Adyr Bonfiglio Olinto aos colaboradores do Museu – Rio Grande, 28 de julho de 1986.

Rio Grande, 28 de julho de 1986

São decorridos dois anos e meio desde a instalação do Museu da Cidade do Rio Grande.

Sua colaboração espontânea, na oportunidade, foi muito importante para o seu crescimento.

Em 29 de junho último, inauguramos, como foi amplamente divulgado, a Coleção Arte Sacra do nosso Museu, na Igreja de São Francisco de Assis, à rua Marechal Floriano Peixoto s/nº.

Rio Grande, com essa inauguração, passa a figurar no calendário cultural mundial, no que se refere a preservação de peças religiosas.

Estamos, no momento, embalando o acervo histórico para ser transferido para o prédio da Alfândega local, tão logo seja assinado o termo de cessão entre a Fundação Cidade do Rio Grande e o Serviço Patrimônio Histórico.

Na Alfândega ficará localizada a Coleção Histórica do Museu da Cidade. A área mede aproximadamente 850m² e faz esquina com a rua Riachuelo e Andradas.

Além das informações acima, desejamos brindá-lo com um Marcador de Livros, esperando continuar recebendo seu apoio.

Reciba um abraço do Presidente

Adyr Bonfiglio Olinto

ANEXO IV - Carta enviada pelo presidente do museu Sr. Adyr Bonfiglio Olinto aos colaboradores do Museu - Fevereiro de 1987.

Rio Grande, fevereiro de 1987.

Estimado amigo do Museu da Cidade

Transcorridos seis meses desde a nossa última informação sobre o andamento do Museu da Cidade do Rio Grande é com satisfação que voltamos à sua presença, para novas notícias.

Em 27 de novembro de 1986, recebemos do Ministério da Fazenda a área pleiteada para sede definitiva do nosso Museu. No mesmo dia transferimos a Administração e a carga para o novo local e providenciamos a iluminação externa da área, dando um aspecto feérico ao local, que merece ser visitado à noite.

No dia 12 do corrente inauguramos a exposição no saguão de entrada do Museu, pela rua Riachuelo, no prédio da Alfândega, das peças recebidas durante o último mês de janeiro. A cada mês, as peças recebidas serão expostas a visitação, valorizando-as e ao mesmo tempo incentivando novas doações.

De conformidade com o nosso cronograma de trabalho, pretendemos inaugurar a Coleção Histórica, na sede definitiva, no próximo mês de setembro, homenageando o quinquentenário das Empresas Ipiranga e o quarto de milênio da fundação da cidade.

A Coleção Arte Sacra, na Capela de São Francisco de Assis vem tendo uma excelente visitação, tanto de parte dos rio-grandinos como dos turistas que visitam nossa terra.

Ao convidá-lo para conhecer as novas instalações e a exposição na Alfândega, fazemos um apelo para que seja o nosso porta-voz junto aos seus amigos, parentes e vizinhos, para a necessidade de colaborarem, como V. Sa. vem fazendo, no crescimento do Museu da Cidade.

Receba um abraço do Presidente


Adyr Bonfiglio Olinto

ANEXO V - Carta enviada pelo presidente do museu Sr. Adyr Bonfiglio Olinto aos colaboradores do Museu – Setembro de 1987.

Rio Grande, setembro de 1987.

Estimado Amigo do Museu

No próximo dia 7 de setembro inauguramos o Museu da Cidade do Rio Grande - Coleção Histórica.

No curto espaço de 42 meses com muito esforço, dedicação exclusiva e permanente, juntamente com o meu reduzido mas dedicado corpo de funcionários, entregaremos à sociedade o segundo Museu sob nossa responsabilidade. O primeiro foi o Museu Sacro e, agora o Museu Histórico.

O nosso Rio Grande que nestes dois séculos e meio tem sofrido reveses e aos poucos vem conquistando o lugar de destaque que merece, não poderia continuar relegando a segundo plano a preservação de sua memória, mesmo que tardiamente.

Se de um lado devemos agradecer a Ipiranga, pelo lançamento da idéia e patrocínio, à V.Sa. estimado Amigo do Museu, devemos o sucesso do empreendimento. V.Sa. acreditou no projeto e na sua gente.

O nosso obrigado por contribuir para engrandecer culturalmente a nossa terra e esperamos que continue a prestigiar o que ajudou a construir com sua colaboração.

Receba um abraço do Presidente.


Adyr Bonfiglio Olinto

ANEXO VI - Carta enviada pelo presidente do museu Sr. Adyr Bonfiglio Olinto aos colaboradores do Museu - 23/11/1987.

MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

Rua Riachuelo, s/n. — Edif. Alfândega

Fone (0532) 32-61-11

CEP 96200 — RIO GRANDE-RS

Rio Grande, 23 de novembro de 1.987

MCRB/

O acervo do Museu da Cidade do Rio Grande vem sendo obtido através da colaboração espontânea dos riograndinos.

Talvez V.Sa. nunca tenha sido convocado a participar deste movimento que visa dotar a nossa terra de um Museu a altura das nossas tradições.

O Museu da Cidade do Rio Grande é um museu comunitário pois todo o acervo que atualmente possui foi doado pelos riograndinos ou pelos aqui residentes.

Estamos lançando uma Campanha para obtenção de fotografias do Rio Grande e de sua gente que esperamos contar com sua colaboração e auxílio. Mesmo que não possa identificar as pessoas retratadas, remeta-nos.

Possuímos uma fototeca com 712 fotos devidamente tombadas e preservadas, cujo número pretendemos ampliar com a sua participação.

Desejando unir-se ao nosso apêlo, pedimos entregar sua doação à rua Riachuelo s/nº - Edifício da Alfândega ou telefone para 32-61-11 que teremos o máximo prazer em retirá-las. Caso não possua fotos, igualmente nos telefone dando-nos o seu apoio ou venha nos visitar como já fizeram, nos meses de setembro e outubro 4.000 pessoas entre visitantes e turistas.

Receba um abraço do presidente

Adyr Bonfiglio Olinto

ANEXO VII – Questionário realizado durante o período de janeiro a maio de 2012.

Questionário:

- 1 – Como o museu foi constituído?
- 2 – Para qual público ele se destina?
- 2 – A comunidade em geral pode se ver dentro do museu?
- 3 – Qual a importância de um museu histórico para a cidade?
- 4 – O museu pode servir como meio de salvaguarda da memória de uma comunidade?
- 5 – O museu é a comunidade expressa em seu acervo, ou ele expressa apenas a voz de uma determinada classe?
- 6 – A que público o museu se refere, por meio das exposições, por meio do acervo?
- 7 – Historicamente a sociedade é composta de classes sociais popularmente representadas como classe trabalhadora, classes médias, classe burguesa (capitalista e latifundiária), aristocracia urbana e rural. Diante deste registro histórico, se faz a seguinte pergunta: o acervo do Museu da Cidade registra a presença de qual classe no cerne do desenvolvimento do município?
- 8- Ao que tange as coleções podemos rememorar a história da cidade através dela. Com esta rememoração contaríamos a história da cidade no mesmo?
- 9- Quais os recursos (bens de acervo, bens de exposição, problemáticas sociais) que podem ser utilizados para trazer mais a comunidade para dentro do museu?
- 10 – E será que essa comunidade esta preparada para conhecer a sua história, ou a história de específicas classes sociais?
- 11 – Em que o IBRAM orienta os museus no seu diálogo com a sociedade para que o mesmo tenha qual postura cultural (plural, multiforme, diversificada, sincrética, híbrida) ou sua postura é monolítica? No caso no Museu da Cidade, qual postura enquadra-se?
- 12 – Da constituição do museu podemos considerar que ele é um museu para si (para ele mesmo) ou um museu para ti (para todos)?
- 13 – O museu em suas exposições é conservador ()
O museu quer mudanças sociais ()
O museu é preconceituoso com as diferenças religiosas, de classe, sexuais, etc. ()
O museu faz você pensar o futuro ()